

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
GIANE CARMEM ALVES DE CARVALHO

A “Corda Bamba”: Violência Juvenil e Políticas Públicas

Dissertação apresentada para obtenção de
título de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Dra. Janice Tirelli Ponte de Sousa

Florianópolis
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**A CORDA BAMBA: VIOLÊNCIA JUVENIL
E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Giane Carmem Alves de Carvalho

Este trabalho foi divulgado em sua forma final pela Banca
Examinadora composta pelos seguintes Professores:

Prof^a Dr^a Janice T. Ponte de Sousa
Orientadora

Prof^o Dr. Erni Seibel

Prof^o Dr. Theofilis Rifiotis

Profa. Dra. Olga Dumu

Florianópolis, julho de 2004.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus interior, que tem me dado forças nos momentos mais difíceis;

Aos meus pais, por terem contribuído com seu esforço, carinho e amor por toda minha existência;

Ao meu marido, pelo seu amor e apoio nos momentos de crises e dificuldades;

À minha filha, que tanto amo, pelos momentos em que sentimos falta uma da outra;

Aos meus sogros, pela especial atenção e apoio nos momentos em que mais precisei;

À querida professora Dra Janice T. Ponte de Souza, orientadora deste trabalho, pela sua competência, dedicação e amizade construída e mantida durante a minha trajetória acadêmica;

Ao professor Dr. Erni Seibel, que felizmente, mais uma vez marca presença como membro da banca, pelo seu carisma e sugestões para este trabalho;

Ao professor Dr. Theofilis Rifiotis, membro visitante da banca, que marcou presença admirável em meu percurso acadêmico, pelo seu carisma e sugestões para o presente trabalho;

À professora Dra. Olga Dumu, membro suplente, pelas suas sugestões e seu bom humor que irradia a todos;

À CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, pelo crucial financiamento de bolsa;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, pela qualificação e colaboração para o aprimoramento de um “olhar” sócio-político;

A todos os colegas da turma, pelas lembranças das “saudáveis” discussões que se estabeleciam dentro e fora de sala aula;

Ao “Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre a Infância e Juventude” (NIJ), pelas sugestões e proveitosos encontros, em especial: professora Valéria, professora Luzinete Minella, Ricardo, Rita e Leo Vinícios;

À coordenação do Programa Agente Jovem, da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social, pelas entrevistas e fornecimentos de dados, em especial: Adriana e Marlene;

Aos jovens e monitores do Programa Agente Jovem, pelos depoimentos e entrevistas que estabeleceram as diretrizes analíticas deste trabalho;

À Albertina e Fátima, pela predisposição à resolução dos problemas burocráticos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política;

Ao Juizado da Infância e Juventude e ao Programa Liberdade Assistida pela liberação dos dados sobre ato infracional, em especial: Adriana e Luciane;

À Polícia Militar de Florianópolis, pela liberação de dados estatísticos, em especial: Capitã Claudete;

Ao assessor João Carlos, da Secretaria Estadual de Segurança Pública, pelo fornecimento de dados estatísticos;

À revisora de textos, professora Elba Maria, pela simpatia e cordialidade;

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS

AFLOV – Associação Florianopolitana de Voluntários

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CELADE – Centro Latino Americano de Demografia

CIEE – Centro de Integração de Empresa Escola

CONANDA – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

CTs – Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILANUD – Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

OIJ – Organização Ibero-americana da Juventude

ONGs – Organizações não Governamentais

ONU – Órgão das Nações Unidas

OPJ- Orçamento Participativo da Juventude

SEAS – Secretaria de Assistência Social

SENAC – Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade

SINE – Sistema Nacional de Emprego

UNISUL – Universidade do Sul

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UNESCO – Órgão das Nações para a Educação e Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura da Mortalidade por UF e região na população total e nos jovens de 15 a 24 anos em 2000 (em %) no Brasil.....	107
Tabela 2 - Número de Óbitos por Homicídios para jovens de 15 a 24 anos no Brasil em UF e regiões no período de 1991 a 2000.....	110
Tabela 3 - Violência e armas de fogo no Brasil e no mundo.....	112
Tabela 4 - População residente de 15 a 24 anos de idade rural e urbana no município de Florianópolis e no Brasil.....	117
Tabela 5 - Taxa de mortalidade por faixa etária juvenil segundo as capitais brasileiras.....	118
Tabela 6 - Número de ocorrências registradas pela Polícia Civil no município de Florianópolis, Grande Florianópolis e Estado de Santa Catarina em 2003...	119
Tabela 7 - Locais de execução do programa em 2003.....	133
Tabela 8 - Monitoramento do programa Agente Jovem.....	137
Tabela 9 - Encaminhamento dos jovens egressos ao mercado de trabalho em 2002.....	150
Tabela 10 - Encaminhamento dos jovens para o mercado de trabalho em 2003.....	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz informativa dos sujeitos jovens entrevistados.....	123
Quadro 2 - Inclusão social na escola e no mercado de trabalho por sexo e idade dos jovens egressos em 2002.....	146
Quadro 3 - Ato infracional entre jovens egressos ocorridos no ano de 2003.....	167
Quadro 4 - Ato infracional entre os jovens não egressos ocorridos em 2003.....	168
Quadro 5 - Sugestões para o melhoramento das atividades do programa por parte dos jovens que participam do programa em 2003.....	192

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de homicídios por idade no Brasil em 2001.....	109
Gráfico 2 - Número de óbitos por acidente de transporte por idade no Brasil em 2002.....	113
Gráfico 3 - Número de óbito por suicídio segundo idade no Brasil em 2001.....	114
Gráfico 4 - Motivos pela participação no programa em 2003.....	142
Gráfico 5 - Grau de relacionamento com a família para os jovens do programa em 2003.....	184

RESUMO

Tem se evidenciado, nos últimos anos, no Brasil, as “atenções” do poder público sobre a questão da violência juvenil. Os municípios em parcerias com o governo federal, trazem a tona programas de ações sociais que trabalham a prevenção à violência juvenil sobre a ótica da inclusão social. Diante destas proposições, procuramos compreender de que forma o poder público local contempla as propostas de prevenção à violência juvenil e de inclusão social através do estudo de uma realidade específica: o Programa Agente Jovem no município de Florianópolis. Os principais subsídios são os discursos sobre as correntes teóricas de *juventude*, as múltiplas faces da *violência* contemporânea, o acompanhamento histórico das *políticas públicas* de juventude no Brasil e indicadores sociais e estatísticos sobre a violência no Brasil.

Contudo, foi possível constatar a insipiência das políticas públicas no aspecto da prevenção e inclusão social juvenil. É nítido o distanciamento entre “proposições” e “efetividades”, de modo que as políticas permeiam apenas o plano dos “ideais” e do cumprimento de metas de caráter burocrático e administrativo. As ações estabelecidas no programa não têm alcance de transformação da realidade de exclusão social juvenil e da vulnerabilidade dos jovens no mundo da violência.

ABSTRACT

It's been evidenced, in the last years in Brazil the “ attentions” of the public power about the juvenile violence. The municipal districts in association with the federal government bring up the social actions program which works the juvenile violence prevention about the social inclusion optics. In front these propositions we try to understand which way the local public power contemplates the prevention proposals to the juvenile violence and social inclusion through the specific reality study: o Program Young Agent in Florianópolis. The main subsidies are the speachs about the youth theoretical current, the multiple faces of contemporary violence, the historical following of the youth public politics in Brazil and statistic and social indicatives about the violence in Brazil.

So that the politics permeate only the “ideals” plane and the goal compliment of the administrative and bureaucratic feature. The established actions in the program don't have transformation reach on the juvenile social exclusion of the reality and the young vulnerability in the violence world.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
------------------------	-----------

CAP I - REFLEXÕES SOBRE AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA

1. Violência: Marcas de uma sociedade que não se reconhece.....	14
2. A emergência das múltiplas abordagens da violência.....	16
3. Perspectivas teóricas sobre a violência.....	22
4. Ressignificações da violência: Resgatando novos paradigmas.....	28
5. Repressão política: Heranças históricas de violência no Brasil.....	38

CAP II - OS DISCURSOS TEÓRICOS SOBRE A JUVENTUDE

1 Os marcos teóricos da juventude: Tensões e divergências.....	45
2. O clássico debate teórico: geração juvenil e classe social juvenil.....	50
2.1 O discurso das gerações.....	50
2.2 Juventude e Classe Social.....	57
3. Novas perspectivas para a condição juvenil.....	58
4. O conflito de gerações e o estigma da juventude “problema”.....	63
5. Juventude e ato infracional: Retomando uma face específica da violência contemporânea	71

CAP III - POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS À NOVA

CONDIÇÃO JUVENIL

1. Políticas públicas: Uma questão social.....	84
2. As políticas públicas no Brasil e a trajetória histórica das políticas de juventude.....	88
3. Políticas públicas municipais de juventude.....	94
4. Mecanismos de correção: Políticas públicas para inclusão social?.....	100
5. Indicadores estatísticos sobre a violência juvenil no Brasil.....	106
5.1 Traçando dados sobre a violência em âmbito local.....	116

CAP. IV – OS JOVENS NA CORDA BAMBA: O CASO DO AGENTE JOVEM

1. Considerações metodológicas sobre o campo da pesquisa.....	122
2. O que vem a ser o projeto Agente Jovem?.....	128
2.1 O projeto Agente Jovem no Município de Florianópolis.....	132
3. Dos impasses político-administrativos às necessidades práticas.....	137
4. <i>A inclusão que exclui</i> : Detectando fragmentos da inclusão social.....	145
4.1 Crime Organizado: Inclusão social às avessas.....	156
4.2 “Sem” opções: Convivendo com o tráfico ilegal de drogas.....	159
5. Os paradoxos da violência: Outras faces para prevenção.....	166
5.1 Gênero e violência no âmbito das políticas públicas.....	177
6. Desvendando contextos juvenis.....	181
6.1 O contexto familiar.....	185

bjbjĭ2ĭ2

;’ -X -X y

^ ÿÿ ÿÿ ÿÿ
| | | | | |
ú V

¥Á 5@

ø ÿ

^5

&i

¬
?
?

,

,

&i 8

²

^i ä i

bjbjĭ2ĭ2

;' -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^ \ \ \ ú V

□ , , ,

ŸÁ 5@ ø ¿ ^5 &i &i &i 8 ^i ä ì
?›

bjbjĭ2ĭ2

;’ -X -X y

			ÿÿ		ÿÿ		ÿÿ
		^				ú	V
¬	,	,	'				
		^5	&i	&i	&i	8	^i ä
iÿÁ	5@	ø	¿				

bjbjĭ2ĭ2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^

\

\

\

ú

V

¬

,

,

’-

^5

&ĩ

&ĩ

&ĩ

8

^ĩ

ä

ĩÆÁ 5@

ø ĭ

?>

bjbj2İ2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^

|

|

|

ú

V

□

’

’

’

’

^5

&i

&i

&i

8

^i

ä

ııÁ 5@

ø ı

?>

bjbjĪ2Ī2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^

|

|

|

ú

v

□ , , ,

ä ÿÁ 5@ ^5 &i &i &i 8 ^i
ø ¿ ?>

bjbjĪ2Ī2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^

|

\

\

ú

V

¬

’

’

’-

^5

&i

&i

&i

8

^i

ä

¥Á

5@

ø i

?>

bjbjĭ2ĭ2

;’ -X -X y

bjbjĪ2Ī2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^

|

\

\

ú

V

¬

’

’

’-

^5

&i

&i

&i

8

^i

ä

¥Á

5@

ø i

?>

bjbjĪ2Ī2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^ |

\ \ ú V □ ’ ’ ’-

8 ^i ä ÆÁ 5@ ø ¿ ^5 &i &i &i ?>

bjbjĭ2ĭ2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^

|

\

\

ú

V

¬

’

’

’-

^5

&i

&i

&i

8

^i

ä

¥Á

5@

ø i

?>

bjbjĭ2ĭ2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^

|

|

\

ú

V

¬

'

'

'

^5

&i

&i

&i 8

^i ä

ixÁ 5@

ø ÿ

?>

bjbj2Ī2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^

\

\

\

ú

V

□ , , ,

^5 &i &i &i 8 ^i ä
iÿÁ 5@ ø ¿ ?>

bjbjĭ2ĭ2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^

\

\

\

ú

V

¬

,

,

’-

^5

&ĩ

&ĩ

&ĩ

8

^ĩ

ä

ĩÆÁ 5@

ø ĭ

?>

bjbjĭ2ĭ2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^

\

\

\

ú

V

¬

,

,

’-

^5

&ĩ

&ĩ

&ĩ

8

^ĩ

ä

ĩÁ 5@

ø ĭ

?>

bjbj2İ2

;’ -X -X y

ÿÿ

ÿÿ

ÿÿ

^ \ \ \ ú V

Jovem na cidade de Florianópolis contempla os aspectos da prevenção à violência juvenil e da inclusão social. Entendemos, assim, a necessidade de recuperar a atenção e o acompanhamento das políticas públicas locais que contemplem a prevenção da violência juvenil, na perspectiva da promoção do desenvolvimento humano.

Desse modo, justificamos o presente trabalho como uma contribuição para a tomada de decisões político/administrativas que visem à melhoria da formação do jovem; contribuir para a reflexão e aprimoramento das ações públicas de prevenção a violência juvenil; e fornecer indicadores capazes de informar a eficácia ou não dos programas públicos que têm como pano de fundo a prevenção da violência juvenil.

Diante disto, escrever e pesquisar sobre a temática “Violência juvenil e políticas públicas” implica, neste trabalho, a adoção de uma multiplicidade de perspectivas, que acompanham a trajetória de estudos, da pesquisadora, desde o Curso de Graduação em Ciências Sociais, e como membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre a Infância e Juventude (UFSC) .

Assim, um dos grandes desafios é a articulação, sob o ponto de vista teórico, e metodológico, das variáveis conceituais sobre *juventude*, *violência* e *políticas públicas* sem deixar de levar em conta as multiplicidades de perspectivas que possam estar imbricadas a estes conceitos.

Nesse sentido, compreender o dimensionamento dos resultados das políticas públicas de violência juvenil requer que saibamos compreender teoricamente questões sobre a condição juvenil na modernidade, e conseqüentemente as várias faces da violência no contexto social; e por outro lado, requer conseqüentemente, o acompanhamento das principais configurações das políticas públicas em tempos modernos.

Além disso, ao trabalharmos com a temática “políticas públicas e violência juvenil”, deparamo-nos com questões conceituais que se encontram desfragmentadas, ou seja, é raro encontrar conceitos sobre ‘violência juvenil’, ou sobre ‘políticas públicas de juventude’.

A literatura brasileira tem demonstrado timidez no que tange a um aprimoramento conceitual sobre políticas públicas de juventude no Brasil. Assim, dissertaremos sobre esta temática, de modo preliminar, reconhecendo a própria *definição da juventude*, para *posterior* compreensão da violência juvenil e da configuração das políticas públicas de juventude.

Desse modo, para o desenvolvimento da investigação tomaremos como marco teórico a compreensão do avanço histórico das políticas públicas e a implementação de políticas públicas de juventude no Brasil. Tomaremos como referência autores que debatem o *conceito de juventude* nos marcos da sociologia de Margulis, (2000) Mannheim (1978) e Pais (1996), tendo em vista articular as definições conceituais de juventude com a de violência.

Desta forma, a discussão teórica articula-se em torno de três conceitos básicos: *violência, juventude e políticas públicas locais*. Junto a estes conceitos estarão articuladas noções secundárias: crime organizado, inclusão e exclusão social, políticas de repressão militar, influência da mídia, juventude frente aos signos da modernidade, fragmentação da subjetividade juvenil, enfim, variáveis que subsidiam a compreensão do fenômeno da violência em meio à juventude para, *a posteriori*, análise de um programa de prevenção à violência, no caso a proposta do “Agente Jovem”.

Devido à abrangência da temática - violência juvenil e políticas públicas - é comum encontrarmos na fala de diferentes autores conceitos que vão ao encontro de nossa temática e que muitas vezes se referem ao mesmo objeto, porém com múltiplas

abordagens, como por exemplo: criminalidade e violência; adolescência e juventude; políticas públicas e políticas sociais...

No entanto, essas múltiplas abordagens fazem-se necessárias ao sabermos que a criminalidade é contextualizada como violência, na qual a adolescência e a juventude estão longe de um consenso, e as políticas sociais fazem parte de uma política pública. Diante disto, procuremos manter a originalidade das múltiplas abordagens conceituais dos diferentes autores desde que estejam interrelacionadas com as variáveis conceituais do presente trabalho, a saber: violência, juventude e políticas públicas.

Em relação ao conceito de violência são inúmeras as abordagens na literatura das Ciências Sociais, por isso detalhamos o seu tratamento conceitual, bem como, o contexto social a que pertence, acrescentando a referência à violência criminal como parte da estipulação feita no campo jurídico-social e detectada, como tal, com efervescência aos olhos da sociedade e das políticas públicas.

Neste sentido, nossas análises não estão direcionadas, prioritariamente, ao contexto da violência criminal e, procurando afastar-nos de uma postura estigmatizante, referimo-nos a ele como indicativo de violência juvenil em tempos modernos, não adentrando no campo de julgamentos entre o que é crime e o que não é crime ou sobre quem deve ou não deve ser punido.

A abordagem da violência juvenil será discutida, neste trabalho, sobre o aspecto das *subjetividades juvenis*, questão registrada por Domingues (2002), no primeiro capítulo, e melhor articulada nas análises dos dados empíricos no quarto capítulo, buscando, assim, correlacionar o processo de construção subjetiva como norteador das análises que visam a compreensão da violência juvenil e da exclusão social a luz de Wiewiorka (1997), Bezerra (2000), Tavares dos Santos (1995), entre outros.

O jovem é o ponto de partida das análises, como também, a quem direcionamos nossas conclusões. Ele aparece, pois, como sujeito de direito de políticas públicas e como sujeito vítima e vitimário¹ da violência.

Diante disto, nosso estudo perpassa dois momentos: um teórico e outro empírico. A imersão no campo empírico refere-se ao estudo de um programa público específico: o Programa Agente Jovem, no município de Florianópolis. Assim, no campo analítico, procuramos manter, por *feedbacks*, as correlações entre uma realidade específica e o contexto global das políticas públicas de juventude no Brasil.

Acrescentando que o Programa Agente Jovem é um dos “carros-chefes” de implementação de políticas públicas de juventude em âmbito federal no Brasil, porém, foi possível constatar que a juventude estudada encontra-se, em sua grande maioria, em situações extremas de vulnerabilidade à violência e à exclusão social, o que nos indicou logo de início a insipiência das políticas públicas de juventude para a inclusão social e a prevenção à violência.

¹ Quem produz vítimas.

CAP I – REFLEXÕES SOBRE AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA

Violência é um termo amplo e difuso. Os desafios, para compreender este fenômeno, advêm de diversas áreas, numa constante busca de compreensão dos fatores da violência nas diversas sociedades. No entanto, não é nosso objetivo procurarmos compreender os fatores que determinam a violência nas sociedades, porém incorporarmos variáveis discursivas sobre alguns aspectos conceituais da violência num sentido mais amplo para *posteriore* compreensão da presença da violência na juventude.

1. Violência: Marcas de uma sociedade que não se reconhece

Na percepção dominante a “violência” foi expulsa do convívio social, foi relegada à qualidade de selvageria, algo completamente ultrapassado, uma “sobrevivência” que precisa ser eliminada da sociedade. E no entanto, ela está bem dentro da sociedade, não é arcaica e nem exterior a ela, nem faz parte de uma espécie de decadência dos tempos modernos. Sob diferentes formas sempre esteve presente nas relações. A questão está na sua aceitabilidade ou não, pois ela repercute na estruturação das relações e na própria construção do tecido social. (Rifiotis, 1999:21/22)

Nesse sentido, a violência comumente é vista como problema público que deriva de sua natureza de mal coletivo. A visão dominante percebe a violência como perda social

que cria medo e ansiedade entre vítimas reais e potenciais ampliando os custos da segurança pública e os gastos com segurança privada.

Além disso, este medo atinge na atualidade uma maior dimensão pelo reforço e apoio da atual postura da mídia. Para Jeudy (1994), a mídia tem na sociedade moderna, o poder sacrificial, ou a capacidade de legitimá-la. O princípio da mídia é construir um efeito de fascinação e ao mesmo tempo reproduzir um efeito de contaminação da imagem em nível infinito.

Assim, verifica-se uma tendência crescente: o interesse demonstrado por jornais e emissoras de televisão, em manter seções e programas, que diariamente veiculem os mais diversos tipos de atos “violentos”, produzindo a idéia de uma “onda de violência”.

Tal fato repercute conforme Jeudy (1994), no efeito de circularidade do medo e da violência. Esse círculo aparece quando ouvimos o discurso da crise que engendra “delinqüência”, e conseqüentemente violência. Assim, temos uma espécie de trilogia de relação de causa e efeito.

Sobre a ótica dominante a violência tem se tornado a “doença das cidades” que se instala de maneira crônica. Para Jeudy, a sociedade encontra-se num estado de emergência generalizado, com dispositivos em alerta. Não se trata somente da violência juvenil urbana ou das agressões, isso, também se refere a fenômenos ligados ao meio ambiente, ameaças de catástrofes e de guerra.

Por outro lado, os efeitos mais evidentes foram a modificação do visual das residências, que passaram a exibir muros altos, grades, fechaduras, alarmes, e cadeados, mas principalmente o descrédito no trato com os estranhos e a descrença nos processos de participação democrática.

Desenvolve-se, segundo Jeudy (1994), a idéia de que, na verdade, a única maneira de uma pessoa ser reconhecida como indivíduo é como vítima: como portadora

do sentimento de insegurança, como angustiada ou como potencialmente agredida ou assaltada, etc.

No entanto, a juventude vulnerável à violência está longe de ser vista desta forma. Ao contrário ela torna a ser vista como o agente agressor, e em último caso como indivíduo vítima e também portador do sentimento de insegurança. Nesse sentido, a mídia vem reforçar e estereotipar a juventude como instrumento de espetáculo midiático e como objeto de insegurança, medo e perigo.

Contudo, desenvolveremos, aqui, uma *abordagem compreensiva* da violência, afastando-nos de uma problemática temORIZANTE, patológica e estigmatizante; e visando compreender, conforme José de Souza Martins (2000), que alguns tipos de violência sugerem haver um sistema de valores subjacentes às condutas violentas do comportamento coletivo, pois os indivíduos estariam apenas reproduzindo as próprias condições que já fazem parte de sua cultura.

2. A emergência das múltiplas abordagens da violência

Como os conceitos de violência encontram-se distantes de consensos traremos para nossa discussão questões que possam fornecer subsídios analíticos, para compreendermos a especificidade da violência juvenil, sugerindo-a como violência comum a um determinado segmento social. Para tanto, será necessário recorrer aos conceitos de violência no plano macro, para compreendermos, mais especificamente, a violência como aspectos de revolta, de desvios de condutas e de rebeldias juvenis.

Para Rifiotis (1996), quando procuramos circunscrever os campos semânticos da palavra violência é comum nos depararmos com um jogo de linguagens, onde diferentes tipos de fenômenos são aproximadamente, enredados numa teia discursiva cuja amplitude

equivale a uma visão de mundo. Assim, aquilo que chamamos violência recobre fenômenos muito diferentes que não podem ser reduzidos ao crime e à violência institucional. O autor se refere às múltiplas formas de violência, como por exemplo, violência no trânsito, nas ruas, nas prisões, precárias condições de vida, fome, criminalidade, violência física, psicológica, cognitiva, etc. Esta série, cuja regra de formação ainda nos é invisível, pode englobar as relações de força, tensões, hierarquias, e situações de conflitos em geral.

Além disso, Rifiotis (1996) entende que a violência não pode ser simplesmente negada, considerada como uma parte *maldita* da sociedade, um resquício do passado que deve ser eliminado, pois ela é um dos elementos vivos de qualquer projeto social. De um ponto de vista mais amplo, o autor, acredita que ao invés de negarmos a sua presença e a repudiarmos como fantasma, deveríamos procurar compreender como ela se inscreve nas relações sociais e no nosso imaginário, contribuindo conseqüentemente para a modulação da própria sociedade.

Entretanto, temos uma série de noções fundamentais na definição da violência. A noção de coerção ou de força, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia. Envolve uma polivalente gama de dimensões materiais, corporais e simbólicas, que agem de modo específico como violência.

Assim, é comum, também, uma abordagem tão abrangente da violência, que o espectro de comportamentos percebidos como violentos se amplia significativamente. Desta forma, diluem-se as fronteiras que permitiriam distinguir uma situação de violência de outra, não incluída na mesma categorização, apesar de se reconhecer a existência de elementos comuns entre ambas. Neste sentido, é importante que nos detenhamos um pouco sobre a problemática das diversas formas de significar a violência.

O complexo estudo sobre a violência, conforme já enunciado, é um campo cujas análises são demasiadamente variadas, de múltiplas perspectivas e de generalizações contraditórias. Neste sentido, não há como ignorarmos estas teias de significados e uma análise introdutória sobre as principais formas de compreender a violência permite a sistematização semântica da violência e melhor compreensão do que vem a ser a violência juvenil.

Para Rifiotis (1995b), as múltiplas faces da violência representam um espaço aparentemente vazio, no qual o não-dito é moeda corrente, a precariedade merece atenção e os “conceitos” devem manter-se próximos da experiência. O autor traz a discussão teórico-metodológica da violência destacando a pluralidade da violência circunscrita no campo semântico que se coloca num território de constantes disputas.

Sendo assim, o autor menciona que o discurso sobre a violência não compreende apenas a fala, nem é consciente para quem o enuncia; ele também é o não-dito ou o silenciado, um conjunto de enunciados, práticas e falas, que garantem a circulação das imagens sobre a própria violência. *O discurso sobre a violência é o leito de um grande rio, cujas marcas de ambigüidade estão presentes mesmo no seu estudo.* (Rifiotis, 1995b:13). O que nos leva a questionar se é possível trabalharmos a violência sob uma única perspectiva?

No caso brasileiro, as tentativas de explicação da violência em geral se difundem nos discursos dos meios de comunicação, na análise política, nos trabalhos acadêmicos e nos projetos institucionais. As análises expressam o esforço de racionalizar um sentimento nem sempre verbalizado e consciente de insatisfação com a vida nos grandes aglomerados urbanos brasileiros. Ademais, a busca de compreensão desse fenômeno implica o desafio de articular dimensões de nível macro com outras de médio e micronível. (Abramovay, 1999)

Segundo Zaluar (1997), a origem da violência e do crime deve ser analisada de forma multifatorial. Não adianta buscar uma causa única. Qualquer explicação unidimensional, de fenômenos, com essa complexidade será equivocada. A autora divide o processo de determinação da violência e do crime em duas macrodimensões diferentes: a *social* e a *moral*.

A *dimensão social* tem um plano macro e outro micro. O *macro* é dado pela institucionalidade vigente, pela ordem pública constituída. (Zaluar, 1997). A dimensão social tratada no plano macro também se expressa nos estudos sobre a violência como uma *abordagem estrutural*, e sem dúvida, uma das vertentes mais trabalhadas nos estudos sobre violência é a sua relação com a desigualdade social. No entanto, não se pode afirmar que a sua relação com a pobreza e a desigualdade social constitui o único fator explicativo da violência na sociedade brasileira uma vez que ambas não explicam isoladamente a perda de referenciais éticos que sustentam as interações entre grupos e indivíduos.

A perspectiva da *micro* violência, ainda na dimensão social, é dada pela estrutura da convivência nas comunidades. É no plano micro que operam os fatores que propiciam ou impedem o recrutamento para o crime. (Zaluar, 1997). Para Velho (1996), esta perspectiva está presente no que denomina a *dimensão cultural* da violência. O autor propõe um referencial antropológico no estudo da violência. O sistema de valores e relações sociais no Brasil passou por profundas modificações com a expansão da economia de mercado, as migrações, a industrialização, a introdução de novas tecnologias e o florescimento da cultura de massas. No bojo destas transformações, de acordo com o autor, as ideologias individualistas ganharam terreno, o campo de possibilidades socioculturais diversificou-se e houve um aumento das alternativas e escolhas quanto aos estilos de vida. Argumenta, ainda, que a difusão dos valores individualistas significou um

enfraquecimento nas formas tradicionais de relacionamento, associadas a uma visão hierarquizada de mundo.

Neste sentido, o autor parte de uma perspectiva que vê a sociedade como descontínua e heterogênea, manifestando-se em múltiplos níveis de realidade e sistemas cognitivos particulares. A relação entre esses níveis e sistemas é sempre problemática e este reconhecimento implica uma rejeição de percepções e usos excessivamente generalizantes da noção de cultura. (Velho, 1994)

A dimensão *moral* da violência, também, tem dois aspectos: um macro e outro micro. O aspecto *macro* está associado à existência de normas e regras legítimas e compartilhadas a um consenso moral sobre os limites aceitáveis da transgressão dessas regras de convivência social. A manifestação de desordem, neste plano, se verifica com a dominância da anomia e da alienação. Zaluar (1997), destaca que o aspecto *micro* está associado a fatores quase insondáveis, no limite personalíssimo, que fazem com que indivíduos com experiências sociais e biografias muito semelhantes, vivendo no mesmo ambiente de anomia e alienação, ergam ou mantenham barreiras morais de altura e resistência tão diversas. Em outras palavras, que fazem com que uns admitam chegar ao limite da transgressão, atravessando fronteiras para a criminalidade, e outros, mesmo inconformados com a situação em que vivem, não transgridam. Entre o crime e a rigorosa honestidade, vai todo um contínuo de comportamentos.

Sendo assim, é possível apontarmos pontos comuns dessas abordagens, no sentido de que a violência é: *fundadora de uma sociedade dividida e desigual, fundada em relações de dominação e de submissão*. (Tavares dos Santos, 2002:12). E ainda, para Ferraz (1994), a “violência” é vista por todos como atos lesivos aos interesses individuais e sociais quer seja reconhecida, pelo direito, ou não. Tais atos são conhecidos por uma variedade de fatos como: agressão, crime, guerra, greve, estupro, destruição da

propriedade pública e privada, etc. Acrescenta-se, ainda, os conflitos de trânsito, desde as ofensas e discussões verbais, as desavenças, agressões, até aqueles de conseqüências fatais como assassinatos, todos eles frutos das mesmas causas.

Os planos macro e micro nas dimensões sociais e morais conformam uma matriz de oportunidades, para a violência e o crime. Elas definem as barreiras sociais e institucionais e os incentivos e desincentivos às ações de violência. (Zaluar, 1997)

Por outro lado, é comum ouvirmos falar de violência objetiva e subjetiva. Apesar de, também, não haver consensos nestes dois pólos – violência subjetiva e objetiva –, em linhas gerais, deduzimos que a violência subjetiva está no mesmo plano da violência moral (Zaluar, 1997) e da violência simbólica (Bourdieu, 1982), pois se refere a uma gama de comportamentos que agridem o plano da subjetividade, no sentido de denegrir as identidades dos sujeitos envolvidos sem passar pelo plano concreto das agressões físicas. Enquanto que, a violência objetiva corresponde às práticas da violência física e estrutural para posteriormente agredir as subjetividades dos envolvidos.

Em se tratando da violência juvenil podemos perceber que, por um lado, a violência sob diferentes fatores, conforme destacado acima, perpassa os planos morais e sociais, subjetivos e objetivos, assim como, todas as camadas sociais, classes sociais e gerações sociais.

Estes diferentes planos se inter cruzam nas abordagens contemporâneas sobre a violência, de modo que passaremos a discutir, abaixo, as recentes interpretações sociológicas sobre o tema. No entanto, não faremos uma revisão exaustiva das vertentes, mas procuraremos apontar, de maneira sucinta, os principais argumentos teóricos e a necessidade da adoção de novas tendências teóricas sobre a violência.

3. Perspectivas teóricas sobre a violência

Para Tavares dos Santos (1995:92) o processo de formação do Estado moderno está inegavelmente associado à violência na vida social. Este é um eixo real que é compartilhado por todos os teóricos que têm se referido ao tema, desde Hobbes, passando por Simmel, Weber, e Elias, até chegar em Foucault. Porém, o autor, acrescenta que não são todos os autores que atribuem os mesmos significados, as mesmas causas e conseqüências à violência.

Segundo Tavares dos Santos (1995), existem duas grandes modalidades que enfocam o tema violência:

Por um lado, os pensadores e pesquisadores que definem a violência pelas noções de *integração* e *consenso*, tendo como corolário os termos de regra, norma e controle. Por outro lado, encontra-se quem constrói sua visão de violência no mundo social, segundo a ótica dos *conflitos*, tendo como conseqüência as noções de processo, de dinamismo e uma diversidade das formas de realização do social. Neste plano, o centro das preocupações passava a ser o conhecimento das relações de *dominação* e *exploração*. (Tavares, 1995: 282)

Essas duas correntes têm preocupações e motivações muito diferentes. A *primeira* considera a violência como um fenômeno que deve ser controlado através de um processo compulsivo de integração social. A idéia deste enfoque é que o desenvolvimento da sociedade produz como resíduo o processo crescente de “modernização” incorporado às disfunções e desajustes dos quais a violência e a delinqüência fazem parte. Assim, o principal objeto de estudo desta corrente estará constituído pela violência criminal e pela delinqüência.

Esta corrente refere-se sempre às idéias de ordem e equilíbrio, conceitos postulados como formas naturais da sociedade frente à desordem que significam os atos violentos, tanto de caráter criminal como de caráter político, já que o uso da força “não legítima” é sempre um ataque ao funcionamento “equilibrado” que mantém a ordem social integrada. (Tavares dos Santos, 1995)

A *teoria do controle* foi uma das mais influentes dentro dessa vertente. Dela se desprende que as ações da delinquência se verificam quando ocorre o rompimento do vínculo do indivíduo com a sociedade. A sociedade deve realizar uma função de contenção social através da pressão de suas instituições e mediante uma socialização adequada fazer com que os indivíduos internalizem uma auto-contenção social. Dentro desta linha interpretativa articula-se, também a teoria do *desvio social* que situará a origem da violência e da delinquência de certos indivíduos dos sistemas de valores culturais, em uma determinada sociedade. A causa da delinquência residirá, assim, na socialização desviada dos indivíduos em “subculturas”, como valores diferentes do resto da sociedade. (Tavares dos Santos, 1995)

No entanto, essa vertente já foi ultrapassada, devido ao seu reducionismo individualista do fenômeno. Sempre o “indivíduo” é considerado como problema. Porém, hoje, basta pensar na crescente heterogeneidade cultural e social da maioria das sociedades do mundo para constatar que estas teorias já não podem pretender dar conta do fenômeno atual da violência. (Riella, 2000)

A *segunda vertente* de análise enfatiza os processos de *dominação* e *conflito*. O foco principal desta análise volta-se para as novas formas da violência que se instalaram na sociedade com a criação do Estado moderno. A violência surge como violência “oculta” do Estado por mostrar-se como uma representação legítima e natural, sendo designada por violência institucional e simbólica. A maioria da investigação desta

vertente visa evidenciar a violência exercida pelos grupos dominantes e pelas instituições do Estado. (Tavares dos Santos, 1995)

Segundo Norbert Elias (1993), este processo marca o começo da lenta passagem de uma sociedade na qual predominava a violência aberta como forma legítima de resolver os conflitos para a predominância da violência institucional e oculta, mais simbólica do que física. Este processo civilizatório, segundo Elias, constitui a busca da superação da violência mediante a transformação da agressividade pela inversão no controle social. Desse modo, pouco a pouco, vai se eliminando a violência do tecido social, na qual passa a ser centralizada pelo Estado, produzindo nos homens um crescente autocontrole de suas ações.

Assim, Elias (1993) sinalizou que um dos aspectos mais importantes do “processo civilizador” é que a violência não é mais exercida de maneira espontânea, irracional e emocional pelos indivíduos, mas é monopolizada pelo Estado, mais precisamente, pelas forças armadas e pela polícia.

Este processo é, também, identificado por Foucault (1982), que abandona a idéia de um poder centralizado e alude a busca do disciplinamento da população, onde os indivíduos são submetidos por múltiplos mecanismos de poder a uma normalização de suas condutas sociais. A violência como um dispositivo de poder exerce uma relação específica com o outro pelo uso da força e da coerção, é uma modalidade da prática disciplinar.

A revolução burguesa, que está em início da desordem social da modernidade e da sociedade industrial, provoca a necessidade de controlar as novas ilegalidades que emergem, enquanto tais, junto aos direitos de propriedade que amenizam a construção do regime de disciplinamento do capitalismo industrial. (Foucault, 1982)

Segundo Foucault o poder não existe, o que existe são práticas ou relações de poder. O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona; ele não pode ser explicado inteiramente quando se deseja caracterizá-lo por sua função repressiva.

"O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente porque ele não pesa como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir" (FOUCAULT, 1982:19).

Para Tavares dos Santos (1995), a violência é fundadora de uma sociedade dividida e para compreender o fenômeno é necessário reconstruir a complexidade das relações sociais, localizando as relações de poder que exercem nas múltiplas formas, de modo transversal aos eixos de estruturação do social. Estes eixos de estruturação são as classes sociais, as relações étnicas, gênero, os processos disciplinares e o nível do inconsciente. Em cada um destes conjuntos de relações sociais, de redes de poder, as diferentes formas de violência estão presentes e devem compreender-se como um ato de *excesso de poder* que configura uma relação social inegociável, porque leva ao limite das condições de sobrevivência daquele que é objeto do agente da violência.

Segundo Tavares dos Santos (1982), a violência consiste, assim em um dispositivo que está composto por diferentes linhas de realização: apresenta visibilidade e sempre é antecedida ou justificada por uma violência simbólica exercida por subjetivação dos agentes sociais envolvidos na situação. A violência, em seu caráter instrumental, é sempre um meio para chegar a um fim, um procedimento de caráter racional, que envolve o arbítrio na medida em que a mesma desencadeia-se na produção de efeitos incontroláveis e imprevisíveis.

Na definição de Tavares dos Santos (1995), é possível percebermos que existe um *continuum* entre poder e violência. A violência é sempre uma derivação do poder que

se transforma em alguns atos e, frente a algumas situações por excesso de poder em violência. Os excessos de poder surgem diante de situação de dominação em que é possível negociar o conflito, mas que deriva de uma relação inegociável.

Para realizar esta definição o autor distingue, da mesma forma que Arendt (1994), a relação de poder e a relação de violência, pois considera o poder como forma de exercer a dominação que se caracteriza pela legitimidade e pela capacidade de negociar o conflito e estabelecer o consenso, enquanto que a violência é uma relação social inegociável pois, alcança, no limite, as condições de sobrevivência, materiais e simbólicas.

Hannah Arendt (1994) sublinhou as distinções conceituais entre o fenômeno da "violência" e do "poder", sobre outra perspectiva, pois, o que ela sustenta, diferentemente de Foucault e Tavares dos Santos, é que a violência não é apenas distinta do poder, mas, precisamente, o seu oposto. Se o poder é a capacidade que temos de agir em conjunto, toda impossibilidade de ação (política) estimula o ato violento.

Talvez, por isso mesmo, segundo Arendt a violência seja tão glorificada pela cultura de massa oferecendo-se ao ser humano fragmentado como o único gesto possível diante da burocratização da vida pública e da influência arrasadora dos grandes conglomerados econômicos. Na violência, então, há sempre a expressão de uma impotência tornada ativa. (Hannah Arendt, 1994)

Para Giddens (2000) existem, novas formas de violência que estão associadas ao novo Estado da sociedade contemporânea. O autor reconhece que as causas da violência atual são múltiplas e existem vários contextos em que a violência aparece na vida social e seu surgimento, na mesma linha de Foucault e Elias, sempre está relacionado às estruturas de poder. Neste sentido, a violência para Giddens é o outro extremo da persuasão, no qual os indivíduos, grupos e o Estado buscam impor sua vontade aos outros.

Para Giddens (2000), não é o aumento da força e da violência que faz com que o Estado assegure o monopólio da força e do poder soberano, mas o desenvolvimento de mecanismos de vigilância e de controle. Neste caso, o uso da *força* está sempre associado a um déficit em matéria de controle que ocorre em todos os sistemas de poder.

Contudo, os discursos teóricos sobre a violência contemporânea não se esgotam, somente, na visão desses autores. São inúmeras abordagens de autores clássicos e contemporâneos que se inter cruzam ou como associações de idéias ou como divergências de idéias. Em meio aos discursos a violência pode ser expressa como excesso ou falta de poder, incapacidade de persuasão, impossibilidade de estruturar relações conflitivas ou de negociar diferenças.

Embora, nem todos autores coincidirem, estritamente em suas definições, os mesmos se referem a algum problema de eficácia/ineficácia do sistema de controle social relacionados às mudanças produzidas pelas próprias causas da violência nas últimas décadas. As mais sinalizadas são a globalização, o enfraquecimento do Estado, o declínio da sociedade industrial e como corolário destas transformações a crise da modernidade.

4. Resignificações da violência: Resgatando novos paradigmas

Segundo Michel Wieviorka (1997), a violência não é a mesma de um período histórico ao outro. Cada grande época histórica possui um repertório específico das formas de ação, e mais particularmente da violência. Precisamente, as transformações recentes, a partir dos anos 60 e 70 são tão consideráveis que elas justificam explorar a idéia da chegada de uma nova era e, assim, de um novo paradigma da violência, que caracteriza o mundo contemporâneo. Quer se trate das manifestações tangíveis do fenômeno, e suas representações ou da maneira como as ciências sociais o abordam,

mudanças tão profundas estão em jogo que é legítimo acentuar as inflexões e as rupturas da violência, mais do que as continuidades. (Wieviorka, 1997)

Desse modo, e na mesma perspectiva de Wieviorka o autor Martuccelli (1999), menciona que a crise da representação progressista da história, na qual a violência possuía um sentido positivo como expressão da luta de classes, deu lugar na modernidade, a uma concepção negativa da violência, segundo ao qual ela aparece como um fracasso, e é concebida como um apelo ao mundo físico e material.

Para Wieviorka (1997), não há debate filosófico, moral ou ético a respeito da violência, e se vozes se fazem ouvir a partir da “sociedade civil” para pedir ao Estado que faça uso de sua força no estrangeiro, por exemplo, em situações dramáticas do ponto de vista dos direitos humanos, é numa perspectiva humanitária, eventualmente combinada à causa ecológica, em termos nos quais toda referência positiva à violência é banida.

Nesse sentido, Martuccelli (1999), parte da premissa que a violência se desfaz progressivamente de toda significação positiva no seio da modernidade. Ela poderia ser interpretada como parte da história: o antagonismo entre as classes sociais, sem dúvida é a expressão maior desta representação. Por não dispor de outros meios o “ator” recorre, à violência para se fazer “ouvir”. Essa leitura, tanto “política” quanto “ordinária”, visava, nas suas formulações mais radicais, transformar toda forma de violência em manifestação apenas disfarçada da luta de classes. Deve-se, ainda, lembrar que, para o autor, nessa representação até mesmo a delinquência foi inteiramente percebida como exemplo de “justiça social autoregida” pelos setores populares.

O significado imediatamente negativo da violência nas sociedades contemporâneas, destacado pelos autores acima, deve muito à crise intelectual e política dessa representação da história. O fato de que a idéia de “revolução” e de “liberação”

permitem compreender, que sua crise radical atual traz consigo uma definição da violência, doravante profundamente deslegitimada na totalidade de seus aspectos.

No entanto, podemos questionar, ainda, se de fato esta é a única matriz dotada de uma significação negativa. Até que ponto a violência se consagra em sua totalidade, como algo extremamente negativo? Neste caso, é preciso delimitar que tipo de violência estamos falando? Subentende-se, até aqui, a violência já refletida no plano social.

Creiamos, que aqui podemos cair num jogo de análise de “intenções”, no que tange aos aspectos da violência, devemos compreender que nem todos os indivíduos participam da mesma maneira desta experiência e que existem, na mesma linha de Martuccelli, contrastes importantes, historicamente diferenciados.

Para Martuccelli (1999), a violência é antes de tudo, de natureza subjetiva, um “sentimento”, uma maneira de “ter experiência” do mundo exterior, de ser e de se sentir exposto a ele. Os perigos que nos ameaçam, às vezes abusivos, causam a sensação de que nada é feito para realmente enfrentá-los. Mas, ao mesmo tempo, essa atitude dupla deve ser associada ao aumento da auto-reflexividade da sociedade e dos indivíduos.

O indivíduo sente-se ameaçado por riscos econômicos (quedas das bolsas, inflação, desemprego), tecnológicos (centrais nucleares), sanitários (novas doenças). O risco torna-se consubstancial à modernidade. É a incapacidade de controlá-lo no seio da sociedade em plena mutação organizacional.

O reconhecimento desses fatores pelos jovens deve empurrar a resistência de um autoritarismo patriarcal, de gerações e de classe, que, mediante o uso da violência repressiva, pretendeu negar e eliminar os conflitos produzidos pelas desigualdades e diferenças, em lugar de seu reconhecimento e negociação racional. Neste sentido, os conflitos de gerações são também políticos e não apenas produto de uma incerta “natureza rebelde” da juventude. (Abad, 2002)

Abad argumenta, que a incorporação social dos jovens, sem que haja sinais de conflitos, vai depender do grau de flexibilidade das instituições sociais que tratam dessa inserção, com maior ou menor custo social, as formas em que os setores sociais marginados vão disputar o território simbólico em que se exerce o poder, na luta pelo seu reconhecimento, e que isso funciona definindo as normas e instituições que intermediam essa negociação simbólica, incluindo, claro, as políticas sociais do Estado. (Abad, 2002:21). Assim, encontramos, na análise deste autor, outra possibilidade de analisar a violência sobre o ângulo positivo, principalmente no campo político-institucional.

Neste sentido, Wieviorka (1997) assinala que se a violência mesmo não política, infra ou metapolítica, remete ao ponto central onde se situa a política, isso significa que ela surja e se desenvolva através das carências e dos limites do jogo político, e que ela pode também, se as condições políticas estiverem reunidas, regredir ou desaparecer em função de um tratamento institucional das demandas que ela vem traduzir.

Em consequência, abre-se espaço para um maior desdobramento da *subjetividade juvenil*, a mesma que se realiza num tempo liberado, embora ainda plenamente agenciada e nem recuperada como possibilidade de liberação, que proporciona uma oportunidade única para enriquecer as identidades sociais e culturais das sociedades, mais do que em qualquer outro grupo de idade – e que explica o potencial transformador da juventude em áreas tão díspares como a participação social e política, a expressão artística, as concepções sobre o ócio e o uso do tempo livre, os consumos e as produções de objetos culturais, e as relações sexuais e afetivas, entre outras. (Abad, 2002)

No caso do Brasil, Porto (2000) afirma nessa mesma perspectiva, que é possível perceber que está ocorrendo no Brasil de hoje uma ressignificação da violência. A dificuldade por vezes ressentida ao se definir violência, decorre do fato de que, não se trata de um conceito sociológico, mas de uma categoria empírica de *manifestação do*

social, sua compreensão é dependente dos arranjos societários de que emerge. Daí a recorrência das análises onde a violência é caracterizada como algo ambíguo, relativo.

Esta autora resgata novos ângulos de análise que conduzem pensar a violência, também, através de uma relação entre exclusão/inclusão social, apreendida não como formas excludentes ou dicotômicas, mas como categorias integrantes de uma mesma dinâmica, nas quais atores sociais podem vivenciar alternadamente formas de inclusão/exclusão decorrentes de processos sociais fragmentados, diferenciados e plurais.

Para o tema violência juvenil e políticas públicas, esta abordagem tem a vantagem de ampliar o quadro conceitual e o espaço empírico a partir dos quais a violência pode ser analisada. Ainda que o objeto da análise empírica seja analisar a capacidade do poder público e conter atos excessivos de violência juvenil, percebe-se a insuficiência dos contornos do Estado-Nação enquanto enquadramento para a reflexão e ‘interferência’.

Rifiotis (1995b) encontra a matriz básica de sua proposta sobre a positividade da violência nos trabalhos de Pierre Clastres (1980), referindo-se, particularmente, à noção de *sociedade contra o Estado* utilizada na guerra, e nas sociedades indígenas. Para Clastres, o Estado funciona como uma máquina de unificação, enquanto a violência e, em particular a guerra, atuaria no sentido inverso.

Nestes termos Rifiotis (1995b), acredita que a violência poderia também ser pensada nos aspectos que fazem dela um elemento instaurador de identidades locais (étnicas, culturais, etc), e da construção através dos processos de socialização.

Diante deste contexto, mesmo que algumas das temáticas presentes nas agendas governamentais de sociedades tão distintas como o Brasil e de países europeus, por exemplo, apresentem inúmeras semelhanças e pontos de contatos, a natureza das respostas

encontradas está circunscrita à especificidade e singularidades nacionais, irredutíveis a processos globais.

Há poucas décadas, estupro ou espancamento de mulheres eram fenômenos tratados na esfera privada, não nomeados como violência. A própria criação de delegacia da mulher e a criminalização de atos de violência contra a mulher sinalizam para novos sentidos do que se considera violência, o que reflete um outro estatuto da condição feminina. Apontam também, para uma maior igualdade entre os sexos, na medida em que a mulher se constitui enquanto portadora de direitos.

É ainda, este mesmo deslocamento de sentido em relação ao que se assume como pertinente às esferas do público e do privado, o que permite reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em defesa dos quais se pode questionar legalmente o arbítrio do poder familiar.

As novas possibilidades de organização da sociedade civil têm propiciado indícios que confirmariam a pertinência dessa hipótese, ao sinalizar como crise e até mesmo como *barbárie*, demonstrações de violência que foram, tantas vezes, assumidas no passado como traços culturais. Nesse sentido, pode-se afirmar que hoje a sociedade brasileira percebe a violência de uma forma diversa daqueles que confirmavam o social dos tempos da *Casa-Grande e Senzala*. No entanto, a pergunta que fica é se realmente existe, nestas situações, questões de causa e efeito, pois será que estes novos espaços de conquistas no campo dos direitos humanos realmente têm ligação direta com este novo paradigma da violência?

Voltando-se para o ângulo, enquanto produtos de demanda e conquistas da sociedade civil, o retorno à democracia, ou de práticas sociais institucionalizadas, articula-se a um movimento amplo de reivindicação do estado de direito como condição de realização da igualdade na cidadania. Resta saber, então, se a violência é vista e percebida

de modo “consciente” pelo Estado, como espaço de reivindicação, ou apenas como uma questão de direitos humanos e ordem social a serem reparados?

A violência de jovens, membros das camadas médias, poderia ser pensada, ao que tudo indica, como uma manifestação do que foi referido no início deste item como situações nas quais os mesmos atores vivenciam processos de inclusão/exclusão. Jovens integrados na dimensão sócio-econômica, participantes dos direitos que os definem como cidadãos, manifestam pela violência, uma exclusão dos processos identitários.

É pertinente postular que a maior visibilidade do fenômeno da violência no contexto da redemocratização, bem como sua rejeição decorrente de um refinamento do que se está chamando sensibilidade coletiva, articulam-se, igualmente, a uma postura muito mais energética da sociedade face ao fenômeno da impunidade.

Se mudar a natureza do social, mudam, igualmente, as formas de manifestação da violência e de suas significações. Violência que vem se caracterizando como difusa e atomizada face aos possíveis sentidos originários. Violência sem objeto, despolitizada, instrumental ou instrumentalizada. (Wieviorka, 1997)

Esta mudança é perceptível em um estudo comparativo de algumas formas da violência urbana entre a França e o Brasil por Eric Macé (1999), ao concluir que nas cidades francesas a violência tem um caráter anti-institucional (ela é evidenciada contra o Estado) enquanto que no Brasil a violência urbana está ligada a uma falta de regulação, por parte do Estado, das relações sociais, culturais e econômicas (ou seja, a violência se dá por ausência do Estado).

Enquanto as principais formas de violência urbana na França são as rebeliões nos bairros populares periféricos, isto não ocorre no Brasil a ponto de colocar problemas de tradução, pois parece difícil para um brasileiro conceber como “rituais” estas cenas, que agora são familiares aos franceses, do confronto entre jovens rebeldes e forças policiais,

sobre um fundo de carros incendiados, coquetéis *molotov* e gás lacrimogêneo, e isto sem derramamento de sangue. Segundo Macé (1999), sem dúvida, as condições de tais rebeliões não estão reunidas no Brasil, pelo menos por três razões: relação como o Estado, a configuração social dos bairros populares e organização da polícia.

Entre estas questões Wiewiorka (1997) se coloca frente a duas idéias centrais, mais opostas que complementares. Uma claramente *instrumental*, que cresce quando a ordem social se desfaz, onde não há “atores” estratégicos envolvidos, e que é uma relação de conflitos que se dispensa à comunicação e à relação entre atores; a outra idéia é denominada, pelo autor, por violência *não instrumental*, que significa a impossibilidade para os atores sociais estruturarem suas práticas em uma relação de mudanças mais ou menos conflitivas, traduzindo-se num déficit nas relações, na comunicação e no funcionamento da relação entre atores, é a voz não reconhecida do sujeito rechaçado, prisioneiro da exclusão social e da discriminação racial².

No entanto, complexificando esta discussão é possível observar, paralelamente a esta questão, que a violência sobre o ponto de vista instrumental e de caráter positivo, ocorre de maneira não-intencional por parte dos indivíduos, correspondendo, simultaneamente, um déficit nas relações sociais, conforme destacado por Wiewiorka. Cabe enfatizar que a violência focada por este prisma positivo não “deixa” de propiciar a fragmentação e a decomposição do social.

Esse paradoxo assinala, também, que o mundo é cada vez mais um universo sem atores, e exclusivamente atraído por essa lei da selva que é o mercado, pelo caos ou pelo choque das identidades e das culturas, bem mais do que por relações mais ou menos negociadas que implicam um mínimo de reconhecimento mútuo. (Wiewiorka, 2000)

² Segundo dados do IBGE, 54% da população brasileira declara-se de cor branca e 45,4% de cor preta e parda - considerada como sinônimo de população negra ou afro-descendente. A população afro-descendente no Brasil é a segunda maior do mundo, inferior numericamente somente à população da Nigéria, país de maior população na África. (IBGE, 2000)

Para Wieviorka não é mais a luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém com os atores uma relação de dominação, e sim a não relação social, a ausência de relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial, que alimentam hoje em toda parte do mundo, inclusive na Europa ocidental, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, fruto da raiva e das frustrações.

Se há certamente uma ligação entre a violência e essas mudanças sociais, tal ligação não é automática e imediata, a violência deve ser concebida a partir dessas mediações. Ela não surge diretamente da mobilidade descendente, ou da crise; assim, os motins dos bairros difíceis da França ou da Inglaterra ou das grandes metrópoles americanas sobrevêm por ocasião de excessos policiais ou de decisões inadequadas da justiça.

... bem mais do que como um protesto contra o desemprego; a raiva e o ódio dos jovens exprimem-se certamente tendo por trás um cenário marcado por dificuldades sociais, mas correspondem acima de tudo a sentimentos fortes de injustiça e de não reconhecimento, de discriminação cultural e racial. O desemprego e a pobreza... não se traduzem imediatamente ou diretamente em violências sociais... mas sobretudo alimentam frustrações.. (Wieviorka, 1999:51)

Observamos que na mudança histórica do sentido da violência não se considera mais o fenômeno no que ela apresenta de mais concreto e objetivo, mas percepções e representações que a descrevem. Wieviorka (1999) destaca que em diversos países, a *violência subjetiva*, tal qual é sentida, apresenta como primeira característica fundamental, a de parecer ter perdido qualquer legitimidade no espaço político, quase a ponto de significar o mal absoluto; ela é o que a sociedade deve prescrever e combater completamente, tanto no seu interior como em seu exterior.

São várias as conclusões as quais podemos tirar deste novo contexto de violência que se instaura em tempos modernos. A questão talvez, não é se ela tem ou não um

aspecto positivo e contestador, denunciante da dura realidade, mas se diante da falta de respostas políticas institucionais haverá limites sociais suportáveis deste novo aspecto “positivo” e contestador da violência?

Em meio aos diversos questionamentos aqui enunciados, fica em nossas mentes a perplexidade de chegarmos, no mundo contemporâneo, ao que tudo indica, presenciando no tocante das manifestações a forma mais crua e perversa: a *violência* já instrumentalizada.

Contudo, independentemente da simultaneidade das violências subjetivas e objetivas (ou mais subjetiva como queira Wieviorka), da violência social que denuncia o aparato político institucional e da violência no campo da “manifestação social”, há que se levar em conta, que grandes estragos estão sendo feitos no tecido social como um todo, dos quais ainda não temos noções suficientes das atuais e futuras conseqüências.

5. Repressão política: Heranças históricas de violência no Brasil

Ao traçar um quadro da questão da violência no Brasil, Adorno (1995) afirma que a *História do Brasil é, sob um certo aspecto, uma história social e política da violência* (p. 19). Lembra as repressões às lutas populares nas diferentes regiões do país, salientando que nesse processo seletivo não se economizou força, não se pouparam vidas: *a questão da violência no Brasil é, também, um problema de cultura política do país é, antes de tudo, o problema do modo pelo qual nossa sociedade estabelece culturalmente as relações de poder* (p. 23).

A assimetria das relações de poder na sociedade brasileira pode ser evidenciada por diversos ângulos e, um deles é o poder político. É nessa perspectiva, que se inserem os estudos sobre violência que relacionam Estado e sociedade. O Estado aparece assim,

como uma instância que reflete as relações autoritárias existentes na sociedade e a maneira, também autoritária, de esta resolver seus conflitos e superar as diferenças e dificuldades nos campos econômicos, social, político e cultural.

No caso do Brasil, com a formação de uma força de trabalho urbana livre, o recurso à violência se torna uma constante. Durante toda a história da República o aparelho estatal brasileiro submeteu as classes dominadas a maus tratos e torturas. Na República Velha, os operários foram sempre encarados como potencialmente perigosos, devendo os líderes que procuravam organizá-los serem desterrados para lugares longínquos do Brasil ou, no caso de serem estrangeiros, deportados para seu país de origem, a fim de não “contaminarem” seus colegas com suas condutas.

É neste momento que a questão social passa a ser considerada um caso de polícia e se criam inúmeros mecanismos de intimidação e controle que perduram até hoje. (Oliven, 1994:14). No entanto, ao invés de intimidar as ações violentas, o aparelho Estatal propiciou o aumento constante da violência.

Para o autor, a violência e a tortura com que a polícia tem tradicionalmente tratado as classes populares, longe de se constituírem numa “distorção” devido ao “despreparo” do aparelho de repressão têm uma função eminentemente política – no sentido de contribuir para preservar a hegemonia das classes dominantes e assegurar a participação ilusória das classes médias nos ganhos da organização política baseada nessa repressão. No entanto, é possível perceber que na realidade atual isso não ocorre, a violência se propagou a ponto de destituir a capacidade de controle do Estado. E o segmento juvenil, tem sido o mais vulnerável a este fenômeno.

O mito da índole pacífica do brasileiro conseguiu se desenvolver apesar dessas evidentes manifestações de violência no cotidiano brasileiro e só foi extirpado depois de

1964 quando a repressão política também atingiu a classe média através da ação dos órgãos de segurança. Mas, mesmo no auge da repressão o Estado preocupava-se em divulgar uma imagem do Brasil como sendo uma ilha de tranquilidade num mundo conturbado. O Brasil era um país que “ia para frente” e tratava-se de “amá-lo ou deixá-lo” como a AERP (Associação Especial de Relações Públicas do Governo Médici) se encarregava de doutrinar. (*ibidem*, 14)

É por isto que chama a atenção o fato de que quando começa a “abertura” o mito da índole pacífica do brasileiro é relegado a um segundo plano no discurso oficial e a “violência urbana” é alçada a posição de “problema nacional”, aparentemente por terem as classes médias e altas sido também atingidas por ela. Entretanto, quando os meios de comunicação de massa e alguns políticos falam em “violência” estão se referindo quase que, exclusivamente, à delinqüência de classe baixa, minimizando o arbítrio policial. (Oliven, 1994:15)

No Brasil, a partir de 1964, a violência representada pelo Estado, vai além da repressão policial:

Quando o presidente Figueiredo, respondendo a uma pergunta de uma criança, afirmou que, se seu pai ganhasse o salário mínimo, meteria uma bala na cabeça, ele não estava fazendo mais do que reconhecer o que todo mundo já sabe: que o salário mínimo também é uma incrível forma de violência. (Oliven, 1994:16)

Para Oliven, o aumento de assaltos e roubos que se tem verificado nas grandes cidades brasileiras precisa, pois, ser discutido neste contexto. Por se constituírem nos centros mais dinâmicos do capitalismo no Brasil, as grandes cidades representam espaços nos quais suas contradições se tornam mais evidentes, a riqueza e a opulência vivendo lado a lado com a mais fragante miséria.

É contraditório pensarmos que, por um lado, o Estado demanda políticas públicas de proteção ao jovem, e por outro lado, invalida os jovens e os demais sujeitos sociais com exemplos dramáticos de violência na história do Brasil. É mister nos indagarmos sobre possível presença da violência nos jovens como forma de reações e continuidade da “violência estatal”, numa interação cíclica de ação e reação de violências, marcada por desgraças, ódio e temor. Se desejarmos compreender, neste trabalho, alguns aspectos que levam os jovens ao mundo da violência é importante olharmos atentamente para a herança histórica de violência que o Estado deixou e têm deixado aos jovens brasileiros.

O Estado está tradicionalmente no centro da análise sobre violência, e a sociologia clássica associa os dois temas, quando mais não fosse na fórmula célebre de Max Weber (1976), que escreveu que o Estado é a invenção institucional da proteção da bolsa e da vida de seus membros contra a ameaça representada pela predação violenta através do monopólio do uso legítimo dos meios de violência.

No entanto, a definição analítica proposta por Max Weber não contempla o aspecto da contenção da violência e da criminalidade, pois, segundo Wieviorka (1997), os Estados contemporâneos, ou pelo menos alguns dentre eles, estão enfraquecidos. A mundialização permite dificultar o quadro territorial, administrativo e político dos Estados. Diante da globalização do crime organizado, principalmente no que concerne às drogas, o Estado parece obrigado a recuar frente às atividades informais, ao mercado negro e ao trabalho clandestino.

Se por um lado, o autor, conclui que é cada vez mais difícil para os Estados assumirem suas funções clássicas, no sentido de que o monopólio legítimo da violência física parece minimizado, na prática, a célebre forma weberiana parece cada vez menos adaptada às realidades contemporâneas. Por outro lado, há que se considerar sobre sua

análise que a herança histórica-cultural do monopólio legítimo da força estatal deixa pesar nos “ombros” da sociedade o lastramento da violência em seqüência.

Trata-se do ocultamento das heranças históricas do Estado brasileiro (assim como em outros países) onde se “germinou” sementes da violência, através de revoluções e guerras civis internas. Segundo Oliven (1982:23), nossa história nos ensina que ao lado dos grandes e incruentos acontecimentos oficiais (como a Proclamação da Independência e a da República) ocorreram uma violenta repressão a movimentos populares como Quilombo dos Palmares, a Cabanada, a Balaiada, Canudos, Contestado, os Muckers e a revolta da Chibata, esta última resolvida de um modo tão brasileiro, isto é, a anistia dos rebeldes e seu subsequente desaparecimento. O uso da força estatal também permeou acontecimentos, como as guerras civis no Rio Grande do Sul (onde o modo de tratar os inimigos era a degola), ou a vida cotidiana dos homens livres na ordem escravocrata cujo dia-dia era profundamente marcado pela violência.

São fatos que a sociedade presenciou de geração a geração, que se reconfiguraram junto às novas características de exclusão e inclusão social da contemporaneidade, criando novos paradigmas, principalmente entre os jovens, e que no entanto, manteve-se a violência estrutural construída ao longo da história.

Desse modo, a reconfiguração da questão da violência e do Estado se define através de experiências em que a violência se desenvolve em meio às carências do Estado. Da visão clássica do monopólio da força física de Weber para o Estado de Bem-Estar Social, é possível perceber que não se legitima nenhuma das duas situações.

Assim, o clima de tensão permanente e longe de ameaçar o sistema, o consolida. Neste esquema de utilização político-ideológica da violência pouco se questionam o controle sobre o aparelho de repressão, os crimes de colarinho branco, as grandes

negociatas, os acidentes provocados por falta de segurança no trabalho, a violência contra o meio ambiente e a morte pela miséria.

Diante deste contexto, é imperativo que se reconheça que o elemento de ação concreta do Estado sobre as práticas violentas da sociedade contemporânea encaminha-se aos limites da atração de um de seus aparatos repressivos – a *polícia*. Para Abranches (1994:151) a polícia é inoperante. Em muitos estados, quase irremediavelmente corrompida. Ela é violenta, a primeira a não respeitar as leis, quando deveria cuidar para que fossem respeitadas. Ela está mal estruturada e organizada.

Em outros termos, temos na atualidade, por um lado, a repressão policial autoritária e corrupta que contribui para o aumento da violência disseminando ódios e revoltas. Se por outro lado, também, existe a ação policial justa e reparadora indispensável à manutenção da segurança, a questão é sabermos qual das duas ações prevalece? Ora, o que procuramos evidenciar até aqui é justamente a dificuldade de quebrar com a predominância da repressão policial instaurada historicamente e culturalmente.

No estudo comparativo da violência no Brasil e na França, Macé (1999) conclui que tanto no Brasil quanto na França, a polícia é mais uma parte do problema da violência urbana do que uma parte da solução para o próprio problema, pelo fato de alimentar freqüentemente a espiral repressiva, criminal e revoltosa.

Na visão de Rifiotis (1999:2), a polícia amplia os seus “conhecimentos”, vivendo concretamente diferentes experiências – fazendo “polícia”. Porém, esses conhecimentos nem sempre são apresentados aos responsáveis pela implementação de políticas de seguranças e justiça. Na maioria dos casos, essa experiência permanece intuitiva, e os conhecimentos acumulados não chegam a se transformar em instrumento efetivo de reformulação das práticas policiais.

O autor destaca que se trata de falarmos em “meios” e “instrumentos” para melhorar a ação policial, o que nos leva a pensar em termos de salário, carreira, viaturas ou produtos de tecnologia de comunicação e informação, bem como, em sua atualização constante e na parceria com outros setores da sociedade.

Rifiotis (1999:4) menciona que para termos uma visão mais ampla da produção de segurança exige-se um conhecimento das perspectivas e expectativas de cada um dos envolvidos nos casos de violência. Partindo da “vítima” do “agressor”, dos grupos que atuam na defesa de minorias vulneráveis, e do sistema de segurança e de justiça com todos os seus atores.

O autor, ainda, destaca que a análise do impasse da ação policial frente ao binômio ineficiência-impotência está na revisão dos termos deste debate, no sentido de superar os limites atuais e examinar as práticas policiais concretas, levando em conta as diferentes percepções de todos os envolvidos. A polícia como instituição precisa de diretivas objetivas de ação. Precisa-se definir socialmente essas diretivas, e construir os mecanismos de cooperação necessários para atuar nos conflitos. (Rifiotis, 1999)

Assim, os conflitos são remetidos ao ponto central onde se situa a política e a ação policial, isso significa que eles surgem e se desenvolvem através das carências e dos limites dos jogos políticos e que podem, também regredirem em função de um tratamento institucional das demandas que vêm traduzir, ou seja, a representação prática e efetiva das políticas públicas.

CAP II – OS DISCURSOS TEÓRICOS SOBRE A JUVENTUDE

Buscamos neste capítulo discutir as principais tendências teóricas sobre a juventude. A busca constante da melhor compreensão possível do que vem a ser a juventude, está presente neste trabalho como subsídio teórico indispensável aos estudos que possam envolver a juventude como objeto de análise. Pois, para compreendermos o alcance dos resultados das políticas públicas de prevenção à violência juvenil, destaca-se a importância da articulação teórica entre os estudos sobre a violência e os estudos sobre a juventude.

1. Os marcos teóricos da juventude: Tensões e divergências

A juventude é analisada sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, na visão de diferentes autores Pais (1990), Margulis (2001), Mannheim (1978), Eisenstadt (1976), Zaluar (1997), que reconhecem que, a moderna condição do ser jovem encerra uma tensão intrínseca.

Em sua concepção mais *geral*, o termo “juventude” se refere ao período do ciclo da vida em que as pessoas transitam da infância à condição adulta, durante o qual produzem importantes trocas biológicas, psicológicas, sociais e culturais. (Villa, 2000:26)

No entanto, percebe-se que trabalhar com uma definição pronta e acabada, sobre a juventude não é tão simples. O tema permite constatar a existência de diferentes transformações da condição juvenil que variam conforme as diferentes relações sociais

estabelecidas sob o aspecto: cultural, geracional, étnico, classe social e gênero. Apesar disto, o critério mais usado para identificar a população jovem tem sido a idade. Este critério não apresenta maiores problemas de confiabilidade e passa ser uma variável considerada em grande parte das investigações sobre o tema .

O acordo sobre a necessidade de estabelecer uma definição normativa, ou seja, a partir da faixa etária, como critério principal, nos conduz a perguntar quais são os limites etários mais apropriados para apreender a essência do fenômeno da juventude?

A diversidade de enfoque é intensa em relação à distinção do jovem entre os demais segmentos da população. No entanto, para estabelecer a idade inicial da juventude, se observa um razoável *consenso* sobre os critérios derivados do enfoque biológico e psicológico sob a compreensão de que os desenvolvimentos das funções sexuais, biológicas e psicológicas são fatores que diferenciam com nitidez a infância da juventude. Junto a isto, surgem dúvidas que questionam as verdadeiras práticas dos critérios etários como definição operacional. (Villa, 2000)

Um segundo aspecto que compromete a definição de juventude são as disputas interdisciplinares. Villa (2000) destaca que nas últimas décadas se observa um aumento de interesses de diversas áreas disciplinares como a biologia, a psicologia, a sociologia, as ciências políticas e a antropologia. Desenvolvem assim, suas próprias especificidades no campo da juventude. É possível que este interesse provenha de motivações puramente acadêmicas por mergulhar num campo relativamente duvidoso, cuja complexidade e riqueza correspondem a múltiplos desafios conceituais e metodológicos.

Um terceiro fator é a perda de consistência do conjunto de *status* que constituem as formas de identificação do mundo adulto. No passado, o ingresso ao mundo adulto implicava confluência temporal de comportamentos econômicos, sociais, culturais e políticos os quais convergiam em torno do estabelecimento de padrões. Nessa perspectiva

o modelo adulto estava constituído como um leque de condutas mutuamente consistentes, como por exemplo, as relações familiares. No entanto, os valores e normas que regulam o funcionamento destes âmbitos complementavam-se através da reprodução de outras instituições primordiais, como a igreja e a comunidade.

Neste sentido, Quapper (2001) menciona que se tem instalado em nosso imaginário a versão de que o mundo jovem está em transição preparatória para ser adulto. A moratória psicossocial discutida por Erikson (1982) é claramente o conceito central desta discussão. No entanto, Quapper aponta debilidades desta conceituação, pois neste ponto de vista se reforça a idéia de pensar o social a partir do adulto, sinalizando o juvenil, sempre em referência ao parâmetro central que é o adulto. Assim, o juvenil perde importância em si mesmo, e sempre será avaliado em função dos parâmetros do mundo adulto. (Quapper, 2001)

Este modo de ver a juventude como mera transição decorre de uma compreensão da ordem social adulta como estática e rígida em posição à pretensa “instabilidade” juvenil, fato que não se sustenta hoje, pois parte significativa do que denominamos condições contemporâneas da vida se inscrevem na insegurança, na turbulência e na transitoriedade.

As observações anteriores incidem sobre o fato irrecusável do alongamento da transição como produto da modernidade, que exige, cada vez mais considerar a juventude como um momento do percurso de vida capaz de reter sua peculiar forma de vivê-lo e menos como mera etapa preparatória para a vida adulta. No entanto, não se trata de uma simples extensão da duração dessa fase, mas, de um processo de reestruturação e recomposição dos atributos sociais da juventude e das formas de inserção da maturidade nas sociedades modernas.

Para Morin (1977), a juventude existiria como um grupo de idade identificado aos modelos culturais das sociedades de massas. Na ótica do autor, a juventude emerge como categoria organizada e segmentada nas sociedades atuais, independentemente de origem social, geográfica e de gênero. Para outros, como Chamboredon (1985), a juventude existiria como categoria etária dissolvida em uma inerente diversidade recoberta pelas múltiplas classes sociais. (*apud*, Spósito, 1997)

Sob o ponto de vista demográfico o – Centro Latino Americano de Demografia, CELADE – (2000) define o jovem como um grupo de população que corresponde a uma determinada faixa etária variando segundo os contextos particulares, e que no entanto, geralmente, se encontra na faixa de 15 a 24 anos. No caso de contextos rurais e de aguda pobreza a faixa etária se encontra em torno de 10 a 14 anos; em vários casos os contextos de extratos sociais urbanizados a faixa etária é de 25 a 29 anos. Através desta perspectiva os jovens, devido às diversas circunstâncias particulares, podem identificar-se como um conjunto de pessoas que pertencem a faixa etária entre 10 a 29 anos. Embora esse tipo de definição não possua possibilidades teóricas muito sofisticadas.

As faixas etárias acima descritas referem-se aos trabalhos analíticos sob o ângulo quantitativo, onde se encontram diversas fontes estatísticas, indicadores sociais sobre os jovens, censos demográficos, etc. Por outro lado, as arbitrariedades que as definições estatísticas podem apresentar em torno da faixa etária escolhida, conta com adequados fundamentos substantivos, na medida em que a entrada e saída desta etapa de vida coincidem com processos sumamente relevantes, pois, nem todas as pessoas de uma mesma idade vivenciam este período vital da mesma forma. A sociologia e a ciência política têm insistido na necessidade de incorporar outras variáveis de análise ao fenômeno juvenil.

Na versão de Bourdieu (1990), o uso da idade para significar uma complexa realidade social é uma manipulação efetuada por sociólogos e cientistas sociais. Para este autor, a juventude não é algo dado, mas que se constrói socialmente entre jovens e velhos. A idade é um dado manipulado e o direito de falar dos jovens como unidade social de um grupo constituído, que possui interesses comuns e que se referem a estes interesses com uma idade definida biologicamente, constituindo em si, uma manipulação evidente.

Já para Margulis (2001), na sociedade atual, a condição da idade não permite concentrar a complexidade de significações vinculadas à juventude. A questão da idade não se traduz em competências e atribuições uniformes e previsíveis. Há distintas maneiras de ser jovem em meio à intensa heterogeneidade que se observa no plano econômico, social e cultural. Não existe uma única juventude. Na cidade moderna as juventudes são múltiplas, variando em relação às características de classe, do lugar onde vivem, e da geração a que pertencem, além da diversidade, do pluralismo, e estado cultural dos últimos anos se manifestarem privilegiadamente entre os jovens que oferecem um panorama sumamente variado e móvel, que abarca seus comportamentos, referenciais identitários, linguagens e formas de sociabilidade. (Margulis, 2001)

Levi & Schmitt em “*História dos Jovens*” (1996), atribuem um caráter de liminaridade da juventude, pois ela situa-se num período de pura mudança e de inquietude em que se realizam as promessas da adolescência, entre a imaturidade sexual e a maturidade, entre a formação e o pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisição de autoridade e de poder.

Diante disto, uma das formas de resolução desse impasse, para tornar exequível o empreendimento investigativo, reside em reconhecer que a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que

os critérios que a constituem enquanto sujeitos são históricos e culturais. A juventude é uma condição social e ao mesmo tempo um tipo de representação. (Peralva, 1997)

2. O clássico debate teórico: geração juvenil e classe social juvenil

A partir destas considerações, é possível reconhecemos que o campo analítico da juventude vem adquirindo diferentes formatos. No entanto, existem duas principais abordagens clássicas sobre a juventude que, ainda, geram controvérsias.

Assim, Pais (1990), ao examinar um conjunto significativo de autores que se dedicaram ao tema da juventude na sociologia, realiza um esforço de sistematização, configurando, ao menos, dois grandes blocos que indicam a construção social do campo de estudos: o primeiro compreenderia os trabalhos que consideram a juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase de vida, com ênfase nos aspectos geracionais; o outro, em trabalho cuja temática estaria subsumida no interior de outras dimensões da vida social, definida a partir de universos mais amplos e diversificados, sobretudo aqueles derivados das diferentes situações de classe. Segue abaixo a delimitação de ambos os campos.

2.1 O discurso das “gerações”

As gerações vêm sendo colocadas com grande força nas pesquisas e nos debates das ciências sociais. Sem dúvida o tema da juventude tem destaque neste campo. Direta ou indiretamente falando, muitas explicações teóricas sobre a juventude têm como pano de fundo o enfoque geracional e avançaremos no sentido de pensarmos as teorias de gerações em conjunção ao conceito de juventude.

Para Margulis (2001), as gerações aludem as condições históricas, políticas, sociais, tecnológicas e culturais de uma determinada época em que um novo segmento social se incorpora à sociedade. Cada geração se socializa em determinada época - de nascer e viver - , internalizando os códigos de seu tempo e do momento social e cultural.

O autor destaca que uma geração não é um grupo social. As gerações proporcionam a seus integrantes maiores condições para a homogeneidade grupal. A permanência grupal a uma geração juvenil ocorre pelas mudanças de status juvenil no transcurso do tempo. Já o pertencimento a uma classe proporciona outras condições de continuidade, pois o tempo de mudanças de classes não é provável e depende do tempo transcorrido. (Margulis, 2001:47)

Domingues (2002) propõe uma tese homogenizadora e que tendencialmente aponta para as gerações como coletividades centradas, com identidade clara e mesma organização. Trata-se de propor um conceito de gerações que escape desses equívocos permitindo, assim, uma visão que contemple a heterogeneidade, o descentramento e a interatividade das gerações sociais, sem deixar de lado seu substrato material, inclusive biológico. O conceito de subjetividade coletiva será fundamental para este autor.

Neste sentido, o autor conceitua as diversas gerações, mas também, as relacionadas com outras subjetividades coletivas, com as quais se inter cruzam, como gênero, raças, empresas, as diversas divisões do estado moderno, a família, etc. Elas mesmas, também, estão constituídas relacionalmente em sua multidimensionalidade. Evidentemente, que as gerações têm se dividido em classes, gêneros e raças desde sempre. Contudo, o autor, destaca que a pluralização dos estilos de vida, a multiplicação de “tribos” e grupos com, sobretudo, distintas sensibilidades e preferências estéticas, mas, por vezes igualmente com comportamentos diferenciados agudiza a heterogeneidade dessas subjetividades coletivas. (Domingues, 2002)

O conceito de gerações de Mannheim (1978) é ainda o mais interessante e a mais completa tentativa sociológica de dar conta do tema. Todos os autores que recentemente retomaram o tema lançam mão da teorização de Mannheim. Segundo ele sua obra sofreu em grande medida a influência de Hegel, as gerações se punham, antes de mais nada, como um tipo de coletividade muito aproximadamente articulada aos processos históricos de mudança social. Nesse sentido, segundo Mannheim se colocavam como um princípio de explicação, até certo ponto, alternativos às classes tal qual se apresentam no “materialismo histórico”. Sucedendo-se no tempo, as gerações se apresentavam como a “não simultaneidade do simultâneo”.

As gerações são definidas por Mannheim (1978), primeiramente, por compartilharem uma posição biológica – nascimento e morte, sem que possam ser todavia reduzidas a isso. Sua articulação social é obviamente decisiva. Em primeiro lugar, se põem como “locais geracionais”, inertes e estruturais, possibilitando que se compartilhem posições sociais, de modo semelhante às classes no que tange à estrutura econômica e de poder.

Acentuam-se as gerações como conjuntos de “relação” amplos e vagos, que implicam outrossim experiências, vivências comuns, que fazem com que a geração enquanto potencialidade avance na direção da confrontação de “grupos concretos” variados. Aquelas relações amplas e indistintas de qualquer forma se estabelecem a partir do momento em que experiências comuns e laços emergem, quando “destinos comuns” se tecem ao passo que certos grupos, que biologicamente poderiam conformar uma geração, não ultrapassam o estágio de meros agregados de nascimento. Por outro lado, àqueles grupos concretos fundam “unidades de geração”, que podem ser múltiplas, e se enraízam em contatos pessoais, espirituais e emocionais, embora possam ulteriormente tornar-se independentes disso. Aquelas unidades, contudo, compartilham conteúdos mais concretos

e específicos, bem como laços mais estreitos e podem estar em contradição e luta umas com as outras. (Mannheim, 1978:524)

Em meio às discussões conceituais sobre as gerações, Domingues cita Corsten (*The time of generation*, 1999), destacando alguns avanços do autor. Corsten busca dar um sentido contemporâneo às discussões de Mannheim sobre as gerações, suas relações amplas e sua experiência comum. Além disso, ele assinala que as gerações somente se constroem em processos de interação com outras gerações: o discurso das gerações que “co-existem” é “co-constutivo”. Isso se apresenta como um elemento fundamental dos processos construtivos externos que somam aos processos internos, ambos sendo fundamentais para a compreensão de como a experiência de uma geração é tecida como tal. (Corsten, 1999, apud, Domingues). Logo, ele distancia-se de Mannheim ao postular os processos interativos que são fundamentais para a constituição das gerações.

No que tange as questões de gerações e modernidade, tem-se o ponto de vista proposto por Eisenstadt (1976), profundamente marcado pelo funcionalismo e pelas “variáveis de parâmetro” que Parsons cristalizou dicotomicamente na sociologia norte-americana nos anos 1950. Eisenstadt, queria entender em que condições a idade é decisiva para a “alocação de papéis” e para as “fronteiras” entre os grupos, e assim descobrir se a graduação etária leva a interações concretas.

Para Eisenstadt os grupos homogêneos de idade desempenham, portanto, uma função integrativa, além de manifestarem uma tendência inerente à solidariedade graças à definição comum de espaço de vida e destino e ao compartilhamento de tensões e experiências emocionais. Grupos etários fornecem esferas de ligação entre a família e os sistemas político, ocupacional e grau de valores da sociedade. Por isso, eles se destacam e assumem tamanha visibilidade nas sociedades modernas, diferenciadas, ao contrário do

que se passa em sociedades com fortes estruturas de descendência, nos quais submergem.
(Eisenstadt, 1976:272)

Em outras palavras, o autor, proporciona uma mediação entre diversas fases maturacionais e estágios cronológicos do desenvolvimento individual na modernidade. Mas, para que isso ocorra é necessário que a família seja capaz de gerar expectativas realistas em seus novos membros, para permitir sua harmonia com a sociedade em geral, do contrário os padrões desviantes sobrevivem. (*ibidem*, 273)

Há determinados autores que aludem à tese de Eisenstadt problemas e limitações pela sua forte inclinação modernista e funcionalista, porém, há muitos elementos interessantes, entre os quais Domingues retrata sua originalidade.

Para Domingues, diante da institucionalização do curso da vida na modernidade as regras sociais gerais – abstratas – se impõem sobre características individuais e relações sociais específicas. Escola, direitos políticos e sociais, fases profissionais, aposentadoria, etc., organizam cronologias rígidas a vida dos indivíduos. Um tipo de reencaixe foi proporcionado portanto por esta institucionalização do curso da vida por meios cronológicos.

É nesse quadro que a tese original de Eisenstadt pode fazer um certo sentido. Não se trata de supor que os grupos etários homogêneos cumpram o papel funcional de ligar a família e a sociedade. Na verdade eles operam em situações de grande contingência na modernidade. Inicialmente, por um lado, a inserção no mundo do trabalho com baixos níveis de escolaridade, por outro lado, indivíduos de classe média ou alta incorporados a sistemas formais ou informais de capacitação técnica ou de formação universitária, ou ainda, o casamento e a maternidade para as mulheres e jovens adolescentes. Aos poucos a vida social se fez mais aberta e as gerações vieram a oferecer pólos identitários e de sociabilidade mais relevantes, sobretudo em termos juvenis a

princípio. Com esses tipos particulares de subjetividade coletiva, “grupos etários” homogêneos, puderam “funcionar” dando vazão quase ritualisticamente a ansiedades, organizando vivências e emoções comuns porém, também, gerando *ethos* e “subculturas” específicas, as quais poderiam ou não ser congruentes com valores sociais gerais legítimos e/ou com os meios para alcançá-los. (Domingues, 2002)

O autor destaca, ainda, que se levarmos em conta uma tendência assinalada pela literatura sociológica internacional no sentido de uma crescente individualização da vida social, com chances de vida diferenciadas e cada vez mais contingentes, inclusive dentro das mesmas coletividades de classe e profissionais, essa complexificação social se exponencializa. Em que medida uma geração pode pôr-se em movimento de forma *centrada* – isso é, contando com forte identidade e organização, e a partir daí com intencionalidade comum – é uma questão que deve ser vista sempre como contingente. A pluralização das subjetividades coletivas na modernidade tornou-se ainda mais aguda.

Margulis aborda a geração sob o ângulo da história, e não sob o da biologia. Cada nova geração está imersa numa cultura diferente e apresenta diferenças, grandes ou sutis, com as precedentes. Tais diferenças se concentram estrategicamente nos instrumentos com os quais se reconhecem, se percebem, conhecem o mundo e constroem a sociedade. Por conseqüência, cada nova geração constrói novas estruturas de sentido e incorpora com novas significações os códigos preexistentes.

Essa passagem mostra a importância da juventude nesse tema: a formação do estilo geracional se faz na fase da juventude. É nessa etapa que emerge de modo significativo a problematização e a reflexão sobre as informações recebidas. A possibilidade de o indivíduo refletir sobre os valores culturais surge no ponto em que começa a experiência pessoal com a vida: na juventude. É nessa fase que os problemas são localizados em um “presente” e são experimentados enquanto tais.

Sintetizando o discurso das gerações, temos na visão de Mannheim (1978) as gerações como coletividades articuladas a um processo histórico de mudanças sociais e como um conjunto de relações comuns a “grupos concretos” variados. Enquanto que para Domingues (2002) a idéia de “subjetividade coletiva” é fundamental na compreensão conceitual das gerações. O ponto de vista funcionalista de Eisenstadt (1976) é visto, nas sociedades modernas, no sentido da *interação* concreta das idades para a “alocação de papéis”. E para Margulis (2001) as gerações são abordadas sob o ângulo da história, onde cada nova geração constrói “novas estruturas” de sentido e incorpora com novas significações.

Desse modo, nas discussões teóricas sobre as gerações existem pontos *em comum* que fornecem subsídios conceituais aos estudos sobre a juventude. Neles percebemos a predominância da questão da *integração concreta das gerações* que contém pólos identitários e de sociabilidade, sempre referidas nos mesmos problemas históricos, tanto para se contraporem entre si, quanto para formarem, a cada fase geracional, vivências comuns sob o ponto de vista histórico, biológico, econômico, social ou cultural.

2.2 Juventude e Classe Social

As análises da juventude sobre a perspectiva de classe social implicam que a reprodução social juvenil é vista em termos de reprodução de classes sociais. Por esta razão, os trabalhos desenvolvidos na linha dessa abordagem são, em geral, críticos ao conceito de juventude quando aparece associado a uma fase de vida, e acabam mesmo por ser críticos em relação a qualquer conceito de juventude, já que, mesmo entendida como categoria social, acabaria por ser dominada por relações de classe. (Pais, 1996:44).

Com efeito, enquanto para a corrente geracional a reprodução se restringe à análise das relações intergeracionais, para a *corrente classista*, a reprodução social é

fundamentalmente vista em termos de *reprodução de classe*.

Para a corrente classista, quando uma cultura juvenil ganha ascendência sobre a outra e quando numa “cultura dominada” aparece prescrita ou determinada pela “cultura dominante”, então esta acaba também por se constituir como a base de uma ideologia dominante. Os trabalhos influenciados por esta corrente estão particularmente interessados nos processos de incorporação e resistência que resultam da dialética entre “cultura dominante” e “cultura dominada”, e na análise das instituições sociais que transmitem e reproduzem a cultura (dominante) na sua forma hegemônica. (*idem*, p. 53).

As teorias classistas da reprodução social e cultural poderão ajustar-se relativamente bem a economias de pleno emprego. No entanto, a condição de desempregado é uma condição que embora não atingindo da mesma forma, por exemplo, jovens provenientes do operariado e jovens das classes médias é uma condição que começa a estar nos horizontes de preocupação da maioria dos jovens, independentemente da sua condição social. (Pais, 1996:45).

Na corrente classista, as culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto de relações antagônicas de classes. Daí que as culturas juvenis sejam, por esta corrente, apresentadas como culturas de resistência, isto é, culturas negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe. Sendo assim, as culturas juvenis seriam sempre *soluções de classe* a problemas compartilhados por jovens de determinada classe social.

Mesmo os estilos mais exóticos de alguns comportamentos de jovens, por exemplo, a maneira de vestir, é vista por esta corrente como uma forma de resistência, uma resposta a contradições de classe. O cabelo *punk*, os lábios pintados de roxo, os medalhões ou os remendos nas calças seriam nesta ordem de ideais desafios à ideologia dominante. As distinções simbólicas entre os jovens são sempre vistas como diferenças interclassistas e raramente como diferenças intraclassistas. (Pais, 1996:49).

Nesse sentido percebe-se juntamente com Pais, que as *culturas de classe*, teriam

sempre um significado político. Os rituais desta cultura acabariam sempre por manifestar uma capacidade de resistência, ganhando e criando espaços culturais.

3. Novas perspectivas para a condição juvenil

Assim, em meio às divergências adotamos, neste estudo, a versão contemporânea de Margulis (2001:42), sobre a perspectiva de que a juventude alude a identidade social dos sujeitos envolvidos, no sentido de que toda identidade está voltada aos sistemas de relações. Neste caso, as identidades de certa classe de sujeitos no interior dos sistemas de relações estão articuladas em diferentes marcos institucionais (família, escola, fábrica, partido político, etc.). O conceito de juventude forma parte do sistema de significações onde cada marco institucional define as identidades.

Margulis, atribui à juventude um significante complexo que contém múltiplas modalidades, que levam a processar socialmente a condição da idade, tomando em conta a diferenciação social, a inserção na família e em outras instituições, o gênero e a microcultura grupal.

Apoiando-nos, também, em Villa é possível perceber que a juventude apresenta significados muito distintos para pessoas em situações distintas (homens e mulheres, pobres e ricos, habitantes rurais e urbanos, entre outros) e que a juventude vive sob circunstâncias em que as pessoas crescem e amadurecem – em contextos de sociedades democráticas ou autoritárias, tradicionais ou modernas, agrárias ou industrializadas, laicas ou religiosas, ou outras. (Villa, 2000,30)

Villa ainda menciona, que estudos recentes sobre a juventude incorporam a interface teórica da antropologia, sociologia, psicologia, com fim de mostrar a existência de verdadeiras culturas juvenis³. Através dessa visão tem se evidenciado a existência de

³ Em algumas etapas os contextos específicos assumem a forma de subculturas, que não questionam as culturas dominantes e, em outros casos, são autênticas contraculturas que concretizam estes questionamentos.

grupos juvenis com características comuns, mas como membros que pertencem a distintos estratos sociais influenciados pela cultura de massas e unificados em torno de fenômenos culturais como a música (*rock*) e outras manifestações similares.

Nestes termos, Margullis (2000:15), lembra que é necessário acompanhar a referência à juventude com as múltiplas situações sociais em que esta etapa da vida se desenvolve e presenciam os marcos sociais, historicamente desenvolvidos que condicionam as distintas maneiras de ser jovem.

Portanto, o autor trabalha a juventude como categoria socialmente constituída, como um fenômeno existente e, também, uma dimensão simbólica que requer uma análise sobre os aspectos fáticos, materiais, históricos e políticos da produção social.

Margullis (2000), acredita que existe nos jovens uma “moratória vital”, e sobre esta moratória surgem diferenças sociais e culturais no modo de ser jovem, dependendo da classe social a que pertence e também das lutas pelo monopólio de sua definição legítima, que implica a estética e os signos exteriores que a representam.

Para o autor, a moratória possui referências históricas e sociais. A exemplo, o séc XVIII começa a perfilar certo setor juvenil como uma etapa social que goza de alguns privilégios, e pouco a pouco, a partir da segunda metade do século XIX, proporciona o prolongamento do período dedicado à educação dos jovens – exclusivamente aos homens pertencentes a famílias mais “acomodadas”. A moratória está relacionada com a necessidade de ampliar o período de aprendizagem referente a toda a condição de estudante. É uma etapa em que a mutação física e a maturidade social não alcançam a totalidade da população de certa idade: remete-se às classes médias e altas, cujos filhos, em proporção crescente, vão incorporando aos estudos universitários, incluindo a demanda de estudos cada vez mais prolongados e adiados.

Desse ponto de vista, a juventude é um conceito relativamente recente, que reduz seu alcance a certas classes de jovens: aqueles que possuem os meios econômicos e a herança cultural que lhes permitem fazer seus estudos, prolongando sua inserção na economia ativa. A moratória traz consigo o prolongamento do matrimônio e o ingresso na atividade econômica e está associada como uma definição implícita de juventude, que tem seu limite superior numa etapa em que a pessoa forma seu próprio lugar, se insere no mercado de trabalho, se casa e inicia uma nova unidade familiar. A “moratória” não inclui amplos setores, que com idade prematura não prosseguem os estudos e o ingresso no mercado de trabalho e na vida reprodutiva é muito mais precoce. (Margulis, 2000)

Esta “exceção” levantada pelo autor nos permite questionar quais são as determinantes sociais que levam os jovens da periferia das grandes cidades a abandonarem seus estudos, formarem uma família e se inserirem no mercado de trabalho, seja formal, informal ou mesmo ilegal como é o caso do tráfico. Este jovem deixa de ser jovem para se tornar adulto, independentemente da questão da idade? É possível perceber que Margulis não aponta para a perspectiva classista até então exemplificada pela moratória social. Não há um único ponto de partida, e sim, múltiplas perspectivas.

O autor introduz novos aspectos que surgem de uma desconstrução social do conceito de “juventude” permitindo afirmar que não se trata de uma condição limitada a certos setores sociais, mas extensiva a todos os setores da sociedade. Para o autor, em todas as classes sociais existem jovens que se diversificam em vários agrupamentos portadores de códigos culturais distintos e “revelados” em suas aparências e comportamentos. E também, se diversificam nas possibilidades e condições de vida que emanam de sua situação sócio-econômica, incidindo em seu consumo, expectativa, projetos e esperanças.

Para que possamos exemplificar a condição juvenil apontada por Margulis, convém destacar os altos índices de desemprego nos países da América Latina. Nas classes populares existem grandes quantidades de jovens que não encontram emprego e tampouco estudam. Margulis, explica esta questão a partir da noção de “tempo livre” como um dos aspectos centrais que se opõe ao “tempo de trabalho”. Para o autor, o “tempo livre” é tempo legítimo e “tempo de descanso” avaliado pela sociedade como contraponto de trabalho e estudo. No entanto, o jovem de classe popular dispõe de muito tempo livre, mas de outra natureza. É o tempo penoso da exclusão e do desperdício de sua energia, do potencial criativo e da própria moratória vital.

Assim, no que concerne a concepção de juventude, Margulis aponta a juventude como uma condição definida pela cultura, porém, com uma base definida pela idade. Ou seja, indica aspectos relacionados com o corpo, - saúde, energia, capacidade reprodutiva, - relacionando-os às características da sua idade e cultura. (p. 45)

Nas palavras do autor *la matéria de la juventud es su cronologia en tanto moratória vital, objetiva, presocial y hasta prebiológica, física; la forma com que se investe es sociocultural, valorativa, estética con lo cual se hace aparente, visible*. Estes critérios permitem, segundo o autor, distinguir jovem de não jovem por meio da moratória vital e distinguir culturalmente juventudes de não juventudes por meio da moratória social. (Margulis, 2001: 22)

Nesse sentido, a juventude é uma condição que se articula social e culturalmente, não só em função da idade, mas da geração a que pertence, da classe social de origem, do gênero e da família que é o marco institucional em que todas as outras se articulam. Lembrando, que estas articulações não ocorrem da mesma maneira, pois os recursos para a moratória social não estão distribuídos de maneira simétrica entre os diversos setores da sociedade. (Margullis e Urresti, 2000)

Há distintas maneiras de ser jovem no marco da intensa heterogeneidade que se observa no plano econômico, social e cultural:

No existe una única juventud: em la ciudad moderna las juventudes son múltiples, variando en relación con características de clase, el lugar donde viven y la generación a que pertenecen y, además, la diversidad, el pluralismo, el estallido cultural de los últimos años se manifiestan privilegiadamente entre los jóvenes que ofrecen un panorama sumamente variado y móvil que abarca sus comportamientos, referencias identitarias, lenguajes y formas de sociabilidad. (Margulis, 2001:42)

Assim sendo, acredita-se que os estudos podem ser também investigados a partir do modo peculiar como construíram seu arcabouço teórico sobre a condição juvenil, ou seja, a juventude pode ser vista sob determinadas características que independem da idade, mas de outras circunstâncias que irão assegurar, ou não, a condição de ser jovem na sociedade moderna. Na transição para o mundo adulto, desse modo, encontram-se imbricados diferentes aspectos: cultural, econômica, profissional e familiar. Enquanto que os diferentes ‘níveis’ das condições juvenis propiciam, também, dimensionamento de diferentes juventudes.

4. O conflito de gerações e o estigma da juventude “problema”

Se por um lado, foi constatado, anteriormente, a existência de diferentes ‘juventudes’, por outro lado, é possível perceber que existem dois aspectos presentes no tratamento da juventude: a juventude ‘*problema*’ e a juventude ‘*solução*’.

Para Eisenstadt (1969), as manifestações concretas dos problemas da juventude, nos primeiros estágios da modernização, são de duas espécies: a primeira é o que poderíamos denominar de “problemas sociais” da juventude, decorrentes da urbanização, industrialização, imigração e problemas diversos de deslocamento. As favelas urbanas, a

“sociedade das esquinas” e o “bando” tornaram-se os símbolos sociais desse tipo de problema da juventude; a outra é a expansão contínua do sistema educacional e da economia de mercado, com suas crescentes pressões por tipos diferentes de sistemas ocupacionais, que de modo geral, aumentaram as ligações diretas entre as realizações educacionais, as oportunidades econômicas e a posição ocupacional.

Segundo Eisenstadt, as várias mudanças na sociabilidade juvenil foram também grandemente influenciadas por transformações nas esferas dos valores e da cultura. Talvez, a mais importante transformação global nesse campo tenha sido a transferência de ênfase da criação e participação de valores coletivos de orientação futura, para a crescente institucionalização de tais valores, seja de forma coercitiva, dissensual ou consensual. Isso foi comum a diversos países, sob grande variedades e formas.

Além disso, Abramo (1994), destaca que o interesse acadêmico pela questão juvenil toma vulto apenas na passagem do século passado para o atual, quando as formas do movimento e da cultura juvenil surgiram como aparições excêntricas. Para a autora, a visibilidade da juventude e sua tematização:

Constroem-se neste período, através do surgimento de um comportamento 'anormal' por parte de grupos de jovens delinquentes, ou excêntricos, ou contestadores, implicando todos, embora de formas diferentes, em um contraste com os padrões vigentes. (Abramo, 1994:8)

O aparecimento destes grupos delinquentes ligados à criminalidade, composto por jovens das “classe baixas”, fez suscitar o tema do desvio no processo de integração dos jovens à vida social. Esse é o foco dos trabalhos realizados nos anos 20 e 30 pela Escola de Chicago, os quais constituem umas das primeiras e mais importantes séries de pesquisa sociológica sobre juventude. Esses pesquisadores voltam a atenção para os *street gang boys*, rapazes de bairros imigrantes que vivem a maior parte de seu tempo nas ruas,

fora dos espaços institucionais adequados a uma socialização “sadia”, e que acabam por desenvolver comportamentos “em desconformidade com as normas sociais”. (*ibidem*, p. 10).

Por outro lado, Abramo (1994) destaca que a partir dos anos 40, a sociologia funcionalista norte-americana amplia o seu enfoque para abarcar o fenômeno de comportamentos específicos de grupos de pares, entre adolescentes “normais”, basicamente desenvolvidos no espaço escolar.⁴

No entanto, a maior parte dos estudos que se debruçam sobre o “problema” da delinqüência juvenil ressalta o caráter de resultado de um “defeito” no processo de socialização, provocado por funções no sistema social, e é marcada por uma perspectiva corretiva, que aponta para a necessidade de “saneamento” das patologias e a busca de reintegração desses jovens nos padrões de normalidade. (Abramo, 1994:16)

Para o clássico Mannheim (1978:29/30), a própria juventude se encontra problematizada em situação de crise. A distância entre as gerações jovens e adultas se manifesta por parte dos jovens sob a forma de rebelião e de conflito e, sem dúvida, segundo o autor, marcada por um ato de contestação e rejeição de ser adulto, tal como a sociedade impõe. Assim, o conflito das gerações passa para o plano da sociedade e polariza-se numa proposição aberta, que se resume em aceitar o sistema usufruindo as oportunidades de vida ou em rejeitar o sistema, tentando reconstruí-lo total ou parcialmente.

Surge desta forma uma das concepções básicas que estrutura grande parte da percepção sobre a juventude, a da *crise potencial*. Desde Rousseau, que associa a juventude a um período de turbulência, e Hall que a define como uma grande agitação e

⁴ A autora não detalha sobre o que é ser um jovem normal. Lembramos que numa perspectiva sociológica, o jovem pode ser visto como normal a partir do momento que não traz “problemas” para a ordem social. Incluímos, neste caso, duas fortes tendências opostas a “delinqüência” como problema e a “preparação educacional” dentro da normalidade.

tensão, plasmou-se a idéia de que a juventude é uma etapa difícil e conturbada pelas profundas transformações envolvidas no processo de transição, que muitas vezes dizem respeito a rupturas profundas e abruptas, e que produzem uma relação conflituosa do jovem com seu ambiente. (Abramo, 1994:13).

Além disso, incorporam-se, neste caso, todas as mudanças trazidas pela necessidade de desenvolver uma personalidade própria diante da necessidade de efetuar uma série de escolhas, que provocariam uma série de crises: de auto-estima, conflitos com familiares ou choques com a própria ordem social na qual deve efetuar a sua entrada. (*ibidem*, p.13)

A juventude emerge então como uma fase centrada, sobretudo na reivindicação do prazer e independência, da qual redundam vários conflitos com os pais, professores e policiais, e que em muitas vezes, geram posturas de violência “descontrolada” e “sem direção”. Alguns explicitam tais posturas como o fruto da recusa em entrar numa ordem social percebida massacrante e sem sentido, que rejeita todas as aspirações de intensidade. (Abramo, 1994:34).

As noções de ruptura e crise, articuladas com o “*vir-a-ser*” denotam a condição juvenil, iluminando, assim, a preocupação básica da sociologia com o tema da juventude: a relação que esta guarda com o problema da continuidade e da mudança social. Essa relação pode estar fundada seja no resultado do processo de transição, seja no questionamento e na busca de inovação da vida social, pela tematização dos conflitos geracionais e movimentos juvenis. (Abramo, 1994:15).

Nesse sentido, para Abramo (1994), desde o início do século, várias instituições foram criadas para tentar evitar ou dirimir o desenvolvimento das posturas desviantes. São essas instituições, que até hoje, abrigam grande parte dos estudos voltados para a questão

juvenil, mantendo em certa medida, a noção de desvio, no centro da tematização social sobre a juventude.

Segundo Quapper (2001) as críticas e propostas realizadas pelos jovens, seus modos contraculturais de gerar grupos, de relacionar-se, de comunicar-se, de vestir-se, e etc. são vistos como ações de rebeldia e não de adaptação social. Segundo o autor: *He aquí una franca lucha de poder, entre quienes ofrecen modelos a los cuales adaptarse y quienes intentan producirse y reproducirse desde parámetros propios que las más de las veces contradicen la oferta mencionada.* (p. 63)

A partir disso, surge um discurso permissivo da “idade da responsabilidade” e, também, um discurso repressivo que procura manter os jovens dentro das margens e limites socialmente impostos pela geração adulta.

Assim, Quapper (2001:65) menciona que as relações distintas que a sociedade constrói com os jovens se fundamentam basicamente em prejuízos e esteriótipos. Pouco se enfatiza os vínculos humanizadores. A tendência é patologizar a juventude, pois, não se reconhecem suas capacidades, e, sua história lhes é negada com permanentes tensões para a ordem do progresso e da paz social.

Através dessas perspectivas, compreendemos a necessidade de um olhar crítico a respeito da construção discursiva sobre a juventude. Quapper vem alertando para que não se aluda com forte certeza a existência de uma única juventude, no sentido de estabelecer, através de um olhar dominante, uma unidade indivisível, uniforme e invariável.

Neste caso, lembramos que Margulis (2001), também, deixa sua contribuição, no sentido de que a juventude define-se por diversas expressões e significações entre as complexidades existentes em nossa sociedade. A juventude é, pois, como um grupo social que se expressa de múltiplas maneiras.

Rifiotis (1995a), ao trabalhar a questão de conflitos de gerações, menciona que

esse processo tomou contornos de uma espécie de “implícito cultural” do nosso imaginário sobre a passagem para “idade adulta”. Basicamente, pode-se identificar entre os adultos três tipos de idéias dominantes sobre a questão:

- a adolescência é um período predominado por comportamentos anti-sociais e é marcado pela rebelião;
- a adolescência como fase do desenvolvimento pessoal sempre existiu ao longo da história e em todas as culturas;
- Há evidências que há um conflito de gerações.

Para o mesmo autor, o conflito de gerações é sem dúvida um fenômeno social com base etária e desdobramentos nas relações intra-familiares. Além disso, destaca-se que, no seu conjunto, estas manifestações não tomaram as proporções, revolucionárias. Tratava-se de uma busca por uma nova identidade.

A busca dessa nova identidade pode ser atribuída, também, pela substituição de novos ritos de passagens. Fumar maconha, tatuar o corpo, o vandalismo, a “delinquência”, enfim, são comportamentos que firmam fronteiras entre as gerações, e que definem a identidade juvenil, negada ou impedida sob outras formas de comportamentos, ditos ou considerados “anormais”.

Tais fatores são apontados por Abad (2002), sob um outro ponto de vista, que seria o processo de desinstitucionalização dos jovens, e que vai assegurar conseqüentemente uma nova condição juvenil, a saber:

- A crise da família tradicional e a multiplicação de novas formas de família, que questionam, e recolocam os limites e funções entre pais, mães, filhos e filhas: as relações paterno-filiais de hoje se fundamentam mais na tolerância, na negociação e na sedução, do que no rígido padrão da autoridade paternal e de obediência filial;

- O esgotamento da ilusão da mobilidade e da ascensão social que se depositou na expansão da educação secundária e universitária, vinculada à modernização industrial, à economia em crescimento e à ilusão de pleno emprego;

- A emergência massificada, plural e intensa de novos atores sociais, entre eles os jovens, que não encontrando acomodação nos velhos formatos institucionais e legais da sociedade, têm pressionado políticas sociais, reformas legislativas e novos contratos sociais para que se reconheça a especificidade e as dimensões da nova condição juvenil;

- A dissolução das identidades ligadas à idéia de Nação ou Território com o desajuste das crenças e valores tradicionais, numa nova realidade que pôs em marcha a globalização e impossibilitou o projeto populista de uma reprodução estável, e ordenada de uma cultura “nacional” para as novas gerações.

É nessa desinstitucionalização da condição juvenil que têm surgido possibilidades de viver a etapa da juventude de forma distinta da que foi experimentada por gerações anteriores. Essa nova condição se caracteriza por uma busca constante da autonomia individual (especialmente no uso do tempo livre), pela avidez em multiplicar experiências vitais, pela ausência de grandes responsabilidades de terceiros, por uma rápida maturidade mental e física, e por uma emancipação mais precoce nos aspectos emocionais e afetivos, ainda que atrasada no econômico, com o exercício mais precoce da sexualidade. (Abad, 2002:25)

Sobre estas condições, é possível afirmar que os conflitos de gerações não são nada mais que a conseqüência do *choque* estabelecido pela desinstitucionalização da condição juvenil. Quando não é possível garantir a identidade juvenil por outros meios, como por exemplo: estrutura familiar, psíquica, social, financeira, uma das tendências passa ser a busca da identidade e a garantia da subjetividade por meios da violência.

Acreditamos que quanto mais intensa será a desinstitucionalização da condição juvenil, maior⁵ a banalização da violência.

Desta forma, a questão da moratória social, discutida por Margulis, é a chave para definir *ontologicamente* a atual condição juvenil, como uma metáfora da sociedade atual: a contradição entre uma ilusória promessa de liberdade individual e a possibilidade de uma verdadeira conquista coletiva. Além disso, se estabelece tanto a compreensão para a atual condição juvenil, quanto à indicação de algumas pistas para os comportamentos de violência assumidos pelo jovem contemporâneo.

Assim, para Mannheim (1978), a juventude pertence aos recursos latentes de que toda sociedade dispõe e cuja mobilização depende de sua vitalidade. Isso não quer dizer que a juventude seja progressista por índole, mas sim, que esta é uma potencialidade a que pode ou não ser canalizada. Dentro dessa compreensão de processo de renovação social, o autor define os jovens como aquela parcela da população que deve ser considerada como uma reserva, um recurso disponível na sociedade que não tem nada em definitivo consigo a não ser um potencial, um *vir a ser* o qual deve ser educado para a perspectiva de construir uma sociedade democrática.

Sendo assim, nos afastamos de uma visão estereotipada da juventude como “problema” ou como “potencial para o capital humano”, quando compreendemos os fatores que favorecem os conflitos de geração.

Por outro lado, no campo empírico das políticas públicas⁶, permanece a necessidade de enfatizarmos a sua implantação integral, no sentido de banir toda a tendência reparadora dos “problemas” juvenis emergentes. Trata-se, então, de sistematizar um conjunto de caminhos que permitam expor as condições de pensar e construir relações com o mundo juvenil.

⁵ Embora não existam meios de mensurar o grau de banalização da violência, a questão referida está posta no sentido da intensidade e capacidade de corromper subjetividades e gerar frustrações sociais.

⁶ Questão que será discutida no capítulo três.

Observamos que a juventude se constitui a partir de um certo modo de viver e sobreviver com as características de jovem “problema”, conforme aqui enunciado. Trata-se, de um momento da vida, que se encontra fortemente condicionado pela classe social, gênero, e pela cultura a que pertencem cada jovem e seus grupos. Essa tensão existencial estabelece uma certa luta frente às exigências da sociedade *adultocêntrica*⁷, quando coloca no seu horizonte a opção pelos valores e interesses do conjunto de normas sociais, das relações familiares e escolares, principalmente, a imposição de uma identidade que não é própria ao ser e viver juvenil. Assim, romper com os estereótipos sobre as identidades juvenis, reconhecer suas diferenças, e construir categorias epistemológicas que possam embasar estudos sobre o tema passam a ser desafios constantes.

5. Juventude e ato infracional: Retomando uma face específica da violência contemporânea

Partindo dos subsídios teóricos sobre a *juventude* e sobre a *violência* contemporânea, procuramos, aqui, retomar o debate sobre a violência, porém, enfatizando as especificidades da violência *juvenil* sobre o aspecto do “ato infracional”.

Dada a importância das distintas posições sobre a questão da violência juvenil, cabe desdobrarmos a lógica presente no conceito de *ato infracional* tomado do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nele considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, ou seja, é introduzida a idéia de que a classificação de um comportamento como uma infração depende sempre do código jurídico ou do contrato social vigente; o adolescente infrator é avaliado a partir de uma conduta sancionada pelo legislador, tendo em vista a descrição das leis penais.

⁷ Para Quapper (2001) a visão adultocêntrica situa o adulto como ponto de referência para o mundo juvenil em função do que se *deve fazer* para ser aceito na sociedade, como por exemplo, maturidade, responsabilidade, integração ao mercado de consumo e produção, reprodução da família e participação civil. Assim, o juvenil perde importância em “si mesmo” e sempre será avaliado em função dos parâmetros do mundo adulto.

Segundo Oliveira (2001) é insuficiente compreender o ato infracional somente a partir da violação de uma lei ou da descrição dos sintomas do adolescente. Pois, é praticamente consensual, a idéia de que a análise do delito juvenil deva integrar uma abordagem transdisciplinar.

Oliveira considera que a exterioridade do delito juvenil não significa buscar alguma coisa ou alguém responsável, uma vez que a emergência de algo sempre se produz no interstício e dependente de uma relação de forças, ou seja, de uma tensão de vários vetores.

Sendo assim, a autora, percebe que a adolescência em conflito com a lei não é vista apenas enquanto efeito de uma história individualizada, mas, um sintoma social. Um agenciamento coletivo de enunciação. Sobre esta perspectiva, podemos afirmar que o jovem infrator expressa o mal-estar de sua época, o que, neste, caso, significa afirmar que o adolescente contemporâneo enuncia, através do comportamento delitivo, seus desassossegos vividos em tempos de globalização.

Os consensos, de criminalidade e ato infracional, são referências criadas no âmbito jurídico e no imaginário social são usados, em alguns momentos de nossas análises, como suporte para detectarmos com maior visibilidade os comportamentos de violência juvenil. Por outro lado, não significa que estamos adentrando nas premissas maiores de julgamentos e aceitabilidade das ações dos jovens que têm como parâmetro o crime e o ato infracional, pois esta questão está sendo dimensionada, aqui, no sentido da vulnerabilidade juvenil, tal como expõe Oliveira (2001).

Oliveira, ainda, sugere que as maiores diferenças em relação aos demais adolescentes seriam dadas pela precocidade e pela intensidade do que se denomina “crise normal da adolescência”. Deste modo, a infração juvenil pode ser tomada como produto de uma *adolescência exacerbada*. (Oliveira, *op cit* Rassial:1999)

A adolescência exacerbada, analisada por Oliveira, apóia-se em dois vetores: a busca do reconhecimento e o desenvolvimento da autonomia. Portanto, está proposta a compreensão de que o mal-estar dos jovens brasileiros que os leva a atos infracionais está relacionado à intensidade, e até mesmo à violência do processo de esgarçamento da busca de seu reconhecimento e da sua autonomia reativa.

Uma aproximação a esta temática exige que se tenha como ponto de partida a convicção de que a violência juvenil não pode ser analisada, conforme visto anteriormente, como um fenômeno isolado; ela é parte de um processo mais amplo, pois implica uma série de fatores que dizem respeito ao contexto social como um todo.

Desse modo, consideramos que na era do globalismo, estamos diante de processos de massificação acompanhados dos processos de individualização: a “multidão solitária” – *Somos células em uma sociedade de massas. A globalização é celular* – vive em uma pluralidade de códigos de conduta. (Ianni, 1996:46). Trata-se de uma ruptura do contrato social e dos laços sociais, provocando fenômenos de “desfiliação” e de ruptura nas relações de alteridade, dilacerando o vínculo entre o eu e o outro. (Castells, 1998)

Diante dos processos de exclusão o jovem é pouco compreendido como vítima da violência, é comum vê-los como sujeitos de ações violentas que devem ser socializados sob as imposições e mudanças de padrões estabelecidos pela própria modernidade⁸. No entanto, a violência nem sempre emana do jovem, do seu desvio de conduta, antes disso, como já argumentamos anteriormente, ela provém de uma *violência simbólica*, herdada da própria modernidade. A violência infracional (e portanto objetiva) é o último suspiro de revolta destes jovens que estão inseridos numa lógica moderna, a qual nega autonomia, pois a modernidade lhe é estranha.

⁸ Modernidade, refere-se aqui, ao processo de racionalização que criou a ética da multiplicação do capital que introduziu na vida social o cálculo, a ação calculada na relação dos meios e fins e a reconstituição do sentido da ação. (Martins, 2000).

Todas estas transformações mudaram grandemente a atitude dos jovens para com os símbolos comuns da comunidade, sua consciência da própria participação na estrutura de tal comunidade e as relações entre gerações; essas mudanças atingiram uma intensidade que não se conhecia anteriormente. *Do ponto de vista de nossa análise, elas fornecem uma das ilustrações mais interessantes da perenidade – e a transformação dos chamados problemas sociais das sociedades modernas.* (Eisenstadt, 1969:50)

Contudo, estar experimentando um aumento da criminalidade em nossas grandes cidades seria pagar o preço do ingresso na modernidade simbolizada pelas metrópoles, desfrutando assim a honrosa companhia de cidades grandes e violentas. Nestas condições a violência não é praticada somente para satisfazer necessidades econômicas, mas possui igualmente uma conotação política, pois, também como meta do ponto de vista do jovem delinqüente recuperar parte do excedente de que foram expropriadas as classes subalternas. (Ferraz, 1994:23)

Tentando introduzir um ordenamento mínimo na enorme multiplicidade de fatores arrolados como “causas”, “fatores de risco” ou “determinantes” dessa moderna eclosão dos diversos tipos de violências em meio à juventude, se agrupam, conforme Abramovay (1999), as abordagens existentes em três grandes grupos de hipóteses explicativas.

Segundo a autora, um grupo privilegia a explicação *individual* como determinante da violência e da criminalidade entre os jovens. São teorias que enfatizam as estruturas individuais, os atributos da personalidade ou os diversos fatores biossociais como geradores “chaves” para o entendimento dos comportamentos “anti-sociais” e “desviantes”.

Outro grupo de hipóteses possui caráter estrutural com base explicativa nas modalidades que o desenvolvimento econômico vem assumindo no mundo todo. A

aceleração do desenvolvimento tecnológico, juntamente com outros fatores, estaria gerando uma capacidade cada vez menor de absorver produtivamente os novos contingentes humanos. Isso gera uma população de excedentes populacionais, especialmente, entre jovens, que, nem nas melhores condições do ciclo econômico, têm chance de inserir-se produtivamente no mercado. (Ratinoff *apud* Abramovay: 1996)

Para Abramovay, a isso se deve agregar o fato de que a transição ao mundo adulto é hoje bem mais prolongada do que no passado. Por outro lado, o ingresso no mundo da “maturidade”, cultural e socialmente definida, no mundo do trabalho e de autonomia financeira, está a exigir idades mais avançadas e competências cada vez mais complexas. Essa “crise” de futuro estaria gerando situações propícias para a consolidação, entre os jovens, de alternativas ilegais ou criminosas de existência e de sobrevivência.

O terceiro grupo de hipótese, citado por Abramovay, tem seu foco explicativo na crise e falência dos marcos institucionais e normativos da sociedade moderna. Os desvios das normas e a delinqüência em larga “escala” acontece quando a estrutura social prescreve metas que determinados grupos não podem atingir por meios socialmente sancionados ou legítimos.

É nesse campo que se inscrevem também as explicações baseadas na “crise” de instituições como a família, a escola, a igreja, a comunidade, responsáveis pela formação e socialização do jovem, de sua “adaptação” às normas de convivência social.

Desse modo, dilui-se a percepção de ordem e o convívio social ocorre à margem de qualquer perspectiva de contrato social, com acentuado impacto sobre o comportamento dos indivíduos em geral, e com efeito dramático sobre a juventude. Para Abramovay (1999;16) a juventude se ressent particularmente da sua formação e socialização em contextos tais como o acima descrito, que se caracterizam exatamente

pela fragilidade de valores e regras universais e pela ausência de referenciais sólidos de comportamentos.

Para Abramovay (1999), em consequência, registra-se uma perda, por parte do Estado, do monopólio legítimo da violência, conforme já destacado. Esse monopólio começa a ser disputado pela violência territorializada (organização de traficantes, gangues delituosas, etc.), e pela segurança privada. Sem alternativas, os poderes públicos aceitam a nova “normalidade” imposta pela violência.

Nesse sentido, se aceitarmos a idéia de uma *microfísica de poder* na perspectiva de Foucault (1982), ou seja, de uma rede de poderes que permeia todas as relações sociais, marcando as interações entre grupos e as classes, poderemos estendê-la conceitualmente ao fenômeno da violência juvenil, no sentido de superar as concepções soberanas do poder e da economia, para dar conta da *microfísica da violência*.

Desta forma, a prática da violência vai se inserir em uma rede de dominações diversas (de classe, gênero, étnica, etária) tanto material quanto simbólica, que resultam na fabricação de uma teia de exclusões, possivelmente sobrepostas. Na perspectiva de uma *microfísica da violência*, o que existe de mais perigoso na violência é sua racionalidade, pois, a violência encontra seu fundamento mais profundo na forma de racionalidade utilizada para os próprios atos violentos.

Além disso, segundo Zaluar o *caos* criado pela violência juvenil está inserido dentro do panorama do crime organizado internacionalmente, do crime também globalizado, com características econômicas, políticas e culturais *sui generis*, que pode corresponder a um processo de acumulação de capital com poucos limites institucionais. (Zaluar, 2000)

De acordo com estudo da Febem de São Paulo, feito com base em 68% dos endereços dos jovens que se encontravam internados em julho de 2000, a cidade

paulistana tem cinco regiões que podem ser vistas como as principais "fábricas de delinqüentes": bairros de onde saem 20,7% dos internos da instituição. As características comuns dessas áreas são: a quase inexistência de áreas de lazer e o fato de o crime organizado ser mais atuante do que o poder público. A capital, que tem quase 10 milhões de habitantes, é responsável por 44,6% da população internada atualmente no país.⁹

O estudo também mostrou que nem todos os bairros periféricos, com índices de pobreza semelhantes, produzem jovens infratores na mesma proporção. Túlio Kahan, do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud), explica que:

Fatores como o desenvolvimento de algum trabalho social em uma região pobre pode influenciar positivamente na vida dos jovens. Já um grupo organizado de criminosos pode elevar as taxas de delinqüência, independente da pobreza.

Para Zaluar (1997:47) a questão da luta contra o crime deve ser ampliada até incluir a organização internacional dos cartéis das drogas, além das instituições locais – a polícia e a justiça – com as quais os adolescentes e jovens estão em permanente contato e constante fuga. No Brasil as armas de fogo chegam com grande facilidade, e são postas nas mãos de adolescentes de periferia. Estes adolescentes em plena fase de fortalecimento de identidade masculina aprendem rápido um novo jogo mortal para afirmá-lo, devido à facilidade de obter estas armas. Há então, um fluxo de recursos – armas, drogas, dinheiro – cuja fonte transcende à prática mortal e criminosa dos adolescentes, e que os aproxima dos membros das gangues nos Estados Unidos, país onde a maioria dessas armas é contrabandeada.

⁹ Pesquisa realizada pela Febem, em São Paulo – 2000.

Sendo assim, o problema das drogas, sem dúvida é uma preocupação de todos, principalmente as ilícitas, pois ela traz consigo mais do que o problema da dependência. Por trás do consumo das drogas ilícitas encontra-se o contexto do crime organizado, do mercado ilegal que se intercrusa com o mercado legal, da violência armada, etc. (Ascelrad, 2000)

Não enfrentar esta questão implica confirmar e reforçar a impossibilidade de inclusão social desse segmento; significa, negar as multicausalidades da violência e não atuar para amenizar o atrativo que o mercado ilegal e criminal exerce sobre este segmento social.

Para Ascelrad (2000:156), esta tendência que vem se aprofundando em todo o mundo, traz resultados que confirmam a advertência de Nils Christie (1993), de que o maior perigo da criminalidade nas sociedades modernas não é o crime em si mesmo, mas a luta, de forma irracional, contra este que acaba por conduzir tais sociedades ao totalitarismo.

O ingresso no mundo do crime significa o afastamento progressivo ou o completo abandono do mundo do trabalho. Nisto os trabalhadores pobres se diferenciam, pois, embora a pobreza seja comum, nem todos seguem este caminho. As explicações entre eles ao buscar compreender porque um jovem se torna bandido, e outro não, são muito variados e não se limitam a culpar a “sociabilidade”, entidade abstrata mas reificada nesse tipo de afirmação. (ZALUAR,1994)

O tráfico de drogas, segundo Zaluar (1994:97), é apenas um dos meios atuais mais rápidos e eficazes para se chegar ao enriquecimento. O que se ganha nele não se compara com nenhum ganho salarial, seja do operário de construção civil, seja do professor, seja do empregado estatal, seja do gerente de multinacional. Nem mesmo com

muitas atividades produtivas lícitas, controladas pelas legislações em vigor, às vezes, pela política de controle de preços.

Assim, hoje o tráfico exerce atrativo para todos. Basta ver a longa lista de pessoas envolvidas, de um modo ou de outro, neste lucrativo ramo de negócios. Segundo Zaluar (1994) é o capitalismo na sua mais pura manifestação, que junta práticas daquilo que Marx chamou acumulação primitiva, baseada no saque e no lucro comercial desmesurado, com a lógica empresarial capitalista moderna, mas, sem o controle exercido hoje pelo Estado e pelas organizações da sociedade civil. Estar à revelia da lei, então, é a sua grande vantagem empresarial.

Na microfísica deste empreendimento, essa cultura violenta, individualista e puramente instrumental, já deixa suas marcas claras, no universo simbólico dos jovens, nele envolvidos. A quadrilha de traficante se forma em torno de quem tem o capital inicial; é ele que fornece as armas e exerce o poder sobre a boca-de-fumo. Se for considerado um 'líder', seu poder só se mantém às custas do poder de fogo de que dispõe, matando ou expulsando. Mostrar disposição para matar é condição básica para tornar-se bem-sucedido nesse empreendimento, pois é através desta forma que se obtém o medo dos outros, sejam comparsas bandidos sejam trabalhadores. (Zaluar, 1994:98)

Ora, talvez a violência juvenil seja essencialmente um apelo em favor do reconhecimento. Uma expressão muda em busca de um sentido que a própria sociedade já não oferece. Não vai aqui nenhuma ilusão romântica diante da violência juvenil. O fenômeno da violência equivale, sempre, à subtração arbitrária de direitos. Quando falamos em "ato violento", então, queremos dizer, também, "produção de vítimas". Para Acselrad (2000) a violência é, por isso mesmo, a natureza de uma conduta inaceitável para uma ética centrada na perspectiva dos Direitos Humanos, o que se impõe racionalmente de maneira incondicionada. Se desejarmos uma intervenção eficaz, é

preciso romper nosso estranhamento diante do universo cultural dos adolescentes dos grandes centros urbanos e lidar com alternativas que tenham, de pronto, a adesão deles.

Desse modo, podemos perceber que a violência, vai além de uma resistência à modernidade triunfante, ela é a expressão de uma agonia entre os jovens, em que a subjetivação se separa da racionalização e a ela se opõe pela construção de uma identidade coletiva.

Wieviorka (1997:36) destaca que a violência identitária por definição fria, calculada, instrumental, traz a marca do individualismo moderno, que faz com que cada pessoa, mesmo o jovem, seja suscetível de querer existir enquanto indivíduo-consumidor e como sujeito. Essa violência caracteriza-se pelo déficit, por fortes carências, ao mesmo tempo em que pelo esboço, de redefinições tanto mais difíceis de serem elaboradas, na medida que devem englobar expectativas e demandas, individuais e coletivas as quais se renovam consideravelmente.

Nesse sentido, Castells (2000) examina duas grandes tendências conflitantes que moldam a sociedade moderna: a globalização e a identidade. O autor ressalta o surgimento de uma onda poderosa de identidade coletiva que desafia a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e autocontrole individual. Castells define identidade *como fonte e significado e experiências de um povo*. Processo de construção de significado com base em um atributo cultural. O autor concentra-se na identidade coletiva e concorda sobre o ponto de vista sociológico de que toda e qualquer identidade é construída.

Neste trabalho, destacamos que a violência juvenil é discutida, eminentemente, a partir do plano subjetivo. A noção de sujeito é analisada, sob o ponto de vista da construção subjetiva, ou seja, dos processos pelos quais todo indivíduo se constitui como um sujeito dotado de uma imagem de si mais ou menos estável, base para sua ação no mundo. (Bezzerra, 2000).

Complementamos o conceito de Horkheimer (1976), onde o sujeito se define como indivíduo que requer a autopreservação do eu, dentro da moldura de uma prática independente.

Desse modo, podemos fazer a ponte com a visão de Wierwiorka ao mencionar que a violência é, ou busca, a produção do sentido, esforço para produzir por meios próprios aquilo que antes lhe era dado pela cultura ou pelas instituições, projeção de si mesmo até a morte eventual; ou então apelo à subjetividade impossível ou infeliz, expressão de recusa pela pessoa em dar prosseguimento a uma existência na qual ela se sente negada. (Wieviorka, 1997:23)

Assim, compreendemos sobre a mesma ótica de Wieviorka que a violência juvenil traz, então, a marca de uma subjetividade negada, arrebatada, esmagada, infeliz, frustrada, o que é expresso pelo jovem que não pode existir enquanto tal; ela é a voz do jovem não reconhecido, rejeitado e prisioneiro da massa desenhada pela exclusão social e pela discriminação racial.

CAP III – POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS À NOVA CONDIÇÃO JUVENIL

Este capítulo pretende ilustrar os novos desafios para as políticas públicas de juventude, enfocados sob a perspectiva da prevenção à violência juvenil na contemporaneidade. Para isso, consideramos pertinente contextualizar as políticas públicas numa perspectiva histórica, passando por questões universais até chegarmos nas questões específicas das políticas públicas de juventude. Essa trajetória

analítica das políticas públicas de juventude requer, também, a atenção sobre os principais mecanismos de correção das políticas públicas de juventude estabelecidos nos aspectos da inclusão e exclusão; e o destaque sobre o quadro estatístico da violência juvenil, no Brasil e em âmbito local, como subsídio de nossa pesquisa empírica.

1. Políticas públicas: Uma questão social

Até o final do século XIX e início do século XX prevaleciam as idéias liberais de um Estado mínimo que somente assegurasse a ordem, a propriedade, e o mercado, como regulador “natural” das relações sociais, de onde era percebida a posição ocupada pelo indivíduo na sociedade, conforme sua inserção. A questão social, decorrente do processo produtivo, expressava-se na exclusão das pessoas, tanto da própria produção quanto do usufruto de bens e serviços necessários à sua própria educação. (Cunha & Cunha, 2002)

Segundo os autores, a intensificação social, após a crise econômica de 1929, e o desenvolvimento do capitalismo monopolista determinaram novas relações entre capital, trabalho e Estado, fazendo com que as elites econômicas admitissem os limites de mercado como regulador natural e resgatassem o papel do Estado como mediador civilizador, ou seja, com poderes políticos de interferência nas relações sociais. Nesse sentido, podemos compreender a política social como estratégia de intervenção e regulação do Estado no que diz respeito à questão social.

As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área ao longo prazo. Pode-se entender a política pública como linhas de ação coletiva que concretizam direitos sociais declarados e garantidos em lei. A partir das políticas públicas que são distribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamentam é um direito coletivo e não individual. (Pereira, op cit Cunha & Cunha, 2002)

Assim, ao se pensar em políticas públicas faz-se necessária a compreensão do termo público e sua dimensão. Neste sentido, Cunha (2002) menciona:

O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei. A política pública expressa a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos.

Entre as diversas políticas públicas tais como a econômica, a ambiental, a da ciência e tecnologia e outras, a política social é um tipo de política pública cuja expressão se dá através de um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e normas, de caráter permanente e abrangente, que orientam a atuação do poder público em uma determinada área. (Cunha & Cunha, 2002:12)

A política social é parte, precisamente, do processo estatal de alocação e distribuição de valores. Está, portanto, no centro do confronto entre interesses de grupos e de classes, cujo objeto é reapropriação de recursos, extraídos dos diversos segmentos sociais, em proporção distinta através da tributação. Ponto crítico para o qual convergem as forças vitais da sociedade de mercado, desenhando o complexo dilema político entre os objetivos de acumulação e expansão, de um lado, e as necessidades básicas de existência dos cidadãos, bem como a busca de equidade, de outro. (Abranches, 1987:10).

Política é, também, poder transformando-se, freqüentemente, em um jogo desequilibrado, que exponencia o meio dos mais poderosos a reduzir as chances dos mais fracos. Quem detém instrumentos eficazes de pressão tem maior probabilidade de obter mais da ação do Estado do que aqueles dependentes dessa própria ação para conseguir o mínimo dispensável à sua sobrevivência.. (Abranches, 1987:10)

Esse é um dos sentidos nos quais se pode falar de política, o que em inglês se traduz como *politics*, ou seja, luta pelo poder e a busca de acordos de governabilidade, que, atualmente, se profissionaliza por meio de técnicos, especialistas e lobistas de interesses. O outro sentido, no qual se pode falar, em destaque por Abad (2002), é o programa de ação governamental, cuja conotação *policy* é mais técnica e administrativa. Obviamente, ambas as acepções estão relacionadas e são inseparáveis.

Para Abranches (1987), portanto, as respostas emergem, assim, de um processo de escolhas sucessivas. Não há governos rigorosamente imparciais. Sempre há opção pois, são vários os pontos de equilíbrio entre acumulação e privação social. Raramente existe apenas uma solução sócio-política para cada problema, assim como, são várias as formas possíveis de implementação de uma determinada solução.

No entanto, segundo Azevedo (2001), os novos padrões sociais e a nova sociabilidade que lhe é correspondente, resultantes do movimento da globalização, não se forjam independentemente das características históricas e estruturais dos países em que se

implantam. Além disso, as novas configurações sociais não surgem do abstrato, pois são frutos da ação humana e, como tal, têm história socialmente construída. Sendo assim, são passíveis de mudanças por sua resignificação em função dos interesses internamente dominantes, ou de transformações resultantes da luta dos grupos dominados contra a própria dominação.

Diante destes novos contextos e mudanças sócio-políticas, destacamos, aqui, as dificuldades de optar por uma definição conceitual de política pública social. Uma das objeções comum ao tratamento do conceito de política social é a de que é difícil (para não dizer impossível) encontrar uma definição do conceito. Wanderley dos Santos (1987) destaca a dificuldades de atender os seguintes requisitos: distinguir, em qualquer caso uma política social de qualquer outra e ordenar, lexicamente, de maneira incontroversa, duas políticas sociais diversas quaisquer.

Mesmo diante de tais imprecisões quando estudamos as políticas sociais, procuramos adotar perspectivas teóricas muito diferentes. No limite, em cada obra existem tratamentos teóricos peculiares, diversos um dos outros variados nas ênfases conceituais e maneiras de considerar a evidência empírica.

Contudo, não cabe aqui discutir as diferentes “abordagens”¹⁰ sobre política social, ou um conceito sobre Estado ou poder. Ao discutirmos as políticas públicas sociais não procuramos apresentar modelos teóricos prontos e acabados, mas incorporar à luz de diferentes autores as principais características históricas das políticas sociais no Brasil, e dos principais desafios a serem enfrentados no âmbito das políticas públicas de juventude.

Sendo assim, destaca-se, segundo Abad (2002), as principais tendências que possam configurar as acepções de políticas públicas:

¹⁰ Entre as abordagens encontramos na literatura as seguintes teorias: teoria da cidadania, o marxismo, a da assistência social, a teoria da convergência, o pluralismo, as teorias econômicas, entre outras. Para maior aprofundamento ver Coimbra (1987), Azevedo (2001), Espin-Anderson (1985)

- A política pública é a forma de concretizar a ação do Estado, significando, portanto, um investimento de recursos do mesmo Estado;
- Admitindo-se delegar ao Estado, a autoridade para unificar e articular a sociedade, as políticas públicas passam a ser um instrumento privilegiado de dominação;
- A política pública, ao mesmo tempo, que se constitui numa decisão supõe uma certa ideologia da mudança social, esteja ela explícita ou não na sua formulação;
- Essa decisão é o resultado do compromisso de uma racionalidade técnica com uma racionalidade política.

Além disso, quando se enfoca as políticas públicas em um plano mais geral e, portanto, mais abstrato isto significa ter presente as estruturas de poder e de dominação, os conflitos infiltrados por todo o tecido social, e que têm no Estado o *locus* da sua condensação, como sugeriu Poulantzas (1980). Em um plano mais concreto o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente.

2. As políticas públicas no Brasil e a trajetória histórica das políticas de juventude

Segundo Wanderley G. dos Santos (1987), no Brasil a política pública social define-se como o conjunto de atividades ou programas governamentais destinados a remediar as falhas do *laissez-faire*. Para o autor é este salto analítico, que enumera praticamente, a mesma seqüência de itens classificados como “problemas sociais”, – concordando com a definição *ex-post* e semitautológica de que política social é tudo

aquilo que tem por objetivo os problemas sociais – independentemente dos juízos valorativos sobre a ordem social que subscrevem.

Segundo Frey (1999), os estudos sobre políticas públicas no Brasil, ao contrário dos países desenvolvidos, só foram realizados recentemente, dando ênfase à análise das estruturas e instituições ou à caracterização do processo de negociação das políticas setoriais específicas. Estes estudos carecem de embasamento teórico. A “*policy analysis*” em países em desenvolvimento como o Brasil esbarra no fato de que o instrumento analítico-conceitual (deficitário) foi elaborado para países industrializados, ajustados às particularidades das democracias mais consolidadas do ocidente.

Nas últimas décadas do século 20, em que houve forte ajuste econômico na maioria dos países, a questão social foi agravada por diversos fatores: desemprego estrutural, precarização no trabalho, aprofundamento nas desigualdades sociais gerando exclusão social de grande parcela da população. (Cunha & Cunha, 2002)

Segundo estes autores, as respostas políticas dos diversos países à questão social, embora diferenciadas, apresentam, algumas medidas comuns, entre elas: o corte de benefícios, maior seletividade e focalização das políticas sociais (atendem aos mais pobres entre os pobres), tornando-se residuais e causais, ou seja, os programas não são contínuos nem abrangentes e atingem grupos por determinado tempo; a privatização de programas de bem-estar social, isentando o Estado da garantia de mínimos sociais necessários à sobrevivência humana; e o desmonte da rede de proteção social antes mantida pelo Estado.

A crise decorrente do esgotamento do “milagre econômico” ao final da década de 1970 e início da década de 1980, propiciou uma conjuntura socioeconômica favorável ao movimento da sociedade em direção a redemocratização.

A política social da década de 1980 apresentava estratégia reformista, ou seja, voltada à ampliação de emprego, melhor distribuição de renda, revisão da legislação trabalhista, descentralização política administrativa, participação e controle social, redefinição do padrão regressivo de financiamento das políticas sociais. (Cunha & Cunha, 2002)

Segundo Azevedo (2001), o impulso à realização de pesquisas desta natureza ocorria em concomitância com o processo da abertura que terminou por reinstaurar a democracia no país. Neste contexto pode vir à tona as perversas conseqüências do “estadismo autoritário” próprio do regime instalado no pós-64, o qual forjara um padrão peculiar de política social que então se herdava.

Para compreender a reorganização do processo acumulativo por parte das elites pós-30 e o caráter da constituição e desenvolvimento do sistema de bem-estar nele incluído, Costa adota o conceito de “cidadania regulada” enunciado por Wanderley G. Santos (1979). Esse conceito de cidadania se assenta em uma estrutura de estratificação ocupacional *legalmente definida*, e não em um código de valores políticos. O processo de cidadania e do acesso aos direitos sociais não se desenvolve principalmente através da expansão dos valores intrínsecos ao conceito de membro da comunidade nacional ou política, mas através do reconhecimento e da regulamentação de novas profissões e da ampliação dos benefícios sociais a ela associados.

Para Costa (2002), é na margem desse sistema, na esfera da “pré-cidadania” que as políticas sociais de cunho assistencialistas vão se desenvolver no Brasil. As ações de assistência social já existiam no plano governamental do nível federal, através da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Entretanto, a partir dos anos 1970 e ao longo dos 1980, desenvolveu-se um esquema social mais denso, paralelo ou sobreposto, mas ainda marginal ao núcleo de bem-estar social do Estado. Estes programas – na maior parte não contributivos – eram dirigidos aos grupos sociais definidos como de risco ou “carentes”, sempre com um corte de elegibilidade determinado pela baixa renda. (Costa, 2002:34)

A partir de meados dos anos 80, as questões da intervenção estatal e dos destinos da democracia passaram a ser tematizadas em outra direção. Buscou-se então, o entendimento dos novos padrões de sociabilidade emergentes e soluções teórico-políticas capazes de bloquear as propostas neoconservadoras em relação aos mercados e à proteção social. (Azevedo, 2001)

É a partir deste período que as questões juvenis ganham espaço na agenda pública (Bango, 2003), constituídas por políticas setoriais ou por categorias de população (Abad, 2002). São as chamadas políticas focalizadas, já que as categorias destinatárias se definem a partir de um nível de necessidades, pobreza ou risco.¹¹

Os desenhos da ação política de cunho social são decorrência, nesta época, em grande parte de conflitos que se instalam na esfera pública, e que passam a imprimir no âmbito do Estado sua presença (Sposito, 2003). As aberturas democráticas tiveram os jovens como principais protagonistas. Por meio de suas participações em revitalizantes movimentos estudantis, partidos políticos e movimentos sociais, os jovens desempenham um papel importantíssimo em prol do retorno da democracia. (Bango, 2003).

A esse fator, adicionou-se no ano de 1985, por parte das Nações Unidas, a criação do Ano Internacional da Juventude, aumentando a importância do tema para os organismos internacionais e os Estados nacionais. (Abad, 2002)

¹¹ Esta política diferencia-se das demais políticas, as chamadas políticas universais, como por exemplo, as políticas de seguridade social ou de pensões.

Nesta década, a Constituição Brasileira de 1988 deu uma nova organização ao sistema federativo brasileiro, redefinindo o papel do governo federal, que passou a assumir prioritariamente a coordenação das políticas públicas sociais, enquanto os municípios, reconhecidos como entes federativos autônomos, assumiram a maior parte da responsabilidade de execução dessas políticas. Esse formato federativo previu a transferência de diversas atribuições, responsabilidades e recursos da instância federal para os níveis estaduais e municipais de governos, bem como a autonomia de estados e municípios para definirem a organização e a gestão de suas políticas. (Cunha & Cunha, 2002)

A década de 1990 foi marcada pelos esforços e lutas dos setores progressistas da sociedade na regulamentação dos direitos sociais inscritos na Constituição. Foram regulamentadas as áreas da criança e do adolescente, da seguridade social, da saúde, da assistência social, da educação e da previdência social, com amplas discussões e pactuações entre diversos atores que, organizados, representavam os segmentos sociais envolvidos. Foi uma década marcada pelo conflito entre a expectativa de implementação de políticas públicas que concretizem os direitos conquistados e assegurados em lei. (*ibidem* p.15)

Começa a generalizar-se um novo modelo de políticas juvenis, mais preocupado com a incorporação dos jovens no mercado de trabalho. Assim, uma série de programas são promovidos por organismos internacionais, como é o caso do BID, de capacitação para o emprego. A dimensão que aparece como excludente é a da visão de que os jovens são vistos como capital humano que contribuem nos processos de crescimento econômico. (Bango, 2003).

Além disso, instaurou-se na América Latina (com exceção de Brasil e Honduras) organismos governamentais que atendem, exclusivamente, as políticas de juventude. Um

desses atores, foi a Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), formada com um mecanismo de coordenação intergovernamental. (Bango, 2003)

Enquanto isso, no Brasil, um dos exemplos históricos mais importantes para a temática da criança e adolescência está expresso na conquista de um novo ordenamento jurídico-legal, o - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) -, ancorado em uma concepção plena de direitos e deveres. Embora, tenha sido um grande avanço cabe destacar que a juventude acima dos 18 anos fica na penumbra destas ações, pois o ECA se voltou para crianças e adolescentes até 18 anos.

Ainda no final da década de 90, sobretudo a partir de 1997, com assassinato do índio Galdino por jovens oriundos de camadas médias da cidade de Brasília, e o crescimento das mortes juvenis por homicídios, alguns programas são criados pelo Ministério da Justiça, especialmente destinados aos jovens. Em geral, são projetos de redução e prevenção à violência, atingindo sobretudo os jovens moradores das periferias das grandes cidades. No término da década de 90, o reconhecimento do desemprego e a acentuação dos processos de exclusão provocam o aparecimento de programas de inclusão, em uma crise da ação do Estado com o predomínio das políticas neoliberais. (Sposito, 2003)

No último ano do governo Fernando Henrique, em 2002, os programas se diversificam, são 33 programas federais atingindo os jovens, e sem negar um volume significativo de recursos envolvidos, as práticas empreendidas apresentam características recorrentes da cultura brasileira. Sposito menciona, que grande parte das propostas foi executada sob a forma de transferências de recursos ao executivo municipal ou estadual, ONGs ou fundações empresariais.

Sendo assim, desde a instauração das questões da juventude na agenda governamental até às políticas públicas de juventude nos dias atuais, percebemos que as

tendências e questões em pauta correspondem, ainda que de modo superficial, às configurações sociais emergentes de cada fase ou época em específico, sobretudo, no que concerne aos seus problemas sociais.

Diante desse contexto, é comum nos perguntarmos com quais limites o Estado olha a juventude? As diferentes fases das políticas públicas no Brasil, enunciam a tendência das políticas públicas de juventude. De um lado, o “emblema” do desenvolvimento social (ou capital humano?), onde se enfatizam questões sobre desemprego, conquista de direitos (implementação do ECA), inclusão social. De outro lado, a ênfase nos problemas, tais como, combate e prevenção à violência, drogas, AIDS e gravidez na adolescência.

3. Políticas públicas municipais de juventude

Com a descentralização política-administrativa, em 1988, muitos municípios organizaram apressadamente seus sistemas locais de políticas setoriais, alguns poucos com manifesta preocupação em realizar uma gestão comprometida com resultados concretos que alterassem realmente o padrão de atendimento à população, em conformidade com as novas concepções que convergem interesses coletivos e ao atual modelo de gestão das políticas públicas sociais. (Cunha & Cunha,2002)

É nesse âmbito que começa, no final dos anos de 1990, a ocorrer, conforme já mencionado, uma preocupação mais sistemática com a formulação e implantação de algumas ações específicas voltadas para a juventude.

Assim, a gestão dos sistemas das políticas sociais implica uma nova relação de cooperação e complementaridade entre União, estados e municípios no desenvolvimento de ações compartilhadas com a sociedade civil, por meio das redes de serviços de atenção

à população (saúde, educação, assistência social, proteção à criança e ao adolescente, e outras). A organização desta rede, também, pressupõe a efetivação de parcerias entre governo e sociedade civil, com vistas à qualidade dos serviços prestados e resolutividade dos sistemas com clara definição de mecanismos, estratégias de ação, papéis, responsabilidades entre prestadores de serviços, usuários e gestores. (Cunha & Cunha, 2002)

Frente às mudanças do contexto político administrativo a regulamentação dos preceitos constitucionais referentes ao campo da criança e do adolescente ocorreu no plano da normatização federal, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, e posteriormente da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) sancionada em 1993. (Costa, 2002:36).

O novo direito da infância e juventude no Brasil, consagrado no art. 227 da Constituição Federal, regulamentado e especificado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), revogou a antiga legislação do período autoritário inscrita no Código de Menores e executada através da Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Fruto de intensa mobilização democrática no País, a elaboração e aprovação do Estatuto envolveu representantes da área jurídica, das políticas públicas e, principalmente, representantes de diferentes municípios. (Costa 2002)

O Estatuto está embasado na doutrina jurídica da proteção integral, afirmada pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989 e transformada em lei no Brasil, pelo Decreto 99.710/90. (Frota, 2002:66)

A doutrina da proteção integral, cuja essência consiste em afirmar o direito, das crianças e adolescentes, a terem direitos básicos, faz-se presente ainda em outros três documentos legais, além da Convenção:

Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça juvenil (Regras de Beijing); Regras mínimas das Nações Unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade e Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil (Diretrizes de Riad). (Frota, 2002:66/67)

Segundo o autor, os princípios de direitos presentes nestes documentos legais foram incorporados ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Os art. 37 e 40 da Convenção referem-se à administração da justiça aos jovens suspeitos de praticar atos infracionais e aos privados de liberdade determinam medidas que assegurem a afirmação plena dos direitos civis para esses jovens, especialmente o direito à defesa.

O ECA redefine o conteúdo, método e gestão das políticas de atendimento à criança e ao adolescente, definidos agora como sujeito de direitos. Adota, também, como princípio a municipalização das políticas, cabendo a esfera federal a normatização e aos municípios e, em certos casos, aos estados, a sua execução. (Costa, 2002:37)

O ECA¹², preconiza a participação da sociedade civil na formulação, execução e fiscalização das políticas de atendimento à infância e juventude, através de conselhos nacional, estadual e municipais de caráter deliberativo e paritário¹³. Além disso, supera a visão anterior da legislação, retirando a sustentação legal para práticas assistencialistas e correccionais repressivas. (Costa, 2002:37)

A LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) integrada ao tripé da seguridade social (saúde, previdência, e assistência social) “garante” seu caráter de política pública. São incluídas na esfera da política de assistência social: amparo à infância e à adolescência em situação de carência; proteção à família e maternidade; promoção de

¹² O Estatuto da Criança e do Adolescente compõe-se de dois livros. O livro um trata dos direitos sociais básicos e é dirigido a todas as crianças e adolescentes. O livro dois aborda os direitos civis e dirige-se às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em razão de sua conduta ou da ação ou omissão dos pais, da sociedade e do Estado (art. 98). (Frota, 2002:65)

¹³ Que têm representação do governo e da sociedade civil.

integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência; proteção a velhice; os projetos de enfrentamento à pobreza. (Costa, 2002:38)

Segundo Costa (2002) é reconhecido e estimulado – tanto na LOAS como no ECA – o papel das entidades de assistências não governamentais, comunitárias, confessionais e filantrópicas como parcerias e interlocutoras do Estado na execução das políticas. Essas entidades compõem a rede de serviços de atenção à população vulnerabilizada, entretanto, é preciso superar a fragilidade e desarticulação das suas ações nos seus diferentes âmbitos: municipal, estadual e federal.

Os conselhos de políticas criados por projetos de lei, discutidos e aprovados pelo legislativo, paritários, são também responsáveis pela gestão, uma vez que têm caráter deliberativo quanto à política e atuam no âmbito da esfera pública, ou seja, definem as agendas públicas que representam interesses coletivos. (Cunha & Cunha, 2002)

Sob o olhar destes autores, é através dos canais de participação legalmente constituídos, que os conselhos “exercem” o controle público das ações e decisões governamentais, discutem projetos e os tornam públicos. Sua estruturação e seu funcionamento possibilitam à sociedade civil organizada formar opinião sobre os desejos comuns e inseri-los na agenda governamental, estabelecer acordos e alianças, explicitar conflitos, enfim atuar em espaços que permitem a negociação e a construção de consensos que viabilizam a operacionalização dos sistemas.

Segundo Costa, no plano municipal encontra-se, também, a criação (através do ECA), dos *Conselhos Tutelares* (CTs). São órgãos autônomos, de caráter não-jurisdicional, encarregados de zelar pelo respeito aos direitos da criança e do adolescente

e encaminhar casos de violação destes direitos, bem como acionar o Poder Judiciário e o Ministério Público, quando necessário, solicitar a prestação de serviços públicos.

Por outro lado, os Conselhos da criança e do adolescente, deixaram pendente um apoio institucional próprio da juventude. Assim, frente ao surgimento de programas públicos para a juventude, surgem em menor número os Conselhos de Juventude, em algumas cidades e estados. O surgimento destes conselhos, reconfiguram um novo contexto para as políticas públicas locais de juventude, no sentido do reconhecimento institucional das questões juvenis e afirmação das políticas de juventude.

Acrescenta-se, ainda, junto à emergência desses conselhos a experiência do Orçamento Participativo da Juventude (OPJ), Fórum de Juventude, Congressos de Juventude, Secretarias e Assembléias da Juventude, Movimento Jovem, Núcleos de Estudos e Pesquisa da Juventude, Associativismo Jovem, Organização Brasileira de Juventude (OBJ), Institutos e Ongs da Juventude, e no plano da América Latina a já mencionada Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), entre outros .

Paralelo a isso, as novas ações para o setor juvenil, são articuladas no âmbito do poder executivo em parcerias com a sociedade civil tendo em vista projetos ou programas, alguns financiados pela esfera federal. Segundo Sposito (2003:68), este é um fato recente e decorre sobretudo de compromissos eleitorais de partidos, principalmente de esquerda e de centro-esquerda, que, por meio de pressões de sua militância juvenil ou de setores organizados do movimento estudantil, incluíram na sua plataforma política as demandas que aspiravam à formulação de ações específicas destinadas aos jovens.

Constatamos, também, que debates e programas desenvolvidos por ONGs foram importantes como fomentadores de novas idéias para a ação do poder público local. Segundo Rua (1998), tudo leva a crer que, antes de serem incorporados pela esfera governamental, os programas e eventuais políticas destinados aos jovens já vinham sendo

experimentados pela sociedade civil por meio das ONGs e fundações empresariais recobertos de extrema diversidade quanto às orientações .

Para Bango (2003), os organismos de juventude poderiam aportar inestimáveis subsídios à implementação de políticas juvenis participativas. O âmbito do local é, ademais, inestimável para pôr em jogo as energias e conhecimentos existentes na comunidade.

A viabilidade está nas mãos dos governos locais, num contexto em que se busca descentralização e a aproximação da política de juventude com os próprios jovens, de um lado, e de outro, que os governos locais assumissem essas tarefas como parte integrante de suas funções e responsabilidades sociais, para com os sujeitos jovens de seus municípios. (Bango, 2003:87)

Por essa razão, quando se trata de políticas públicas de juventude examina-se o processo de interação entre o Estado e a sociedade civil, na sua implantação e avaliação. Inscreve-se, também, sob uma perspectiva democrática, no campo de conflitos entre atores que disputam na esfera pública orientações, negociam ações e recursos destinados à implantação das políticas. (Sposito, 2003)

A fonte limitada de recursos públicos, para a implantação de serviços, programas e políticas, e o próprio Estado afastam qualquer idéia de uma pretensa racionalidade inerente à intervenção estatal. As formas de ofertas de bens públicos e os desenhos da ação política de cunho social são decorrência, em grande parte, do campo de conflitos que se instala na esfera pública, e que passam a imprimir no âmbito do Estado sua presença. O reconhecimento deste campo de conflitos, e da diversidade de interesses, tornam-se fatores relevantes de constituição de políticas públicas democráticas. (*ibidem*, p. 60)

Nesse sentido, afirma-se que nas formulações de políticas públicas de juventude, a real importância da abertura de espaços para que os próprios jovens sejam

demandatários das políticas (Spóstio, 2003). E, não apenas como política imposta de cima para baixo, pelo mundo dos adultos articulado no campo das instituições.

Sposito, destaca que a qualificação do agir político não decorre apenas das concepções dominantes sobre a condição juvenil, mas dos padrões de interação entre governo e sociedade. Nesse duplo eixo as combinações podem ser variadas:

...percepções avançadas sobre direitos de juventude permanecem socavadas quando o modo dominante de formulação da política e de interação com a sociedade civil não constituem espaços de interlocução democrática. No espectro oposto, pode ocorrer que, não obstante, o caráter democrático de algumas administrações, os segmentos juvenis ainda sejam concebidos como ameaças foco de problemas, necessitando ações de tutela ou proteção, sem constituir espaços para sua autonomia enquanto atores coletivos da sociedade. (Sposito, 2003:64)

4. Mecanismos de correção: Políticas públicas para inclusão social?

No caso da América Latina, em particular, ocorrem sociedades que coincidem no espaço social, mas crescentemente não o compartilham: Jovens integrados que fazem uso da sua “moratória de papéis” contrastam com jovens em situação de desintegração “dura”, excluídos e “desnecessários”, os chamados jovens problema. (Bango, 2003)

Antigamente, um elemento-chave nas economias centrais era formado pela existência de contingentes de pessoas que, na lógica do capital, se constituíam em mão-de-obra barata ou em “exército industrial de reserva”, para citar uma formulação já clássica. Hoje, este exército já não se faz tão necessário. No entanto, o problema surge quando o contingente maior de “desnecessários” são os jovens, porque isso significa um risco à sustentabilidade da sociedade em seu conjunto. (Bango, 2003:39)

Para Novaes (2003:122), a desigualdade mais evidente remete à classe social. Esse recorte se explicita claramente na vivência da relação escola/trabalho. Contudo,

quando o assunto é inclusão e exclusão social, as diferenças de origem social e situação de classe não esgotam o assunto.

Gênero e raça são outros dois recortes que interferem nas trajetórias dos jovens. As moças pobres se “beneficiam” do crescimento do emprego doméstico, mas as moças de classes sociais diferentes ganham menos que os rapazes quando ocupam os mesmos postos de trabalho. Mas, segundo Novaes (2003), se a “boa aparência”, exigida para certos postos de trabalho, exclui os jovens e as jovens mais pobres, esse “requisito” atinge, particularmente jovens negros e negras.

Para a autora, isso não é tudo. Há ainda, outro critério de diferenciação entre a grande maioria da juventude brasileira: o *endereço*. Para as gerações passadas esse critério poderia ser apenas um indicador de estratificação social. Certos endereços, também, trazem consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e a corrupção dos traficantes e da polícia. Ao preconceito e discriminação de classe, gênero e cor, adiciona-se a “discriminação por endereço”. Nesse cenário para a determinação das possibilidades de inclusão/exclusão social, é diferente ser pobre, negro ou branco, homem ou mulher ou não viver em uma área classificada violenta. (Novaes, 2003)

A autora acrescenta que ser ou não ser “um jovem ou uma jovem de projeto”, também, faz diferença no processo de inclusão/exclusão. Aqueles que têm acesso aos projetos podem contribuir para a supressão de certas marcas de exclusão por meio do aumento da escolaridade, da capacitação profissional, da consciência étnica, de gênero, de pertencimento local comunitário. Por meio deles, uma parcela dos jovens pode inventar novas maneiras de sociabilidade e integração societária, as quais resultam em determinadas modalidades de inclusão. Novaes, destaca ainda, projetos sociais dirigidos aos jovens tornam-se pontes para um determinado tipo de inclusão social, para jovens de

certas áreas marcadas pela pobreza e pela violência das cidades. Contudo, é preciso refletir sobre os efeitos sociais que nem sempre são analisados.

Se já não bastasse, muitas vezes, é comum a atribuição da não inclusão social do jovem a fatores pessoais, como por exemplo, incapacidade ou falta de responsabilidade. De um lado, o modelo neoliberal, com suas acepções individualistas, de que a sociedade é competitiva, e que nesta “selva” só sobrevivem os “melhores”. De outro lado, a visão *adultocêntrica*, alegando que os mesmos não são capazes, não são responsáveis. No entanto, tais circunstâncias, tendem a gerar frustrações, perda da auto-estima e capacidade de desenvolvimento individual e grupal.

Todos estes aspectos, ainda, não esgotam o mosaico de exclusão social da juventude brasileira. Há diferenças entre regiões do país, entre campo e cidade, entre cidades grandes e pequenas que devem ser levados em conta. No entanto, o local é não-resultado de isolamento. Ao contrário, ele é fruto de relações assimétricas, históricas, econômicas, políticas e culturais entre diferentes espaços sociais do país. (Novaes, 2003)

Desse modo, Novaes (2003), destaca que o desafio de hoje é combinar mecanismos de transferência de renda, acesso à educação de qualidade, expedientes que facilitem o ingresso no mercado de trabalho, capacitação e apoio para novas ocupações de geração de renda e, ainda, atividades comunitárias que favoreçam a construção de laços identitários e afetivos. A questão é como inscrever cada um desses aspectos no horizonte dos direitos dessa geração. Transformar programas e projetos em políticas significaria garantir sua continuidade, tão rara nos dias de hoje.

A autora trabalha no sentido de garantir a universalização de acessos e lidar com a diversidade sem cair na fragmentação. O primeiro passo será lembrar sempre que a pobreza e as desigualdades sociais se retroalimentam, mas, são resultados de dinâmicas sociais específicas. O desenho das políticas públicas dirigidas para a multifacetada

juventude brasileira deve ser feito de maneira a universalizar direitos e acessos sem reproduzir desigualdades. (Novaes, 2003:141)

No que tange a implementação de *programas* sociais em nível local para a juventude, a ação de uma série de fatores organizacionais, também têm influência decisiva sobre os resultados. Em primeiro lugar, os programas raramente ficam a cargo de uma só agência, mas dependem de uma pluralidade de organismos. Também atuam em sua execução diversas instâncias decisórias nos diferentes níveis das agências envolvidas, o que faz com que as soluções dependam de uma complexa rede de negociação permanente entre os atores e as instâncias de governo, o que gera modificações no conteúdo e nos prazos dos programas. (Costa, 2002:29)

Segundo Novaes (2003:133), até agora foram feitas políticas minguadas, fragmentadas e de competição entre esferas de governo, onde o município compete com estado e o estado compete com a União. Não há sinergia nos programas sociais do governo federal.

Além disso, destacam-se as competições entre os próprios municípios num jogo, onde as práticas clientelistas muitas vezes garantem espaço. Tal conjuntura, se traduz, também, na fragilidade do governo federal em expandir suas ações a uma significativa quantidade de territórios brasileiros. A quantidade de programas muitas vezes não é tão significativa, quanto o número de jovens contemplados pelos programas.

Tais questões passam a ser uma “faca de dois gumes”, de um lado, a necessidade de políticas públicas integrais, no sentido de garantir direitos de cidadania aos jovens. De outro lado, a necessidade de expansão, no que tange aos termos quantitativos do público alvo das políticas públicas de juventude.

León (2003), traz a discussão crítica da agregação dos programas setoriais. O autor destaca a ênfase colocada no nível dos programas sociais setoriais para os jovens, de

menor caráter intersetorial. O autor destaca a ausência de um olhar mais global sobre política pública de juventude, que ultrapasse uma visão particularizada, que avance no processo de passar da geração de programas sociais juvenis à construção de uma política. Para o autor, a soma de programas sociais não faz uma política.

Para Sposito (2003), deve haver o rompimento com dois aspectos das orientações que têm marcado as ações públicas nos últimos anos: o primeiro diz respeito à total ausência dos jovens na formulação das políticas; o segundo incide sobre a incapacidade do governo federal fomentar uma concepção abrangente dos jovens como sujeitos de direitos, de modo a desconstruir arraigadas formulações que reiteram o tema do controle dos jovens e de sua identificação como problemas sociais.

A ausência de atores coletivos articulados ou de redes, em nível nacional estabelecidas a partir da temática da juventude, envolvendo não só os jovens como também outras presenças, dentre elas pesquisadores das universidades e organizações da sociedade civil, indica que um longo caminho ainda deve ser percorrido em torno da formulação de alguns consensos sobre as orientações e programas que desenhariam as políticas. Trata-se, assim de fortalecer o campo democrático e emancipador na relação entre Estado e Sociedade, de modo que possa compor novos desenhos que constituem de fato, os jovens como sujeitos capazes de expressar seus anseios. (Sposito, 2003)

Por outro lado, as políticas de juventude tentam subsidiar ou compensar as desvantagens sociais, geradas nos jovens populares, pelo modelo de crescimento e concentração, a que guardam relação com as variáveis duras de ordem sociestrutural que dificultam ou impossibilitam a integração funcional desses jovens, devido às desvantagens em matéria de educação e desemprego. (León, 2003)

Além disso, as demandas da juventude são parte do conjunto das demandas da sociedade, que envolvem outros segmentos e atores. É necessário criar espaços

específicos que, ao mesmo tempo, não se tornem espaços corporativos, no sentido de esquecer o conjunto da sociedade. (Pontual, 2003)

Apesar disso, é necessário estarmos conscientes de que a construção do capital institucional da juventude, não se resolve necessariamente por meio de medidas de realocação institucional ou hierárquica, nem de uma elevada disponibilidade financeira. Seu fortalecimento está relacionado, principalmente, à construção de capital institucional vinculado a dignidade de sua função, pela qualidade de seu capital humano, pela sua capacidade em prover conhecimentos e informação e pela sua competência para a gestão de processos de coordenação de ações próprias e do resto do Estado. (Rodrigues, 2000)

5. Indicadores estatísticos sobre a violência juvenil no Brasil

O Brasil conta com um contingente de cerca de 34 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos¹⁴, ente os quais 42% estão em pobreza extrema. É nessa faixa que a violência faz seu maior número de vítimas, respondendo por mais da metade das mortes por homicídio, acidentes de trânsito e suicídios.

Diante disso, não pretendemos abranger, aqui, a compreensão da multiplicidade de violências étnicas, políticas, religiosas, entre outras, mas se deter no fornecimento de dados estatísticos sobre a morte da juventude no Brasil por causas violentas, principalmente por homicídios, suicídios e acidentes de trânsito, a fim de fornecermos subsídios quantitativos para a nossa pesquisa e evidenciar que, por trás dos dados, existe uma população jovem extremamente desprotegida e vulnerável aos fatores da violência.

Segundo WASELFISZ (2002) as epidemias e doenças infecciosas, que eram as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas, foram sendo substituídas, progressivamente, pelas denominadas “causas externas” de mortalidade, principalmente os acidentes de trânsito e homicídios¹⁵. Os dados do SIM (Sistema de Informações Sobre Mortalidade) permitem verificar essa forte tendência. Em 1980, as "causas externas" já eram responsáveis por aproximadamente, a metade (52,9%) do total de mortes dos jovens do país. Vinte anos depois dos 45.310 óbitos juvenis, 31.851 foram originadas por causas externas; percentual que se elevou de forma drástica. No ano 2000, acima de 2/3 de nossos jovens (70,3%) morreram por causas externas e os maiores responsáveis foram os homicídios. Os dados abaixo retratam melhor esta realidade:

¹⁴ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2000.

¹⁵ Homicídios possuem como característica a presença de uma agressão de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos, lesões ou morte da vítima. O termo homicídio conota, também o título genérico de *agressão*. (Waiselfisz, 2002).

Tabela 1 - Estrutura da Mortalidade por UF e região na população total e nos jovens de 15 a 24 anos em 2000 (em %) no Brasil

UF/ REGIÃO	POPULAÇÃO TOTAL				15 A 24 ANOS			
	Causas Externas	Acid. Transp.	Homicídios	Suicídios	Causas Externas	Acid. Transp.	Homicídios	Suicídios
Acre	11,3	3,5	4,0	1,0	48,6	6,9	28,6	6,9
Amazonas	12,3	3,1	5,0	0,7	60,9	12,4	34,7	3,9
Amapá	17,7	5,1	8,1	0,8	70,5	12,6	44,3	5,5
Pará	9,8	3,1	3,6	0,5	47,7	12,9	22,6	3,2
Rondônia	20,9	5,6	8,7	1,1	72,8	15,2	38,5	3,9
Roraima	25,0	9,8	9,3	1,6	70,8	19,7	38,7	5,1
Tocantins	14,9	7,2	3,7	0,8	58,8	25,0	20,9	5,1
Norte	12,9	4,0	4,8	0,7	57,3	14,1	29,5	4,0
Alagoas	11,2	3,8	4,9	0,5	60,8	15,5	36,1	1,8
Bahia	13,0	2,3	4,3	0,4	62,7	10,0	32,3	1,4
Ceará	11,3	3,7	3,5	0,8	61,6	16,7	26,6	4,2
Maranhão	9,6	2,7	2,1	0,4	47,4	12,6	14,6	2,3
Paraíba	7,4	2,3	2,8	0,2	54,6	13,8	28,0	1,1
Pernambuco	13,5	2,6	7,8	0,5	75,6	10,1	55,8	1,9
Piauí	8,7	3,5	1,8	0,6	48,8	16,9	15,9	2,9
Rio G. do Norte	11,4	3,5	1,9	0,6	66,5	18,5	14,1	2,7
Sergipe	11,7	3,6	4,1	0,5	64,0	16,5	30,4	3,5
Nordeste	11,6	2,9	4,5	0,5	63,6	12,9	34,6	2,3
Espírito Santo	16,2	4,5	7,9	0,6	76,0	16,5	49,5	1,0
Minas Gerais	8,0	2,3	1,9	0,5	55,8	15,3	22,3	3,4
Rio de Janeiro	13,0	2,3	6,4	0,3	77,3	9,5	54,0	1,0
São Paulo	13,6	2,4	6,3	0,6	79,5	10,4	50,4	2,0
Sudeste	12,4	2,4	5,4	0,5	75,3	11,2	47,0	1,9
Paraná	11,5	4,3	3,0	1,0	71,6	23,7	27,9	6,2
Rio G. do Sul	9,3	2,7	2,4	1,5	67,0	19,0	26,7	7,8
Santa Catarina	11,7	5,4	1,5	1,5	73,1	38,9	10,7	6,8
Sul	10,5	3,8	2,4	1,3	70,1	24,7	24,2	6,9
Distrito Federal	15,9	5,2	6,9	0,8	71,2	17,6	45,2	3,2
Goiás	15,5	6,1	4,4	1,4	71,2	26,7	28,2	6,0
Mato G. do Sul	20,2	3,5	5,4	1,4	74,0	10,1	27,0	7,2
Mato Grosso	14,3	6,6	8,7	1,2	71,6	31,0	46,6	7,0
Centro-Oeste	16,3	5,5	5,9	1,3	71,9	21,6	35,0	5,9
Brasil	12,2	3,0	4,7	0,7	70,3	14,2	39,2	3,0

Fonte: SIM/DATASUS, 2001. (Óbito por percentual)

A tabela 1 apresenta uma correlação de diferentes mortalidades¹⁶ entre a população total e os jovens no Brasil. No conjunto da população, só 12,2% do total de

¹⁶ Os dados sobre mortalidades, apresentados neste trabalho, levam em consideração os seguintes aspectos: homicídios, causas externas, acidentes de transporte e suicídios.

mortes no país são atribuíveis a causas externas. Já entre os jovens as causas externas são responsáveis por mais de 70% dos óbitos. Se na população total só 4,7% dos óbitos, devem-se a homicídios, entre os jovens os homicídios são responsáveis por 39,2% das mortes. Porém, em alguns estados, como Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, algo em torno da metade ou mais, das mortes de jovens são produtos de homicídios. Acidentes de Transporte são responsáveis por mais 14,2% dos óbitos juvenis, e suicídios, por mais 3%. Em conjunto, estas três causas são responsáveis por mais da metade (56,4%) dos óbitos juvenis.

Acrescentamos que a violência é a maior causa de morte na população jovem masculina do país, para a faixa etária de 15 a 24 anos pois, no ano de 2002 70,67% das mortes ocorreram entre jovens do sexo masculino. (IBGE, 2002)

Um estudo realizado sobre mortalidade juvenil no Brasil Waiselfisz (2002), confirma largamente a dramaticidade dessas estatísticas:

⇒ entre 1979 e 1998, se no total da população a mortalidade por homicídios e outras violências aumentou 97%, entre os jovens de 15 a 24 anos cresceu 135%;

⇒ Nas capitais do país esse crescimento foi ainda maior: 120% para a população total e 166% para a população jovem;

⇒ De 37 países analisados, o Brasil ocupa a 3^o. posição na categoria homicídios e outras violências praticadas contra jovens, com uma taxa de 46,6 homicídios por cada 100.000 jovens, só atrás da Colômbia e da Venezuela, que exibem taxas superiores;

⇒ No ano 2000, acima de 2/3 de nossos jovens (70,3%) morreram por causas externas e os maiores responsáveis foram os homicídios, conforme o gráfico:



Fonte: UNESCO, 2001.

O gráfico acima evidencia o ponto crítico da ocorrência de jovens vítimas de homicídio. Considerando às idades das vítimas, pode ser observado que a partir dos 14 anos o número de vítimas por homicídio vai crescendo, rapidamente até atingir o pico de 2.220 mortes na idade de 20 anos. A partir desse ponto, o número de homicídios vai caindo gradualmente.

Tabela 2 - Número de Óbitos por Homicídios para jovens de 15 a 24 anos no

Brasil em UF e regiões no período de 1991 a 2000

UF / REGIÃO	ANO										% Aumento
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
Acre	34	43	47	36	37	34	43	51	14	50	47,1
Amazonas	173	112	129	170	176	186	213	256	241	249	43,9
Amapá	23	34	27	49	53	59	73	70	90	81	252,2
Pará	254	244	191	249	215	230	263	298	195	289	13,8
Rondônia	112	88	114	108	93	71	97	146	113	157	40,2
Roraima	13	30	14	21	30	35	26	45	53	53	307,7
Tocantins	20	14	23	27	24	40	36	39	48	62	210,0
Norte	629	565	545	660	628	655	751	905	754	941	49,6
Alagoas	129	145	164	152	172	216	169	172	196	279	116,3
Bahia	171	259	572	671	535	697	783	791	799	807	371,9
Ceará	189	172	232	187	268	278	322	313	347	432	128,6
Maranhão	134	98	101	83	110	99	93	77	70	133	-0,7
Paraíba	115	103	112	129	165	194	150	138	137	213	85,2
Pernambuco	795	682	903	911	920	1007	1407	1810	1640	1696	113,3
Piauí	24	23	37	37	37	33	54	54	52	89	270,8
Rio G. do Norte	70	55	69	75	63	77	77	89	57	77	10,0
Sergipe	87	139	96	120	71	85	72	53	112	140	60,9
Nordeste	1714	1676	2286	2365	2341	2686	3127	3497	3410	3866	125,6
Espírito Santo	238	208	343	333	392	402	492	593	573	531	123,1
Minas Gerais	338	276	322	329	355	348	381	456	520	741	119,2
Rio de Janeiro	1757	1482	1725	2106	2886	2773	2895	2749	2710	2816	60,3
São Paulo	3782	3555	3484	4006	4225	4450	4676	5376	6133	6430	70,0
Sudeste	6115	5521	5874	6774	7858	7973	8444	9174	9936	10518	72,0
Paraná	303	301	342	356	424	446	472	510	546	616	103,3
Rio G. do Sul	545	460	3383	423	461	434	520	465	511	533	-2,2
Santa Catarina	89	81	89	91	101	117	113	106	97	105	18,0
Sul	937	842	814	870	986	997	1105	1081	1154	1254	33,8
Distrito Federal	221	198	255	245	275	284	259	294	332	341	54,3
Goiás	232	184	185	218	200	187	212	227	257	351	51,3
Mato G. do Sul	102	11	124	141	192	219	193	201	172	213	108,8
Mato Grosso	86	84	90	57	123	185	179	227	218	278	223,3
Centro-Oeste	641	577	654	661	790	875	843	949	979	1183	84,6
Brasil	10036	9181	10173	11330	12603	13186	14270	15606	16233	17762	77,0

Fonte: SIM/DATASUS
Óbitos por 100.000 habitantes.

A tabela anterior é o resultado de um levantamento realizado pela Unesco (2002) que evidencia a generalidade do aumento do número de óbitos por homicídio entre os jovens. O Estado da Bahia possui o maior índice com aumento de 371,9 % seguido de

Roraima (307,7%) e de Piauí (270,8%) *contrapondo* com os menores índices que pertence ao Estado do Rio Grande do Sul, que possui um aumento negativo de - 2% seguido de Maranhão (0,7%) e Rio Grande do Norte (10,0%). Em se tratando do Brasil os jovens sofreram um aumento de 77% de homicídios, evidenciando assim, a frágil situação do segmento juvenil, frente à violência homicida no país.

Segundo a UNESCO (2002), se as taxas de homicídios de jovens em 1991 já eram bem mais elevadas do que as da população total (20,9 em 100 mil para a população total e 35,2 para os jovens), dez anos depois, as diferenças cresceram mais ainda. Se as taxas da população total cresceram 29,4% na década, as taxas juvenis cresceram a um ritmo superior: 48,1%. Com isto, a taxa entre os jovens elevou-se para 52,1 homicídios em 100 mil. Também, para os jovens a situação entre estados e regiões é muito heterogênea. Num extremo, no Rio de Janeiro e Pernambuco, a taxa de mortalidade juvenil supera o marco dos 100 óbitos por 100 mil jovens.

WAISELFISZ (2002), confirma que no país os homicídios foram responsáveis por 38,1% das mortes de jovens, em vários Estados, como São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro, os homicídios foram causa de mais da metade dos óbitos juvenis durante o ano de 2000. Esse fato, repete-se para várias idades em um bom número de estados.

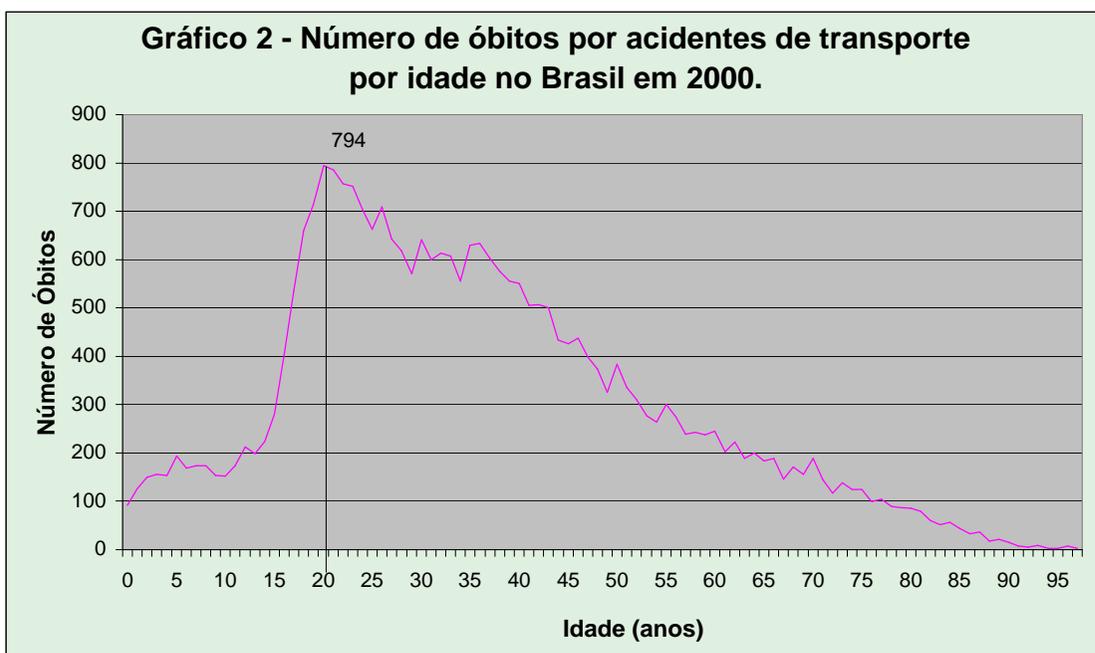
Desta forma, a violência juvenil torna-se fenômeno epidêmico: ultrapassa totalmente, a capacidade de controle da sociedade. As estruturas e mecanismos convencionais de prevenção e repressão, encontram-se tão “saturados”, que apresentam nível de eficácia baixo ou nulo.

Tabela 3 - Violência e armas de fogo no Brasil e no mundo

Variáveis	Indicadores	Fonte
Homicídios e armas de fogo	Nos últimos vinte anos, o número de brasileiros assassinados aumentou 237%. Entre 1991 e 2000, o crescimento foi de 50,2%. Todos os anos 50 mil pessoas são assassinadas no país, sendo que 45 mil são vítimas de arma de fogo.	IBGE, 2000.
Armas ilegais	De um total de 8 milhões de armas que existem no Brasil, 3 milhões são ilegais. O número é relevante, já que 70% dos homicídios registrados nacionalmente acontecem com uso de armas ilegais.	Secretaria Nacional de Segurança Pública.
Indústria bélica no Brasil	A indústria bélica brasileira está entre as 5 maiores do mundo; o faturamento da indústria fica em torno de R\$ 350 milhões/ano; 84,5% das armas produzidas no Brasil são armas de mão, pistolas e revólveres.	UNESCO, 2002.
Custos da violência no Brasil	As mortes por armas de fogo custam ao Brasil 10% de seu PIB; R\$ 300 milhões/dia com sistema judiciário, segurança, perdas humanas, assistência médica, hospitalar etc; e o custo mensal para os jovens infratores na Febem é de R\$ 1.700.	Fundação Oswaldo Cruz, 2002.
O Brasil e o mundo	O Brasil é campeão mundial em homicídios por armas de fogo. São 27 mortos por 100 mil habitantes, perdendo apenas para a Colômbia e El Salvador. O Brasil é campeão mundial de homicídios em número absoluto.	UNESCO, 2000.

Segundo WAISELFISZ (2002) existem no país poucas evidências sobre os níveis de armamento da população. Diversas brechas na regulamentação da compra e porte de armas de fogo e a amplitude do comércio clandestino, tornam as estimativas existentes pouco confiáveis. Onde, não existe um controle rígido de transações envolvendo armas de fogo são utilizados diversos procedimentos para estimar o grau de disseminação das mesmas. As taxas de óbitos por armas de fogo, além de dar uma visão aproximada dessa disseminação, indicam-nos também o grau de decisão em utilizar armas de fogo, na resolução de conflitos pessoais ou interpessoais.

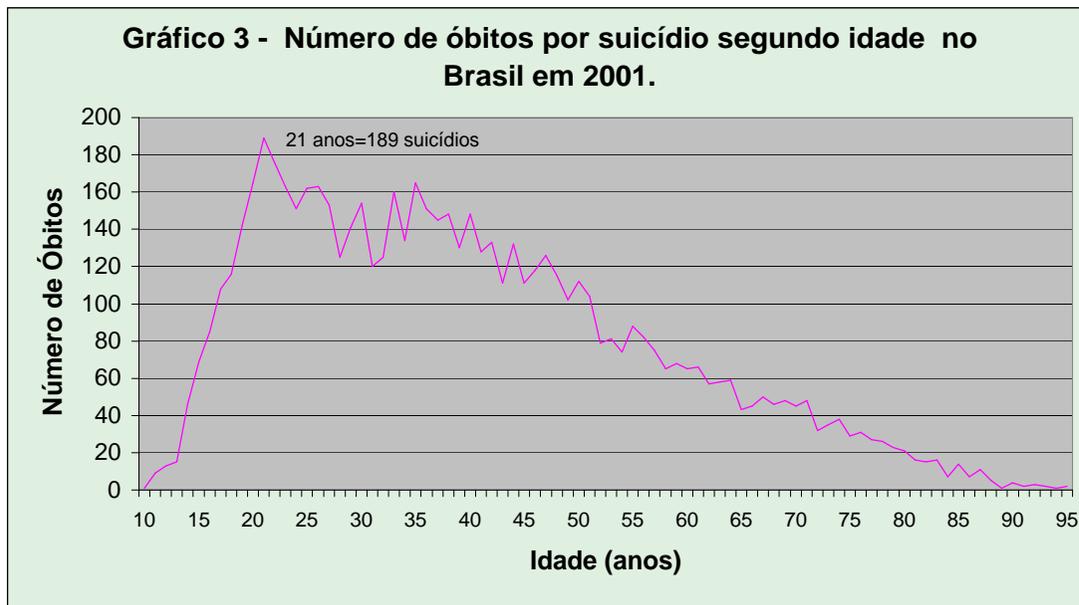
Entre o total 90,3% de mortes causadas por armas de fogo correspondem à categoria homicídios. O restante 9,7% é resultado de suicídios, acidentes com armas de fogo e outras categorias. Dessa forma, os homicídios são, de longe, o principal motivo de utilização das armas de fogo. O Brasil é o segundo país em matança de jovens, com um dos índices mais indecentes do Planeta, pois, matamos 88 vezes mais jovens que a França, e 130 vezes mais que o Japão. (UNESCO, 2000)



Deslocando a atenção dos dados sobre homicídio para acidentes de transporte, surge conforme o gráfico acima, o ponto crítico dos jovens vítimas de acidentes de transporte¹⁷ no Brasil, pois é na faixa etária juvenil, que se concentram os maiores índices de mortalidade por acidentes de transporte.

¹⁷ Os dados sobre acidentes de transporte, aqui levantados, correspondem à denominação de acidentes de trânsito ou outros acidentes derivados de transporte aéreo, fluvial, etc. (Waiselfisz, 2002)

A Unesco complementa que nos óbitos dos jovens, por acidentes de trânsito, a maior incidência pode ser observada no sexo masculino. Provavelmente, devido à maior presença no trânsito de motoristas e/ou ocupantes de veículos do sexo masculino, só 19,3% dos óbitos por acidentes de veículos, na população total e 17,7% dos óbitos da população jovem pertencem ao sexo feminino.



O gráfico acima evidencia os números de suicídios,¹⁸ para a faixa etária juvenil no Brasil, o qual encontra seu ponto crítico aos 21 anos de idade, decaindo após as demais idades gradativamente.

Vale lembrar que Durkheim (1997), clássico da sociologia, escreveu sobre suicídio, em fins do século passado. E, para este autor as maneiras de agir e de pensar devem ser tratadas a partir de uma realidade exterior aos indivíduos, e assim, consideradas como fato social. Desta forma, o suicídio é

¹⁸ Suicídio corresponde, aqui, a lesões corporais autoprovocadas intencionalmente.

para Durkheim um fato social que representa um indicador da situação social.

Nesse sentido, é sobre esses parâmetros que se baseiam o levantamento dos dados aqui presentes, ou seja, dados que se configuram numa prática de coesão social, e não nas manifestações individuais. Assim, o conjunto das manifestações sociais anômicas, no caso do suicídio, também se molda e encontra explicações nas diferentes situações sociais, políticas e econômicas em que o país se encontra.

Sob a consideração de Waiselfisz (2002) não é um fato novo, a preocupação de todos os cidadãos e das autoridades constituídas com a violência cotidiana que a sociedade enfrenta. Embora não seja recente, nosso problema atual, centra-se nas proporções inéditas que o fenômeno vem assumindo.

A concentração dos números na faixa etária juvenil também nos leva a questionar as causas sociológicas, que induzem os jovens a cometerem atitudes violentas. Por trás do descaso, com tais problemas juvenis no Brasil, emerge a necessidade de perceber que a violência juvenil no Brasil configura "tendências", que encontram sua explicação nas estruturas sociais que o país atravessa, e sobre este círculo se estabelece a necessidade de buscar ações públicas específicas para a população jovem, sejam elas, para a cultura, educação, lazer e trabalho.

5.1 Traçando dados sobre a violência em âmbito local

O levantamento estatístico sobre a violência juvenil em âmbito local pretende complementar e subsidiar nosso estudo empírico realizado no município de Florianópolis¹⁹. O detalhamento dos dados estatísticos é voltado para: a população juvenil; os crimes realizados no município; o número de homicídios entre os jovens; e dados sobre mortalidade juvenil.

O município de Florianópolis, do qual a Ilha constitui a maior parte do território está inserido num aglomerado urbano composto por mais quatro municípios: Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José. (CECCA, 1997)

A população total do município de Florianópolis é de 342.315 habitantes com taxa de urbanização de 92,4%, densidade demográfica de 638,20 Km² e 0,42% de participação na produção total do Estado de Santa Catarina. Em relação à população jovem o município conta com 69.989 pertencentes à faixa etária de 15 a 24 anos, ou seja, 20,5% da população total. (IBGE, 2000). Contudo, segue abaixo os dados sobre a população juvenil urbana e rural no município de Florianópolis²⁰.

¹⁹ Embora tenhamos evidenciado, aqui, algumas informações estatísticas para o segmento juvenil, os dados no município de Florianópolis, ainda são insuficientes e necessitam de maiores detalhamentos sobre a questão e sistematização dos mesmos.

²⁰ Procuremos, aqui, priorizar os dados estatísticos sobre criminalidade e violência juvenil, para maiores informações sobre indicadores sociais de juventude no município e no Brasil ver trabalho de: CARVALHO, G. A. *“O jovem nas políticas públicas municipais de Florianópolis”*. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

Tabela 4 - População residente de 15 a 24 anos de idade rural e urbana no município de Florianópolis e no Brasil

	Total	15 anos	16 a 17 anos	18 e 19 anos	20 e 24 anos
Florianópolis	69.989	6.276	13.422	15.171	35.120
Urbana	67.979	6.078	13.044	14.734	34.123
Rural	2.010	198	378	437	997
Brasil	34.062.000	3.519.000	7.176.000	7.233.000	16.134.000
Urbana	27.747.000	2.766.000	5.734.000	5.898.000	13.349.000
Rural	6.315.000	753.000	1.442.000	1.335.000	2.785.000

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Censo Demográfico, 2000.

Nota: Excluída a população Rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A tabela 4 evidencia a população jovem pertencente a faixa etária de 15 a 24 anos de idade urbana e rural para Florianópolis e Brasil. No município 3% dos jovens se encontram na área rural, dado que é diferenciado para o Brasil, pois 19% dos mesmos encontram-se na área rural. Na área urbana a população juvenil de Florianópolis apresenta índice de 97%, aproximadamente, enquanto que no Brasil a população juvenil urbana cai para 81%.

Tabela 5 - Taxa de mortalidade²¹ por faixa etária juvenil segundo as capitais brasileiras

Capital	15 a 19 anos	20 a 24 anos	Total
Recife	1,14	1,15	1,14
Florianópolis	0,82	1,02	0,94
Porto Alegre	0,60	1,07	0,87
Goiânia	0,79	0,89	0,85

²¹ Homicídios, causas externas, acidentes de transporte e suicídios.

São Paulo	0,77	0,75	0,76
Aracaju	0,95	0,60	0,73
Belo Horizonte	0,74	0,72	0,73
Cuiabá	0,63	0,74	0,69
Rio de Janeiro	0,63	0,73	0,69
João Pessoa	0,74	0,56	0,63
Palmas	0,64	0,62	0,62
Salvador	0,65	0,57	0,60
Manaus	0,56	0,62	0,60
Campo Grande	0,54	0,63	0,59
Fortaleza	0,56	0,60	0,58
Maceió	0,59	0,50	0,54
Belém	0,47	0,53	0,50
Brasília	0,50	0,47	0,48
Curitiba	0,41	0,53	0,48
Rio Branco	0,46	0,47	0,47
São Luís	0,45	0,44	0,44
Natal	0,33	0,49	0,42
Vitória	0,40	0,41	0,40
Porto Velho	0,22	0,37	0,30
Macapá	0,23	0,32	0,28
Teresina	0,26	0,23	0,24
Boa Vista	0,14	0,11	0,12
TOTAL (média)	0,61	0,64	0,63

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2001.

Nota: Taxa de mortalidade: óbitos por 100.000 habitantes.

Como pode ser observado na tabela 5, Florianópolis possui a segunda maior taxa de mortalidade juvenil entre as capitais brasileiras com índice de 0,94 perdendo apenas para Recife que possui índice de 1,14. A taxa média de mortalidade entre as capitais é de 0,63. A menor taxa de mortalidade entre as capitais é de Boa Vista com 0,12.

Tabela 6 - Número de ocorrências registradas pela Polícia Civil no município de Florianópolis, Grande Florianópolis²² e Estado de Santa Catarina em 2003.

Ocorrências		Florianópolis	Grande Florianópolis	Estado de Santa Catarina
Homicídio doloso	número	108	187	779
	por 10.000 hab.	3	2	2
Suicídio	número	20	45	422
	por 10.000 hab.	0	0	0
Roubo (diversos)	número	2.104	3.666	9.080

²² Os principais municípios da grande Florianópolis são: São José, Palhoça e Florianópolis. Os demais municípios são: Águas Mornas, Angelina, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara.

	por 10.000 hab.	57	46	16
Roubo a banco	número	1	5	33
	por 10.000 hab.	0	0	0
Estupro	número	48	86	573
	por 10.000 hab.	2	1	1
Furto (diversos)	número	10.096	16.424	71.260
	por 10.000 hab.	273	210	127
Furto de veículos	número	620	1.451	6.504
	por 10.000 hab.	16	18	12
Furto em residências	número	3.087	5.492	30.335
	por 10.000 hab.	78	70	54
Furto em estabelec. comercial	número	1.193	2.628	12.757
	por 10.000 hab.	32	34	21
Tráfico de drogas	número	46	121	376
	por 10.000 hab.	1	2	0
Uso e porte de drogas	número	654	840	1.700
	por 10.000 hab.	18	11	3
Acidente de trânsito com vítima fatal	número	26	74	685
	por 10.000 hab.	1	1	2
Acidente de trânsito com lesão	número	795	2.022	15.450
	por 10.000 hab.	22	26	27
Acidente de trânsito com dano material	número	1.961	3.450	17.662
	por 10.000 hab.	54	44	32
Total	número	20.759	36.491	167.616
	por 10.000 hab.	557	465	297

Fonte: Polícia Civil/DINF, IML/DPTC, IBGE, 2003.

Entre os dados que se destacam na tabela acima temos: o *furto*²³ é o maior índice de ocorrência criminal no município de Florianópolis atingindo 273 por 10 mil habitantes; os estupros atingem a marca de 2 por 10 mil habitantes em Florianópolis dado que está acima da média da Grande Florianópolis e do Estado de Santa Catarina ambos com 1 por 10 mil habitantes, ou seja 56% dos números no Estado pertencem ao município de Florianópolis; o *furto em residência* é de 78 para 10 mil habitantes, dado que, também, atinge a maior marca em relação ao Estado e a Grande Florianópolis; nas ocorrências sobre *uso e porte de drogas* na grande Florianópolis, 79% ocorreram em Florianópolis representando 39% de todo o Estado de Santa Catarina; os *homicídios*, no município, são

²³ Diversos tipos de furtos.

de 3 por 10 mil habitantes que, ainda, são superiores em relação a grande Florianópolis e o Estado; o menor índice de ocorrência no município é para *roubo à banco* que se registrou apenas uma ocorrência no município, representando 3% do total no Estado.

Retratando melhor as informações sobre os *homicídios* ocorridos na grande Florianópolis temos, segundo os dados da Polícia Militar (2003), as seguintes especificações:

- ⇒ Em média 56% das vítimas dos homicídios ocorridos eram entre jovens de 15 a 25 anos de idade;
- ⇒ 94% das vítimas eram do sexo masculino;
- ⇒ 85% dos assassinatos ocorreram em áreas geográficas consideradas críticas e de risco social;
- ⇒ 80% dos assassinatos tiveram relação direta com o consumo e tráfico de drogas, roubo, furto e recepção de mercadorias;
- ⇒ 88% dos assassinatos ocorreram pelo uso de armas de fogo.

Os dados sobre violência no município de Florianópolis permitem vários ângulos de interpretações, entre eles, a percepção que vem sendo constatada por vários segmentos sociais: a juventude interage ao mundo do crime e da violência pelas influências negativas do tráfico de drogas.

Os homicídios são um dos principais fatores que demonstram a face extrema e cruel da violência contemporânea. No entanto, as informações estatísticas são apenas representações fragmentadas da violência em sua especificidade, seja ela criminal ou não. A violência não se reduz a dados numéricos, mas é a partir de sua existência que podemos perfilar indícios do quadro de violência juvenil no Brasil e no município em questão.

Desta forma, constatamos que o município de Florianópolis possui a segunda maior taxa de mortalidade juvenil do país e os homicídios, estupros, furtos e roubos se

destacam ao serem comparados com os dados da Grande Florianópolis e Estado de Santa Catarina, informações estas que denunciam a necessidade de controle social sobre a violência juvenil, via implementação de políticas públicas eficazes.

CAP. IV OS JOVENS NA “CORDA BAMBA”: O CASO DO PROGRAMA AGENTE JOVEM

A partir dos subsídios teóricos discutidos nos capítulos anteriores, este capítulo apresenta a análise do Programa Agente Jovem tendo como

objetivo compreender de que forma este programa contempla os aspectos da prevenção à violência juvenil e à inclusão social.

1. Considerações Metodológicas sobre o campo da pesquisa

Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002 – o município de Florianópolis conta com 69.989 jovens pertencentes à faixa etária de 15 a 24 anos. O programa Agente Jovem, entretanto, contempla 200 jovens pertencentes a faixa etária de 15 a 17 anos pertencentes à classe social de baixa renda, e é sobre este universo que nos propusemos investigar.

O principal instrumento de coleta do material empírico foi a entrevista *semi-estruturada*. No total foram efetuadas quarenta e duas entrevistas semi-estruturadas: vinte e duas entrevistas com os jovens que participam do programa no ano de 2003; seis entrevistas com os jovens egressos do programa no ano de 2002; quatro entrevistas com os pais dos jovens que participam do programa; duas entrevistas com a coordenação e oito entrevistas com os monitores do programa para o ano de 2003. Lembramos, também que todos os entrevistados possuem, neste trabalho, nomes fictícios. As informações sobre os nomes dos jovens entrevistados, bem como sexo, faixa etária, egressos ou não egressos e o local em que os jovens participaram do programa encontram-se no quadro abaixo.

Quadro 1 – Matriz informativa dos sujeitos jovens entrevistados²⁴

Identificação²⁵	Sexo	Faixa Etária	Egressos ou não egresso em 2003	Local de participação do programa
1. Augusto	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Chico Mendes
2. Bruno	Masculino	16 a 18 anos	Egresso	Chico Mendes
3. César	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Vila Cachoeira

²⁴ Os dados sobre escola e trabalho encontram-se nas tabelas 9 e 10 e no quadro 2.

²⁵ Os nomes são fictícios.

4. Claudete	Feminino	15 a 17 anos	Não egresso	Vila Aparecida
5. Cleber	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Vila Aparecida
6. Eduardo	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Chico Mendes
7. Eloiza	Feminino	15 a 17 anos	Não egresso	Vila União
8. Fernando	Masculino	16 a 18 anos	Egresso	Casa da Liberdade
9. Gabriel	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Vila União
10. Gabriela	Feminino	15 a 17 a anos	Não egresso	Chico Mendes
11. Gustavo	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Vila União
12. Janaina	Feminino	16 a 18 anos	Egressa	Vila União
13. Jonatan	Masculino	15 a 17 anos	Não Egresso	Chico Mendes
14. Julia	Feminino	15 a 17 anos	Não egresso	Vila Cachoeira
15. Larissa	Feminino	16 a 18 anos	Egressa	Vila Aparecida
16. Lucas	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Casa da Liberdade
17. Luciana	Feminino	15 a 17 anos	Não egresso	Chico Mendes
18. Luiza	Feminino	15 a 17 anos	Não egresso	Casa da Liberdade
19. Mateus	Masculino	16 a 18 anos	Egressa	Abraão
20. Micheli	Feminino	15 a 17 anos	Não egresso	Casa da Liberdade
21. Paulo	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Casa da Liberdade
22. Roberto	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Vila Aparecida
23. Sergio	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Abrão
24. Tony	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Vila Aparecida
25. Tiago	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Chico Mendes
26. Victor	Masculino	15 a 17 anos	Não egresso	Casa da Liberdade
27. Vinícios	Masculino	16 a 18 anos	Egresso	Casa da Liberdade
28. Vitória	Feminino	15 a 17 anos	Não egresso	Abrão

Serviram como material para análise, ainda, os diários de campo da pesquisadora, redigidos durante a pesquisa, bem como, material documental fornecido pela coordenação do programa.

Para complementação dos dados, também foram aplicados cinquenta e quatro *questionários* aos jovens participantes (2003) e vinte e um questionários para os jovens egressos (2002). Neste último caso, devido às dificuldades da abertura do campo para o contato com os jovens que não participavam mais do programa (os egressos) o questionário foi aplicado por telefone pois, muitos jovens já não possuíam o mesmo endereço ou o mesmo telefone que constavam no registro do programa. No entanto, este não foi um fator complicador, pois, em meio às inseguranças dos jovens no sentido de estarem dispostos a receber o pesquisador pessoalmente, e falarem sobre suas

experiências no programa, o anonimato do contato por telefone permitiu maior descontração entre os jovens egressos e o pesquisador e a abertura para a confirmação das informações.

As *entrevistas* semi-estruturadas foram aplicadas aos jovens participantes do programa em sua grande maioria no local do Agente Jovem e, em alguns casos, nos seus bairros junto a sua família. As entrevistas com os jovens egressos foram aplicadas no bairro onde moravam e em dois casos na escola na qual estudavam. Já as entrevistas com os familiares foram aplicadas nas próprias casas dos pais e uma no programa, tendo como objetivo central à complementação dos dados. Na ocasião, foi possível constatar resistências e indisposição dos pais para falarem sobre seus filhos e sobre o Agente Jovem.

Cabe destacar que nas entrevistas feitas com os jovens que participaram do programa, inúmeros impasses ocorreram, entre os quais atribuímos “ares” de formalidade do ambiente institucional, o medo e a insegurança de falarem sobre a questão da violência, uma vez que estes convivem com as regras do crime organizado, onde não se pode falar nada ou muito pouco. Dois jovens se recusaram a dar entrevistas, alguns deles solicitaram a cópia da gravação, e outros dois solicitaram que se desligasse o gravador no momento da entrevista.

Esta “censura” por parte dos jovens foi constatada ao longo da pesquisa, o que nos levou a analisar a juventude como vulnerável à violência e, conseqüentemente, como potencial latente para a mesma. Assim, para evitarmos a adoção de uma visão estereotipada da juventude em questão, não estabelecemos a distinção entre os grupos juvenis que oficialmente praticaram atos infracionais, e os grupos que não praticaram, e tampouco recorreremos a uma análise comparativa, entre egressos e não egressos. Ao contrário disso, agrupamos nas análises elementos que visam detectar e compreender os

fatores da homogeneização da condição juvenil daqueles que participam do programa no âmbito da vulnerabilidade à violência.

Percebemos que os limites da violência são tênues entre jovens que cometeram atos infracionais, e aqueles que não cometeram, ao mesmo tempo imperceptíveis, no sentido da averiguação dos fatos estarem latentes diante das situações de exclusão social. Assim, a vulnerabilidade juvenil a violência é detectada na naturalidade de suas falas e de suas vivências, independentemente de pertencerem ou não a grupos, que sobre a tutela jurídica estão identificados como jovens infratores.

Em relação ao fornecimento dos dados por parte da instituição surgiram pelo caminho algumas objeções, como por exemplo: a exigência da solicitação de autorização para a pesquisa no programa, tendo que recorrer ao topo das hierarquias dos funcionários que trabalhavam na área de Desenvolvimento Social; a falha de acesso às informações disponíveis nos computadores da Secretaria do Agente Jovem, que segundo a coordenação, haviam sido roubados, o que dificultou o levantamento dos dados pessoais dos jovens egressos do programa para o ano de 2002.

Este último fato remeteu a pesquisadora à procura de dados (nome, endereço, telefone, etc) dos jovens egressos nas fichas de cadastros pesquisadas no local com grande dificuldade devido à sua desordem cronológica. Por outro lado, foi nesta busca de dados que podemos levantar informações relevantes, como por exemplo, observações anexadas às fichas versando sobre o envolvimento dos jovens com a violência, através de fichas de intimação da “6ª Delegacia de Polícia”; comunicados de agressão física entre os jovens do programa, relatórios referentes a casos de envolvimento de jovens em situações de agressão, violência física e porte de armas.²⁶

²⁶ Em alguns exemplos de relatórios investigados consta: Foi feito contato com a mãe do adolescente referente ao tiro que o mesmo disparou contra outro adolescente; Comunicamos que V. S. ficará um dia (27/08/02) sem participar do programa, pois agrediu uma colega. Estamos tomando providência para que o caso não se repita.

Neste sentido, foi possível perceber que no campo da pesquisa as objeções, muitas vezes, podem mostrar outras realidades, até então, distantes dos olhos do observante. A presença do pesquisador no interior de uma instituição torna-se, muitas vezes, um elemento perturbador de seu cotidiano, como alguém que está lá para vigiar ou cobrar algo.

Desse modo, percebemos que a coordenação do programa sempre que possível enfatizou em seus relatos os fatores positivos do programa, dificultando uma abordagem crítica sobre a realidade estudada. Por outro lado, tais processos tendem a se tornar perceptíveis apenas em momentos de crise, quando se evidenciam, a despeito de quaisquer tentativas de dissimulá-los, ou quando a desmotivação (em geral por parte dos monitores) em relação aos resultados falam mais alto.

Em meio a este contexto existem, também, aqueles monitores preocupados com a atual e futura condição dos jovens que participam do programa. E, é por meio destas preocupações que se abrem caminhos para maior identificação, e dedicação no processo de interação entre “pesquisador” e “pesquisado”.

A aproximação aos jovens, também, foi um caminho de muitas surpresas e dificuldades, a começar pela abordagem dos jovens traficantes em relação aos interesses e objetivos do pesquisador em uma das comunidades em que funciona o programa.

A inserção da pesquisadora no cotidiano destes jovens exigiu um certo *feeling*, principalmente em relação às entrevistas, no sentido de detectarmos o momento ideal para as abordagens, questionamentos e a forma de estruturar a ordem das perguntas previstas. São constantes desafios que influenciam na coleta de dados fidedignos, e que contribuem para a resolução dos objetivos contidos na pesquisa. Assim, a interação no campo das relações exigiu-nos intuições e percepções para captar com antecedência as situações de adversidade no âmbito da realidade estudada.

Além disso, é como condição de “jovem pesquisadora” que as interações subjetivas com os “jovens pesquisados” são, por um lado, cobertas de identificações pessoais positivas, pois ao aproximar-se do contexto social em que vivem os jovens pesquisados criamos laços e ampliamos a compreensão de suas carências, necessidades, vulnerabilidades, anseios e desejos. Neste caso, foi possível perceber as diferenças entre o “*pensar*” teoricamente e o “*sentir*” empiricamente, para posteriormente podermos criar bases sólidas para um “*agir*” rumo a *práxis*, no campo das políticas públicas de juventude.

Por outro lado, foi comum nos depararmos com circunstâncias constrangedoras e “truncadas”, no sentido de adentrarmos num mundo cultural tão distinto e cheio de dúvidas, incertezas e resistências. Neste caso, diante de situações inusitadas, entre ameaças e resistências ao pesquisador permanece, também no âmbito da subjetividade do pesquisador, uma luta constante para o apaziguamento das diferentes resistências dos jovens e da comunidade em que vivem.

2. O que vem a ser o Programa Agente Jovem?

O *Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*, mais conhecido como *Agente Jovem*, é um programa do Governo Federal executado pelas Prefeituras Municipais.

O programa se propõe, segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social, em *primeiro* lugar a promover a inclusão social de jovens a partir de situações de vulnerabilidades causadas por fatores culturais, econômicos e sociais que se inter-relacionam; em *segundo* lugar, é um programa que alcança todo o território nacional, implementado em municípios de tamanhos, contextos sócio-culturais e recursos técnicos e

humanos variados; em *terceiro* lugar é um programa que envolve diferentes órgãos de governos e entidades da sociedade civil, nas etapas de formulação, execução e controle; e em *quarto* lugar é um programa que visa a ruptura com o assistencialismo²⁷.

Segundo o Ministério de Assistência Social, o programa requer ações intersetoriais, envolvendo diversas políticas públicas. Esse é um dos aspectos que exige dos gestores capacidades de mobilizar e coordenar recursos em suas comunidades. A intersetorialidade, a participação popular, a co-responsabilidade da sociedade civil e a descentralização devem fazer parte de uma perspectiva dessa gestão de políticas públicas denominada “gestão social”, que também inclui um conjunto de procedimentos operacionais como o planejamento, a gerência ativa, o monitoramento e a avaliação. Segundo o mesmo ministério, todos esses princípios visam promover a eficácia das políticas e programas sociais para a prevenção à violência e à inclusão social dos jovens, articulando-se com um conjunto de objetivos que passamos a relatar na seqüência.

Objetivos do programa

O **objetivo geral** do programa é promover o desenvolvimento dos jovens através de sua *inserção* em atividades comunitárias nas áreas de saúde, meio ambiente ou cidadania, buscando definir uma proposta saudável e produtiva de ocupação para essa faixa etária. **Os objetivos específicos** são: criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem na escola; promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade; desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil; contribuir para a *diminuição dos índices de violência*, uso de drogas, Doenças Sexualmente Transmissíveis, AIDS e gravidez não planejada; e desenvolver ações que facilitem a integração e a interação do jovem quando de sua inserção no mundo do trabalho.

²⁷ www.previdenciasocial.gov.br

Público Alvo

O público alvo do programa são jovens que pertencem à faixa etária de 15 a 17 anos, que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social pertencentes a famílias com renda percapita de até meio salário mínimo.

Os critérios de seleção e permanência

Os principais critérios para a *seleção* são: que os jovens estejam fora da escola; possuam idade entre 15 e 17 anos; sejam egressos dos programas sociais; estejam sob medida protetiva (artigo 101, do ECA); sejam oriundos de programas de atendimento a situações de exploração sexual e de trabalho infantil; sejam pessoas portadoras de deficiência (10% das vagas deverão ser destinadas a pessoas portadoras de deficiência).

Os critérios de *permanência* dos jovens no programa são de um ano. Em casos de extremo risco social, poderá o Conselho Tutelar ou o Conselho de Assistência Social validar a permanência do jovem por mais de dois anos. Ao completar 18 anos, o jovem será necessariamente desligado do programa.

Benefício Concedido

O benefício é uma bolsa de ajuda financeira aos jovens no valor de R\$ 65,00. A concessão dessa bolsa dependerá da frequência mínima a 75% das atividades de capacitação teórica-prática, pertinentes ao programa e das atividades das instituições de ensino, nas quais o jovem está inserido.

Plano de atividades

As atividades englobam capacitação teórica-prática com duração de 12 meses, sendo que a capacitação teórica compreende carga horária mínima de 300 horas-aula e a prática com a atuação do jovem na comunidade.

A capacitação teórica é composta por dois núcleos complementares com o objetivo de fazer com que a atuação do jovem contribua para a melhoria dos indicadores sociais locais.

O Núcleo Básico compreende a abordagem de temas que despertam a auto-estima do jovem e o protagonismo juvenil, permitindo que eles entendam seu poder de transformação. O conteúdo programático deverá abordar temas que busquem estimular o jovem na construção de um projeto pessoal.

O Núcleo Específico compreende a temática do jovem como agente de transformação, visando a ação comunitária nas áreas de saúde, cidadania e meio ambiente. O conteúdo programático deste núcleo versa sobre questões prevaletentes nas áreas abordadas.

A Capacitação prática se refere à atuação do jovem na comunidade. O momento de atuação do jovem na comunidade constitui uma ação planejada entre a equipe técnica do gestor local e o jovem, em consonância com a capacitação técnica.

Há, também, atividades de cultura, esporte e lazer, buscando talentos existentes no grupo, tornando mais estimulantes e atraentes as atividades e atividades sócio-educativas com as famílias, objetivando fortalecer os vínculos, bem como, possibilitar sua inclusão na vida comunitária.

Gestão do Programa

A responsabilidade dos principais envolvidos no programa é caracterizada conforme se segue:

⇒ **Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS):** Conceber, financia e avalia o programa; coordena o programa; aprova os projetos técnicos elaborados pelos municípios; e assessora tecnicamente os estados e municípios na implementação do programa.

⇒ **Gestor estadual:** Monitora e avalia o programa; assessora os municípios; define, juntamente com o Governo Federal, os municípios a serem contemplados.

⇒ **Gestor municipal:** Fornece pessoal especializado para execução e acompanhamento permanente do programa; promove o processo local de seleção dos participantes do programa; mantém a SEAS permanentemente informada sobre o andamento das atividades e resultados obtidos; aplica os recursos de contrapartida em consonância com os previstos no programa; monitora e avalia o programa; acompanha a formação dos jovens; busca a inserção do jovem no sistema educacional.

2.1 O Programa Agente Jovem no Município de Florianópolis

O programa Agente Jovem está implementado em dez municípios do Estado de Santa Catarina: Abidon Batista (25 vagas); Anitápolis (25 vagas), Irani (50 vagas), Dona Emaná (25 vagas), Balneário Camboriu (25 vagas), Jaraguá do Sul (25 vagas), Presidente Getúlio (25 vagas), São Martin (25 vagas), Timbé do Sul (25 vagas), e Florianópolis (200 vagas). O foco de nossa análise está, mais precisamente, no município de Florianópolis, visando verificarmos a real configuração das propostas do programa na instância municipal.

No município de Florianópolis o programa foi implantado no ano de 2000 com parceria entre Governo Federal, Prefeitura Municipal de Florianópolis e organizações comunitárias. De início o programa atendia cem jovens, sendo que no ano de 2001 as

metas foram ampliadas para duzentos atendimentos conforme pode ser visualizado na tabela abaixo, onde são detalhados os respectivos locais, períodos e número de jovens contemplados no programa:

Tabela 7 - Locais de Execução do Programa em 2003

Localidades	Período	Nº de Jovens
Casa da Liberdade (Maciço do Morro)	Matutino e Vespert.	50
Chico Mendes	Matutino e Vespert.	50
Vila Aparecida	Vespertino	25
Vila União	Matutino	25
Vila Cachoeira	Matutino	25
Abraão	Vespertino	25
		Total: 200

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis

O programa tem como fonte de financiamento recursos do Governo Federal para o pagamento de bolsa-auxílio e capacitadores, parceria com a empresa *White Martins* no custeio de bolsas para vinte adolescentes, e conta, ainda, com recursos da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Em Florianópolis o programa conta, atualmente, com o apoio das seguintes entidades: Fundação Franklim Cascaes, Universidade Federal de Santa Catarina, UNISUL, UDESC, Fundação Municipal do Esporte, Fundação Municipal do Meio Ambiente, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação, Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), Fundação Vida, SESC, SESI e SENAC.

Segundo a atual coordenadora do programa as universidades (UFSC, UNISUL, UDESC) colaboram no que diz respeito aos recursos humanos, na contratação de novos monitores e capacitadores; a Fundação Municipal do Esporte e a Fundação Franklim

Cascaes colaboram com o transporte dos jovens para eventuais necessidades e com as atividades de esporte, cultura e lazer; os Conselhos Municipais encaminham os jovens em situação de risco social que necessitam de acompanhamento; as entidades SESC, AFLOV, SESI e SENAC colaboram com cursos profissionalizantes.

Os técnicos envolvidos neste programa buscam seguir as diretrizes constitucionais previstas na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), compreendendo ações integradas, articuladas, descentralizadas e participativas.

As ações do programa

As ações desenvolvidas no programa estão divididas nas seguintes áreas:

A) Profissionalização

As ações desta área são desenvolvidas em parceria com a Divisão de Capacitação Profissional (da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social) tendo três eixos de atuação: 1) *cursos de iniciação profissional* que envolvem atividades como informática, noções básicas para o primeiro emprego, cabeleireiro, manicure e pedicure, office boy/girl, turismo e hotelaria, entre outros; 2) *grupo de produção* desenvolvido com oficinas de encadernação, reciclagem de papel, cerâmica, entre outras; 3) *oportunidade no mercado de trabalho*, onde se encaminha adolescentes acima de 16 anos para desenvolver serviços de acordo com o CIEE (Centro de Integração de Empresa Escola).

B) Educação

O programa busca identificar a situação escolar de cada adolescente, a fim de propiciar seu retorno e permanência no ensino regular ou supletivo, bem como, oferecer

espaço de estudo individualizado, para o estabelecimento de estreita relação com o corpo docente da instituição em que está matriculado.

C) Saúde e Nutrição

As ações são desenvolvidas no âmbito da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, uso indevido de drogas. O programa visa realizar encaminhamentos e acompanhamentos dos adolescentes junto aos Centros de Saúde quando se fizer necessário, bem como, exames de rotina e serviços especializados.

Outra preocupação do programa é contribuir para o equilíbrio nutricional dos adolescentes; desta maneira, são oferecidas, diariamente, três refeições: almoço, lanche matutino e vespertino, elaborados por nutricionistas.

D) Esporte, Cultura e Lazer

São oferecidas oficinas esportivas e recreativas, desenvolvidas em parceria com a Fundação Municipal de Esportes. Em relação a arte e a cultura são desenvolvidas oficinas em parceria com a Fundação Franklim Cascaes, em módulos de três meses para cada linguagem (música, plástica e cênica).

Equipe de trabalho

A equipe é composta pela coordenação, capacitadores, monitores, técnicos administrativos e grupo de apoio (Psicologia e Serviço Social). Cabe aos *monitores* planejar as atividades semanais; cumprir e controlar os horários de frequência do programa; e comunicar com antecedência as faltas cometidas pelos jovens. Já os *capacitadores* são palestrantes contratados para abordar os temas de saúde, cidadania e meio ambiente. A *coordenação* é responsável pelos relatórios mensais, convocar e presidir reuniões semanais, fornecer à chefia de Divisão informações atualizadas sobre o

andamento do programa; coordenar, fiscalizar e monitorar os processos de planejamento, execução e avaliação dos serviços técnicos e administrativos do programa; articular e programar com entidades e pessoas físicas a execução dos temas de capacitações, monitorar as atividades dos grupos acompanhando e avaliando resultados; cabe à *equipe de apoio* atender e encaminhar questões emergenciais como saúde, educação, situação sócio-econômica e fazer contatos para encaminhamentos ao mercado de trabalho, avaliar o trabalho dos monitores; e cabe à *administração* atualizar fichas de frequência dos grupos, atualizar dados da conta bancária dos jovens, digitação de material do programa e entrega de materiais de consumo e limpeza aos monitores.

Planejamento das atividades e monitoramento

O Agente Jovem funciona de terça-feira à sexta-feira nas respectivas comunidades (conforme tabela 7). Semanalmente, às segundas-feiras, o grupo de apoio se reúne com o objetivo de discutir os encaminhamentos dos grupos de jovens, supervisionar e discutir as situações em acompanhamento; dar retorno das verificações dos adolescentes faltosos.

Na última segunda-feira de cada mês, acontece a reunião geral, aberta à presença dos adolescentes representantes de seus grupos com os objetivos de repassar informações gerais que interessam a todos os grupos; trocar experiências; e planejamento das ações conjuntas.

O monitoramento consiste no acompanhamento sistemático por parte da equipe técnica junto aos educadores, executores de eventos de capacitação e através do aprimoramento profissional. A verificação dos resultados de impacto submete-se, aos seguintes indicadores:

Tabela 8 - Monitoramento do Programa Agente Jovem

Área de Análise	Indicador de Resultados
Público Alvo	- Número de jovens no programa.
Educação	- Número de jovens no sistema de ensino - Relação entre o nº de aprovados/reprovados - Número de jovens que participam das oficinas de arte e cultura - Número de jovens que participam das oficinas de educação física.
Justiça e Segurança	- Redução de jovens na rua - Redução de percentual de usuários de drogas - Número de jovens com documentação pessoal - Redução de jovens no envolvimento em atos infracionais.
Profissionalização	- Número de jovens encaminhados para o mercado de trabalho - Número de jovens que concluíram cursos de capacitação profissional.

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis

3. Dos impasses político-administrativos às necessidades práticas

No campo das políticas públicas percebemos que o Agente Jovem está de acordo com a nova configuração política administrativa pós-constituição de 1988, no sentido da municipalização das políticas públicas federais conforme destacado, anteriormente, pelos autores Cunha (2002), Costa (2002), Abranches (1994), Frota (2002), entre outros.

A autonomia dada ao poder local permite a municipalização dos programas sociais, ampliando nesse processo as competências e responsabilidades do poder local. No entanto, em relação à deliberação dos gastos orçamentais percebe-se que a autonomia dada aos municípios é limitada.

O planejamento orçamentário do programa é anual, pois, não há envio de verba extra pelo Governo Federal. Caso o município queira implementar novas ações não contempladas no planejamento orçamentário, terá que buscar outras fontes de recursos.

Nos diferentes campos das políticas públicas locais esta é uma das duras realidades da “autonomia” política dos municípios no Brasil. Os gastos sociais do Agente Jovem são liberados conforme o aparecimento das necessidades. São “pacotes” pré-determinados para ações que irão se desenvolver pelo período de um ano. Neste caso, deixa-se à *mercê* da ‘autonomia’ dos municípios a captação de recursos para qualquer tipo de imprevisto que possa surgir dentro destes prazos pré-determinados. Este é um obstáculo que impede a criatividade na condução das ações, e faz com que as novas idéias que surjam dependam de novos recursos orçamentários e reivindicações de mudanças no interior do programa.

Para além do jogo dos limites orçamentários entre municípios, estados e União, também, há o atraso das bolsas destinadas aos jovens pertencentes ao programa, que segundo os monitores entrevistados, o Governo Federal falha no pagamento das bolsas, e já deixou os adolescentes quatro meses sem receberem, o que desmotiva até a capacitação e, também, desestimula os jovens a virem para o programa, segundo depoimentos das monitoras.

São contradições do próprio Governo Federal que, de um lado, responde às necessidades prementes da sociedade compensando os segmentos mais desatendidos e implementando projetos específicos, e de outro lado, deixa comprometido o andamento e continuidade dos programas que estabelece, legando-os sob responsabilidade dos municípios. A realidade histórica da política democrática no Brasil, conforme já destacado por Wanderley G. dos Santos (1994) e Lamounier (1994), nos leva a destacar esta questão uma vez que é comum no Brasil a ocorrência de atrasos na liberação de

recursos dos mais diversos tipos (salários, obras, implementação de projetos sociais, enfim). No caso das políticas de juventude são questões que demonstram o grau de compromisso do poder público no enfrentamento das questões da juventude local.

Neste aspecto, cabe destacar que não devemos nos iludir ao acharmos que o fundamento principal da crise do Estado e, conseqüentemente das políticas públicas, não seja de ordem financeira, mas conforme relatado por Hespanha (1999), de ordem político-cultural, e está relacionado com a incapacidade do modelo de solidariedade orgânica instituída obter um envolvimento responsável com todos os cidadãos na resolução dos problemas sociais.

Acrescentamos, ainda, que se a política fosse apenas contrato, a política social seria cláusula inarredável do capítulo das obrigações coletivas, a cargo do Estado. Política, porém, é conflito. Oposição e contradição de interesses. Conflito negociado, regulado por instituições políticas de naturezas várias condicionado por mediações que tornam possível reduzir os antagonismos e projetá-los em um movimento positivo. (Abranches, 1987)

O Ministério da Assistência Social, conforme mencionado acima, adota a perspectiva de políticas públicas denominadas “gestão social” que, também, inclui um conjunto de procedimentos operacionais como o planejamento, a gerência ativa, o monitoramento e a avaliação para garantir a eficácia das políticas. No entanto, a questão da avaliação da eficácia da política pública de juventude, e em específico o Programa Agente Jovem, fica comprometido diante do não pagamento regular das bolsas desses jovens.

Há aqui, uma relação específica com a motivação dos jovens que participam do programa, de um lado, a credibilidade do governo para com os jovens e, de outro, a receptividade e o seu entrosamento com o programa. Na fala do jovem Gustavo

participante do programa *deveria existir um projeto que incentivasse o jovem a ir no projeto*. Os jovens percebem a “fraqueza” do poder público e o responsabilizam pela falta de receptividade, que desmotiva sua integração no programa.

Este distanciamento entre o objetivo institucional do poder público e a população que pretende atingir levanta novos aspectos para pensarmos o dimensionamento das políticas públicas (representado, aqui, pelo Agente Jovem), no campo da prevenção à violência.

Este aspecto mostra a predominância compensatória do Agente Jovem apontada pelo corpo de colaboradores e leva à constatação de que no Brasil é comum ocorrer o imbricamento das políticas públicas sociais a esta *cultura assistencialista*, como forma de suprir necessidades básicas da população, principalmente, materiais e de consumo. Já foi destacado anteriormente, que as principais causas dos problemas sociais no Brasil, em especial no campo da violência, não são decorrentes únicas de carências materiais, mas por *multicausalidades*. (Rifiotis, 1995a; Abramovay, 1999; Zaluar, 1997). Neste sentido, podemos pensar que existe no Brasil, por um lado, um forte enraizamento e predominância do assistencialismo nas políticas públicas, e por outro lado, virou *modismo* a cobrança para a extinção desta tradição, reforçada, inclusive, pelo Ministério da Assistência quando destaca que *devemos romper com o assistencialismo, prática muito comum em nossa história*.²⁸

No entanto, sob a ótica da realidade observada no Agente Jovem, observa-se que um dos aspectos que a juventude mais clama e deseja, é a da bolsa com esse caráter assistencialista.

Ora, os jovens atendidos no programa fazem parte da classe social de baixa renda com inúmeras necessidades materiais e de consumo: *Temos jovens com bebês que*

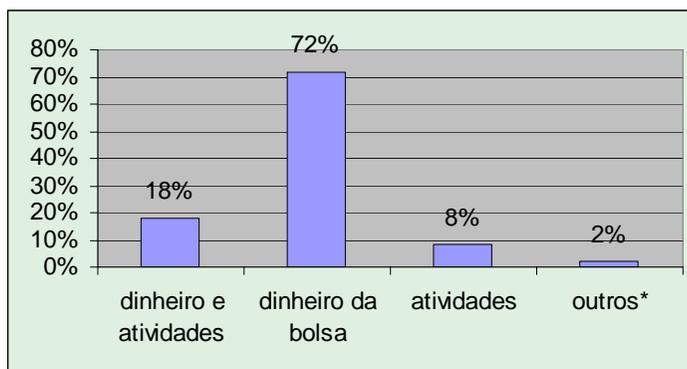
²⁸ www.previdenciasocial.gov.br

precisam de fraldas (monitora Gabriela) ... preciso estudar, mas, nem sempre tenho dinheiro para o ônibus (Micheli)... eu, também, quero andar na moda... (Roberto) eu ajudo a levar comida pra casa (Gustavo)...

Estes depoimentos evidenciam que, ainda, não estão superadas as necessidades básicas da juventude, e que é insuficiente o direcionamento das ações do programa voltadas para o protagonismo juvenil e promoção da auto-estima. Não está realizada a *ponte* entre as ações assistencialistas e aquelas que visam o protagonismo juvenil. Percebemos que permanece - em contraposição as tradicionais políticas sociais no Brasil - o discurso que deve-se romper de vez com o assistencialismo, ao invés de transformá-lo em ações interconectadas com a promoção da atitude de protagonismo.

Acrescentamos, ainda, que entre o total de jovens entrevistados 72% mencionam que o principal motivo pela participação no programa ocorre devido ao auxílio da bolsa, seguido das atividades e do dinheiro, somente as atividades e outros²⁹, conforme destacado no gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Motivos pela participação no programa em 2003.



²⁹ Esta opção foi detalhada por dois motivos: para não ficar em casa (2 respostas) e pelas amizades (2 respostas).

Apesar da bolsa ser importante para os jovens é nítido que este valor, ainda está longe de suprir as necessidades básicas da juventude. Levando em consideração a questão da *moratória social* juvenil (Margulis, 2000) percebemos que no Brasil a tendência é encobrirmos estas necessidades com políticas públicas de assistência familiar.

Neste caso, a situação torna-se complexa devido ao risco de darmos voltas cíclicas sem chegarmos a um ponto de “saída”, porque a política para a família tem sua importância, porém, não devemos desviar o eixo do que vem a ser as políticas públicas específicas da juventude. Em relação aos direitos básicos de cidadania as ações podem se fragmentar no campo da universalização das políticas sociais. Isto indica o fortalecimento do caos e da falência do papel do Estado provedor do bem-estar social e acaba justificando, por outro lado, o impedimento de novos caminhos, uma vez que se esbarram nos mesmos obstáculos.

Neste ponto, a questão da *intersectorialidade*, também, entra em jogo. No Agente Jovem, a articulação com os demais setores, é uma proposta que se faz presente, pois, segundo agentes da Previdência Social, a *intersectorialidade faz parte da gestão social, assim como, participação, descentralização e parcerias*.³⁰ Entretanto, apesar dos esforços nesse sentido, percebemos que no programa a tendência é trabalhar na perspectiva das múltiplas atividades envolvendo monitores estagiários de diferentes áreas como por exemplo: enfermagem, assistência social, direito, sociologia, psicologia e educação física. No entanto, a intersectorialidade não pode ser confundida com as múltiplas atividades temáticas que o programa engloba, tais como: saúde e nutrição, educação, profissionalização, gestão participativa entre outras.

³⁰ Caderno do Agente: A gestão social e a política da assistência social para crianças e adolescentes. Ministério da Previdência Social & Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Fundação João Pinheiro, MG, 2002.

Apesar da interlocução com o Juizado da Infância e Juventude, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência, Conselho Municipal de Assistência Social, Fundação Municipal do Esporte, Fundação Municipal do Meio Ambiente e alguns órgãos da sociedade civil organizada, percebemos pouca interação do programa com projetos sociais de outros setores públicos e da sociedade civil, como por exemplo, os projetos da Secretaria da Saúde, da Secretaria de Educação, dos Núcleos de Estudos, das Ongs e dos Movimentos Estudantis. São formas de tratar esta questão não só na perspectiva das parcerias como, também da própria intersetorialidade em âmbito público ou não.

A *institucionalidade* da juventude já destacada por Bango (2003) e Abad (2002) é outra questão que apareceu na coleta dos dados, e conduziu-nos a indagar sobre a responsabilidade do tratamento das questões juvenis no município de Florianópolis?

Já constatamos em pesquisas anteriores (Carvalho, 2002) o tratamento fragmentado das questões juvenis no município de Florianópolis, e que se confirmou nesta investigação em duas abordagens: a primeira, predominante, feita sob a ótica do Estatuto da Criança e do Adolescente (jovens até 18 anos) englobando neste caso os Conselhos da Criança e do Adolescente, o Juizado da Infância e Juventude, os Conselhos e Secretaria de Assistência Social e Ongs; a segunda, representada nos estudos e ações educativas junto à juventude a partir dos 14 anos envolvendo diferentes agentes ligados ao Movimento Estudantil, Movimento Hip Hop, Ongs, Núcleos de Estudos e Pesquisas nas Universidades.

Os debates sobre a juventude são praticamente os mesmos, porém, a diferença está na abrangência etária. Segundo levantamento, realizado anteriormente (Carvalho, 2001), as políticas públicas de juventude no município de Florianópolis são voltadas para a adolescência de 14 a 18 anos, de modo que os jovens de 18 a 25 anos se encontram na

margem da exclusão destas políticas. O próprio Agente Jovem atinge jovens entre a faixa etária de 15 a 17 anos, reforçando a idéia que o poder público dirige as políticas públicas para o segmento dentro dos limites estipulados pelo ECA, desconsiderando a sociabilidade que envolve estes sujeitos sociais e que dificilmente poderá ser atingido tendo como referência os marcos da lei.

No Brasil, muitos municípios já avançaram nesta questão, porém Florianópolis no contexto de suas instituições públicas, ainda “aborda” a juventude sobre os limites etários estipulados no ECA, o que sinaliza uma das dificuldades em criar-se de modo autônomo instituições próprias de juventude que partam das necessidades intrínsecas ao seu ciclo de vida, considerando-as no conjunto das dificuldades que enfrentam na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, ao avaliarmos uma realidade específica de políticas públicas de juventude, não significa que devemos entrar em questões de avaliações globais das políticas públicas de juventude a partir de conceitos da análise de eficiência, eficácia, efetividade e produtividade.

No entanto, percebemos que no campo político-administrativo das políticas públicas de juventude são muitas as barreiras a serem superadas. As atenções no plano político-normativo, plano institucional, plano programático e plano relativo à geração de conhecimentos levantados por Bango (2003) devem ser retomadas sobre a ótica das experiências do Agente Jovem como elementos propulsores da eficácia e eficiência nas políticas públicas de juventude.

4. A inclusão que exclui: detectando fragmentos de inclusão social

A questão da inclusão social faz parte do objetivo do Agente Jovem e, neste sentido, um dos objetivos da pesquisa é identificar os fundamentos e princípios da inclusão social deste programa na sua relação com a prevenção à violência juvenil.

Procuramos discutir a questão da inclusão e exclusão social³¹ sob a ótica do trabalho, escolaridade, gênero, raça, discriminação de endereço, apontadas por Novaes (2003) no capítulo anterior. Por outro lado, procuramos, também, “ouvir” a juventude e os monitores que acompanham os jovens no dia-a-dia do programa, visando, assim, relacionar estas questões com a proposta do Agente Jovem.

Os *fundamentos de inclusão social* do Agente Jovem estão contemplados nos seus objetivos de: criar condições para a permanência do jovem na escola; na promoção da sua integração à família, à comunidade e à sociedade, no desenvolvimento de ações que facilitem a integração e a interação do jovem e sua inserção no mundo do trabalho.

Segundo a monitora Aline *todos os jovens que participaram (2002) ou participam do programa (egressos/2003) freqüentavam a escola*. Ao procurar contribuir para a permanência dos jovens na escola e fazer com que isso ocorra o programa procura trabalhar com temas que despertem a auto-estima e o protagonismo juvenil. Por outro lado, nas entrevistas com o grupo de jovens *egressos* do programa foi constatado que a freqüência na escola caiu (após saírem do programa) para 29%, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Inclusão social na escola e no mercado de trabalho por sexo e idade dos jovens egressos em 2002.

Entrevistados	Idade	Sexo	Trabalho	Estudo
1	18	F	NÃO	SIM
2	17	M	NÃO	NÃO

³¹ Para Castells (1998) a exclusão social é um processo e não uma condição; e quem é ou não excluído pode variar no tempo, dependendo de grau de educação, das características demográficas, dos preconceitos sociais e das políticas públicas.

3	17	M	NÃO	SIM
4	16	M	NÃO	SIM
5	17	F	SIM	NAO
6	17	F	NÃO	SIM
7	16	F	NÃO	SIM
8	18	M	SIM	SIM
9	17	F	NÃO	NÃO
10	16	F	NÃO	SIM
11	16	M	NÃO	SIM
12	18	M	NÃO	NÃO
13	16	F	NÃO	SIM
14	16	F	SIM	SIM
15	17	M	NÃO	NÃO
16	16	M	NÃO	SIM
17	18	M	SIM	SIM
18	16	F	NÃO	SIM
19	18	M	NÃO	NÃO
20	17	F	NÃO	SIM
21	16	M	SIM	SIM
Total: 21	Média: 17	43% F 57% M	76% Não 24% Sim	71% Sim 29% Não

Nesse caso, há que se levar em conta os verdadeiros motivos da permanência desses jovens que freqüentavam a escola durante o programa, e que após o término deixaram de freqüentá-la.

Tentando explorar as causas dessa permanência e a ausência posterior na escola, percebemos a influência dos valores estipulados no programa de modo coercitivo, ou seja, de “*cima para baixo*”, na mesma perspectiva de Foucault (1982), onde o poder institucional se configura através da imposição de micro poderes. Esta questão se revela na fala da monitora Paula:

Quando eu chamo um jovem para conversar eu percebo que na medida que eu vou falando as coisas ele demonstra estar aceitando o que eu falo e, também, falava coisas legais. Mas, depois eu percebia que não era assim. É como se ele soubesse a resposta que eu queria receber. Ele simplesmente estava dando a resposta que eu esperava dele.

Ou seja, os jovens interagem às regras do “jogo” institucional, caso contrário eles não poderiam participar do programa. O problema está, pois, em reverter este jogo de

coerção para um novo processo que concilie a frequência escolar com a autonomia juvenil. No repasse de regras, normas e valores por parte dos monitores e da coordenação, ressaltam aspectos da metodologia pedagógica que se restringem às representações sobre o protagonismo juvenil e ignoram o campo da sua *práxis* do protagonismo juvenil.

Diante disto, é possível perceber um distanciamento entre teoria e prática. Um dos objetivos do programa é fazer com que os jovens multipliquem sua aprendizagem. No entanto, isto não acontece, e segundo a monitora Aline, nunca aconteceu: *Nós fizemos uma apresentação há um mês atrás, onde eles se esconderam no banheiro para não cantar uma música para as crianças, que eles escolheram; não quiseram, morrem de vergonha.*

Foi possível perceber, através da observação participante, que predomina o discurso teórico da auto-estima, do protagonismo juvenil, da autoconfiança, do autoconhecimento, e que na maioria das vezes, o jovem não vivencia o seu sentido prático. Por uma série de fatores que não se limitam apenas ao programa, este distanciamento de experiência começa numa cadeia de relações que se originam desde a falta de comida nas suas casas, até o desencadeamento de situações de violência na calada da noite.

As respostas institucionais, portanto são insuficientes para tocarem a experiência juvenil, pela sua abordagem *adultocêntrica*, conforme visto por Bango (2003), Spósito (2003), Quapper (2001). Assim, quando fora do contexto institucional do programa, os jovens se vêm, justificavelmente, desvinculados das regras do jogo e, por isso, o descompromisso com a escola.

Se por um lado, devido aos mecanismos de controle institucional, torna-se mais fácil manter o jovem na escola durante a participação no programa, por outro lado, a proposta do programa em promover sua integração à família, à comunidade, à sociedade, ao mundo do trabalho e, também, diminuir os índices de violência, é um desafio que

acompanha a realização de uma política pública de juventude cujo resultado não tem um mecanismo complexo de mensuração nesta dimensão da inclusão social.

Nos depoimentos dos entrevistados aparecem dificuldades que também ocorrem através da *exclusão pelo endereço* (Novaes, 2003), que podem ser localizadas em situações enfrentadas por eles cotidianamente, e que aparentemente irrelevantes, revelam uma violência simbólica (Bourdieu, 1982) pelo seu sentido discriminatório. Muitos jovens do programa viveram e têm consciência desse processo de exclusão quando afirmam: *Se eu for procurar um emprego e disser que sou daqui eu sei que eu não vou conseguir. Por isso, eu nunca digo que sou daqui.* (Eduardo)

Na fala de outros jovens, no entanto, esta dificuldade aparece não apenas na questão do endereço (Novaes, 2003), pois a cor, etnia e gênero são objeções impostas pelo mercado, e não se resolvem com a existência de vagas disponíveis. Evidencia-se nesse caso, o quanto o mercado torna-se o elemento central de estruturação social, transformando em mercadoria não somente os produtos materiais, mas também, as relações humanas, e se organiza segundo uma lógica própria, na qual o poder e os benefícios trazidos pela produtividade, e o consumo concentra nas mãos de determinados grupos sociais. Desta forma, pode-se afirmar que sua fórmula possui um caráter excludente e seletivo. (Candau, et al, 1999:15)

Em entrevista, a jovem Luiza menciona que é decepcionante ouvir a frase *trabalha quem quer, vai a luta quem quer*, e questiona, *por que quando vou a luta não consigo?* A monitora do programa alega que *“vai depender muito dos jovens”* ou como menciona a coordenadora: *Eles têm que ter força de vontade e querer alguma coisa.* Mas, não é somente uma questão de oportunidade, pois estes jovens são estigmatizados, e por mais que eles tentem mudar sua condição, não conseguem, porque os estigmas já estão enraizados e incorporados no seu modo de ser, falar, vestir e portar-se.

O Agente Jovem, ainda, não detectou meios efetivos de inclusão social principalmente em relação a questão do trabalho-emprego. Diante do objetivo de oportunizar condições para inclusão ao mundo do trabalho, muito pouco se avançou. O programa não possui dados estatísticos para o ano de 2002 sobre a inclusão efetiva dos jovens no mercado de trabalho, no entanto, podemos constatar em nossa pesquisa, conforme a tabela 9, que 76% dos jovens egressos do programa, em 2002, encontram-se desempregados.

Segundo a profissional que integra o grupo de apoio para o encaminhamento ao mercado de trabalho, no ano de 2002, *houve poucos encaminhamentos e poucos conseguiram ingressar no mercado*. Conforme a tabela 9, apenas 19,5% dos jovens egressos receberam encaminhamento para o mercado de trabalho. O que podemos constatar, também, que não houve contato com estes jovens egressos *a posteriori*, ou seja, não houve acompanhamento após a conclusão do programa.

Tabela 9 - Encaminhamento dos jovens egressos ao mercado de trabalho em 2002

Preparação para o mercado de trabalho do Agente Jovem	
Número de inscritos no programa	200
Número de encaminhamento	39
Percentual de encaminhamento	19,5%
Instituição	Sine, Aflov, CIEE.
Preparação	Cursos profissionalizantes
Número de efetivos no mercado de trabalho	Dado indisponível na coordenação

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, Programa Agente Jovem.

Em relação à turma de 2003, constatamos, conforme mostra a tabela abaixo, que 38 jovens foram “encaminhados” ao mercado, ou seja, apenas 19% dos jovens inscritos

no programa têm sido encaminhados para o CIEE, SINE, CEPES³², onde normalmente são oferecidos cursos profissionalizantes de empresa-escritório, lojas, vendas, além de trabalho com questões de *relacionamento interpessoal, planejamento de conquistas, criatividade, ação voluntária*.

Tabela 10 - Encaminhamento dos jovens para o mercado de trabalho em 2003.

Preparação para o mercado de trabalho do Agente Jovem	
Número de inscritos no programa	200
Número de encaminhamento	38
Percentual de encaminhamento	19%
Local	CIEE
Preparação	Cursos Profissionalizantes: Empresa escritório e vendas.
Número de efetivos no mercado de trabalho	Dado indisponível na coordenação

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, Programa Agente Jovem.

O programa não assume, portanto, o compromisso sobre a efetividade da inclusão do jovem no mercado, o que segundo a coordenadora: *Não faz parte do objetivo do programa fazer acompanhamento após a conclusão do programa.*

³² CIEE - Centro de Integração Empresa Escola; SINE – Sistema Nacional de Emprego.

Os 38 jovens estão sendo preparados através das capacitações, o que não significa que estarão ocupando vagas no mercado pois, ainda existem “etapas seletivas”, onde estarão concorrendo às vagas com toda a comunidade.

Desse modo, não devemos confundir a questão do *encaminhamento* com a questão da *inclusão* no mercado de trabalho. O encaminhamento é delineado no sentido da preparação e não da contratação. Se o fato de *encaminhar* estes jovens para o trabalho pode ser considerado um fator complicador, imaginamos que *incluir-los* é, ainda mais desafiante e complexo.

Não nos propusemos nesta investigação detectar a inserção no mercado de trabalho, referente à turma de 2003, porém obtivemos dados que nos indicam uma série de objeções relacionadas ao *encaminhamento* destes jovens para os cursos de capacitação. Uma delas é que muitos jovens, após passarem por capacitações, foram convocados para entrevistas, porém não compareceram alegando não terem dinheiro para a locomoção e roupas adequadas para a ocasião. Alegaram, também, não se sentirem seguros de si: *Não sei o que falar.. tenho medo de falar errado.*(Larissa-egressa do programa)

Além da problemática da inclusão social no trabalho podemos constatar que no programa muitos jovens não chegam a participar das capacitações, pelo fato de não contemplarem os pré-requisitos dos órgãos responsáveis, como por exemplo: o CIEE prepara os jovens acima de 16 anos, que estejam cursando o segundo grau; o CINE encaminha o adolescente acima de 16 anos, independentemente da escolaridade; as empresas de Recursos Humanos encaminham jovens acima de 18 anos, e com segundo grau completo e na AFLOV (Associação Florianopolitana de Voluntários) são encaminhados jovens entre 16 anos e 16 e meio.

O grupo de apoio encaminhou no ano de 2002 cerca de 50 jovens, e segundo a responsável pelo setor de encaminhamento ao mercado de

trabalho: *A maioria deles eram encaminhados para os Recursos Humanos, onde foi feita uma seleção no segundo semestre para trabalhar nas lanchonetes do terminal, e pelo que eu vi nenhum foi selecionado.*

Diante desses impasses é possível perceber que quanto maior o nível de exigência de qualificação, idade, escolaridade, habilidades específicas, maiores serão as exigências no campo das políticas públicas, para garantir efetiva inclusão social destes jovens.

Durante o processo de investigação percebemos que criar políticas públicas de inclusão social implica levar em consideração uma gama de circunstâncias que englobam um acompanhamento contínuo junto aos jovens, demonstrando-se os limites de uma política de juventude apoiada apenas em bolsa de auxílio e atividades no interior do programa que podem se afirmar como um assistencialismo precário.

Cabe ao poder público verificar o atual alcance efetivo destas propostas como, também, verificar a eficácia dos resultados a médio e longo prazo, pois, os jovens *egressos* acabam ficando sem rumo: *Quando eu participava do projeto tinha dias que eu estava motivado, mas, agora estou desempregado...* (Bruno-egresso)

Estes dados permitem nos aproximar da nossa hipótese, que sugeriu a existência de um novo processo de exclusão social a partir do ingresso de jovens nestes programas. Por que novo? Porque o jovem quando participa do programa vivencia experiências de inclusão social, ao mesmo tempo em que recebe estímulos para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. Porém, não somente fora do programa como, também após a conclusão do programa o jovem passa, na maioria das vezes, a conviver com os diferentes tipos de exclusão social.

Este retrocesso entrecruza desilusões e frustrações, causadas pelas oportunidades temporárias que mais tarde são novamente “negadas”. Diante do contexto macro

estrutural de desigualdades devemos perguntar, então, qual o papel das políticas públicas de juventude? Acreditamos que há muita luta neste campo, principalmente, no sentido de reivindicarmos políticas de longo prazo, ou até mesmo, no sentido de estarmos articulando políticas que visem acompanhar a trajetória destes jovens que participaram do programa por curtos períodos.

Assim, ao falarmos em propostas de inclusão social e em protagonismo juvenil as atenções devem ser redobradas tanto no campo psicológico quanto no da experiência social, política e econômica destes jovens. Não se trata de destituirmos a importância de políticas públicas específicas para os jovens, mas de estarmos, permanentemente, capacitados para preparar os jovens de acordo com suas realidades, e acompanhá-los nas suas diferentes trajetórias.

Além disso, não há como pensarmos que durante a participação dos jovens no programa ocorre a inclusão social. O programa se torna estranho à realidade imposta ao jovem, onde tudo se perde em falas e ações isoladas, pois ele as absorve e as vivencia momentaneamente, sem ter condições de transferir os resultados para sua vida real.

Cria-se uma “dupla máscara” de suas vivências, pois a ruptura e descontinuidade asseguram que no programa o jovem está “inserido socialmente”, mas em sua casa ou na comunidade a realidade volta a ser a mesma, ou seja, a de exclusão social que neutraliza os possíveis resultados do programa. Neste sentido, a monitora Aline reflete:

Eu penso que na verdade a gente acaba excluindo-os de novo. Porque eles já são excluídos pela sociedade, não conseguem se inserir no mercado de trabalho, normalmente não tem escolaridade, a gente manda bilhete e eles não conseguem ler.

Diante dessa realidade, comum a muitos jovens, existem, também fatores que englobam a amplitude das questões sociais, culturais e econômicas, mas por outro lado, o jovem corre o risco de estar no programa alimentando suas esperanças de inclusão social,

procurando fortalecer os laços de protagonismo juvenil, e de repente, conforme a monitora Aline destaca, este jovem *cresce e futuramente não se insere no mercado de trabalho*.

Nesse sentido, quando perguntamos aos jovens o que eles pretendiam fazer após o término do programa, percebemos suas esperanças: *Eu quero ser um jogador de futebol* (Cezar), ou aquele desejo mais simples da maioria que é estar na escola ou ter um trabalho, pois muitos sonham em estudar e *arrumar um emprego “manero”* (Roberto). Entre ‘sonhos’ e ‘desejos comuns’, também, há aqueles jovens que, ainda, pensam em permanecer no programa: *Eu queria continuar, porque eu ainda tenho 15 anos, e eu posso continuar. É até 18 anos aqui no projeto.* (Micheli); *Aqui eu vou ter futuro, estou me preparando para o mercado de trabalho.* (Jonatan)

Frente a esta questão, questionamos o que estes jovens vão fazer ao saírem do programa? Esta pergunta está nas entrelinhas de todas as análises feitas até aqui sobre o aspecto da inclusão social e, continuará sendo abordada sobre o aspecto da prevenção à violência juvenil. Os monitores, também, demonstraram preocupação com esta questão, pois, o programa tem duração apenas de um ano. Eis, outro apontamento da insipiência das políticas públicas de juventude. Atualmente, as políticas públicas de juventude estão na pauta das discussões, porém é preciso repensar a sua efetividade e amplitude.

Acrescentamos, ainda, conforme destacado por Costa (2002), que O ECA preconiza a participação da sociedade civil na *formulação, execução e fiscalização* das políticas de atendimento à infância e juventude, através de conselhos que se situa no âmbito nacional, estadual e municipal com caráter deliberativo e paritário³³. No entanto, na prática não está evidenciado o fator da fiscalização.

³³ Que tem representação do governo e da sociedade civil.

Infelizmente no Brasil, a exclusão social é cíclica, pois como destaca a monitora Aline *o pai e a mãe não sabem ler e acabam colocando o adolescente a trabalhar, aí este adolescente vai deixando a escola de lado*. Mas, estes jovens não conseguem permanecer no trabalho por não terem “*qualidade*”, então, se inserem no crime organizado e acabam repetindo isso, *pois, depois quando têm seus filhos volta a ser assim também*.

Um dos pontos de partida necessário, e ausente no Agente Jovem, é o prolongamento desta política, bem como, o acompanhamento dos jovens que egressaram do programa. Ao contrário tem se fortalecido a exclusão social com a volta dos jovens à condição anterior, principalmente aqueles que têm a convicção (muitas vezes falha) de que o programa vai lhes garantir algum futuro.

Na frase pertinente da monitora Aline *estes jovens estão na “corda bamba”*, ou seja, ela deixa perceber que os jovens podem pender para o lado que lhes levarem: o do ocultamento pelo poder público da realidade de risco social em que se encontram, o do acolhimento, e, não somente do assistencialismo, mas das ‘respostas’ efetivas que inibam o processo de sua exclusão social.

4.1 Crime Organizado: Inclusão social às avessas

A busca da inclusão social juvenil em contraponto com as diferentes faces da exclusão social mencionada por Novaes (2003) e discutidas, até neste momento, sob a ótica do Agente Jovem, são vistas e representadas no campo das normas sociais, jurídicas e éticas como processos “normais”.

No entanto, é possível reconhecer que este modo de inclusão não é a única maneira da juventude se incluir socialmente. Nos referimos, aqui, ao que chamaremos de “inclusão social às avessas”, ou seja, a inclusão social através do crime organizado. Esta

perspectiva, já discutida por Diógenes (1995) e Acselrad (2000) representa o processo de inclusão social (às avessas), principalmente na perspectiva do trabalho e emprego.

No Brasil, o núcleo de funcionamento do crime organizado ocorre, em locais de extrema pobreza e vulnerabilidade social, os chamados bairros de periferia e/ou as favelas. É sabido que nas cidades de grandes metrópoles, como por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro o crime organizado, desenvolve-se com maior intensidade.

No entanto, é possível perceber que na cidade de Florianópolis o crime organizado, também vem, cada vez mais, conquistando seu “espaço”. Neste caso uma parcela significativa de jovens, pertencentes às comunidades de periferia, está interligada ao crime organizado sobrevivendo do tráfico ilegal de drogas com ganhos de rendas superiores em relação à maioria dos trabalhadores de sua comunidade.

O Agente Jovem visa estar na contramão deste “cenário”, e está instalado nas principais comunidades vulneráveis ao crime organizado. Em entrevistas feitas com os monitores se constatou que existem jovens traficantes inseridos no programa. Há casos de jovens de 14 anos que comandam o tráfico, outros que traficam drogas em sua comunidade e a sua inserção no programa é apenas uma fachada em suas vidas.

Podemos constatar, também, que em caso de atrasos da bolsa auxílio do Agente Jovem, os jovens que se encontram na “corda bamba”, ou seja, em condição de vulnerabilidade para a opção entre o ajuste social e o crime, não “medem” esforços para optarem pelo tráfico: *Quando atrasa a bolsa, eu toco a minha vida, vendendo umas “parada louca” aí.* (Roberto)

Já entre os jovens egressos do programa é comum ouvir a frase: *Quem não consegue emprego, acha que esse é o caminho mais fácil.* (Mateus-egresso) Ou ainda: *Às vezes os jovens preferem assaltar porque o que se ganha em um mês no programa, no assalto se ganha em um dia.* (Bruno-egresso)

A inclusão social às avessas, nestas circunstâncias, também, está diretamente relacionada à questão da violência juvenil (questão que será discutida mais adiante), pois propicia no mundo juvenil marcas que fortalecem suas identidades com obtenção de valores materiais através do consumo, e, valores simbólicos, como por exemplo, a conquista de respeito e poder, representados pela demarcação de territórios e pela posse de armas de fogo.

Muitos jovens que participam do Agente Jovem estão envolvidos com o crime organizado e esse é um dos principais impasses no contexto das políticas públicas de inclusão social juvenil no município. Além, das dificuldades (já discutidas) de inserção no mercado de trabalho percebemos nos participantes do programa, a opinião que vai ao encontro dos depoimentos dos jovens egressos:

É mais fácil assaltar do que trabalhar, tem muita gente que já se humilhou pedindo esmolas, mas não conseguiu. E o neguinho, também, não quer ficar atrás do carrinho de papelão. (Tadeu-egresso)

Segundo Margulis (2001), toda identidade juvenil está voltada para sistemas de relações, e é possível percebermos, neste caso estudado, que a inclusão social está atrelada a uma busca constante de valores materiais e simbólicos para assegurar-lhes sua identidade, atrelando-se a meios “perversos” para se chegar a este fim. Neste contexto, entende-se por meio a inclusão ao mercado de trabalho criminal ou não e por fim a conquista da identidade juvenil, muitas vezes, materializada por um colar de pratas e um tênis de marca, e complementada simbolicamente pela conquista de uma jovem namorada.

O meu sonho é ser traficante, ser dono da comunidade, ter uma arma bem potente, botar medo em todo mundo, quebrar tudo, mandar aqui, pegar todas as mulheres, estar num carro importado. (Tiago)

Para esses jovens, muitas vezes, tais valores estão acima da perspectiva de freqüentarem a escola ou concluírem o primeiro ou segundo grau, o que vai depender muito das referências transmitidas a eles, e processadas no contexto social. Neste caso, os valores de referência são centrais, pois os jovens de classes sociais mais avantajadas gozando de uma *moratória social*, (Margulis, 2001), já apontada anteriormente, têm também a possibilidade de se inserirem no tráfico e no contexto da violência.

Sob o ponto de vista institucional, a família, a escola e o trabalho são os principais meios *mantenedores* das normas sociais vigentes. Além disso, a questão da macro-cultura, representada pela mídia e pelos meios de comunicação, é absorvida pelas micro-culturas de diferentes comunidades e reconfiguradas nas relações grupais juvenis.

4.2 “Sem” opções: Convivendo com o tráfico ilegal de drogas

A criminalidade em Florianópolis não pode ser vista sob uma visão fragmentada, pois, os dados das pesquisas municipais do IBGE (1998) revelaram que o envolvimento da juventude na criminalidade tem sido, no município, cada vez mais intenso.

A ênfase sobre a questão do tráfico ilegal de drogas, nesta pesquisa, se deve ao fato destes jovens conviver dia-a-dia com esta realidade. O crime se tornou algo intrínseco a sua comunidade e o jovem que egressa do Agente Jovem, quando não acolhido em algum espaço social, fica vulnerável ao contexto de violência e do tráfico de drogas.

No que diz respeito ao universo juvenil, os jovens têm plena consciência das regras do jogo criminal, e ao se envolverem com o tráfico sabem que estão sujeitos a

pagar com suas vidas *por não andar nas regras do crime*. (Tiago). O jovem Bruno egresso do programa afirma:

Se chegar alguém estranho os traficantes querem saber quem você conhece, para onde vai, com quem, o que vai fazer, que hora você vai voltar. E se não conhecer alguém lá em cima você não sobe. E se contrariar, eles te apagam.

O crime organizado, nas comunidades onde vivem estes jovens, impõe valores e regras sociais de violência, tanto no aspecto objetivo quanto subjetivo. Diante dessa situação a juventude local tornou-se, extremamente vulnerável aos valores naturalizados pelo tráfico ilegal de drogas e pelo crime “socialmente” organizado. A questão está, pois na busca da compreensão dos fatores que favorecem a vulnerabilidade juvenil que parece apontar para a intensificação da violência, no contexto do crime organizado, com o acesso a armamentos de fogos pelos adolescentes e jovens (inclusive crianças). Nos depoimentos dos jovens entrevistados este fato se confirma: *Esses dias eu tava passando, e vi uns “cara” com um saco, distribuindo armas*. (Augusto)

Além disso, nas comunidades em que muitos jovens convivem com o crime, basta existir algum tipo de influência com o tráfico, para os jovens obterem armamento: *Eu tenho um primo que está no tráfico é só ir lá falar com ele que ele me dá uma arma*. (Tiago)

Para muitos as armas são ferramentas de proteção. Segundo a monitora Aline as jovens, também, recorrem às armas: *Eu tenho uma menina do programa que estava dizendo para mim que ficava até tarde na rua. E eu perguntei como ela ficava: Ela disse que tinha uma arma*.

Por um lado, os armamentos de fogo são os principais instrumentos para o aumento dos índices de violência no Brasil e no mundo aonde vem a ser um dos principais suportes de manutenção do tráfico de drogas. O tráfico é financiado pela geração adulta e a indústria dos armamentos engloba uma série de fatores políticos e econômicos. Nessa

trama o Estado e os grandes chefes de nações são cúmplices do fornecimento de armas não somente para o tráfico como, também para as guerras civis. Ou seja, a criminalidade paira neste jogo de cumplicidade e inoperância, e a juventude não passa de vítima e objeto de ação para a própria criminalidade.

Sobre outro ângulo, a organização do crime é enfática em relação à demarcação de território. Em cada parte do morro existe uma “boca de fumo”³⁴ e, neste sentido, o tráfico teme a invasão das bocas por outros traficantes: *Às vezes matam o “cabeça” de uma boca-de fumo pra ficar com a boca.* (Paulo)

Nesses casos os confrontos ocorrem entre os próprios traficantes, segundo Paulo, *na luta pelo espaço. Quem mora na parte de cima do morro disputa com quem mora na parte de baixo. Aí eles vão disputar, quem for mais forte, quem tiver mais armas e mais gente, vai ganhar.*

Essa realidade demonstra a disputa de poder entre os traficantes: *Um quer ter mais poder sobre o outro. Aqui dentro, se o “cara” cresceu com o tráfico, o outro cara lá já “bota o olho”, e aí já era, o cara tem que ficar se cuidando.* (Cleber)

Os moradores da maioria das comunidades onde está instalado o Agente Jovem, não podem visitar os parentes que moram no outro morro. As rixas entre os traficantes de bairros vizinhos são as principais causas de morte:

Se entrar uma mulher suspeita aqui, eles cortam o cabelo, se for homem eles matam. Por isso, quando eu vou para o centro eu nunca digo de onde eu sou. Porque se o pessoal de lá descobrir eles me matam. (Eduardo)

³⁴ Local onde as drogas são armazenadas e vendidas.

Neste caso, o endereço é para os traficantes um indicador de um inimigo ou de um aliado. O endereço está à frente das intenções dos indivíduos de cada comunidade, porque é um fator de demarcação de território no contexto do crime organizado.

Geralmente quem trafica são adolescentes. Em entrevista, a monitora Aline afirmou que ao ter presenciado um tiroteio, no bairro em que funciona o programa, pôde perceber que *era entre adolescentes, com idade média de doze a treze anos*. São jovens que cresceram vendo armas, tiroteios, enfim, conviveram com aquela realidade, fatos que favorecem a precocidade da inclusão no mundo violência.

Muitas vezes os jovens que se inserem no tráfico de drogas ficam “encurralados” e com poucas opções. Na fala dos jovens do programa, *quem deseja sair do tráfico sofre ameaças, não pode mais descer do morro e passar para o outro lado do morro, não dorme direito*. (Victor)

Assim, a juventude inserida neste contexto sofre constantes ameaças e distúrbios sob o ponto de vista psicológico, bem como restrições ao seu livre arbítrio. O medo e a insegurança são fatores marcantes para muitos jovens, em especial àqueles que não participam do tráfico: *Não sei, porque a gente não pode falar nada. Por qualquer coisa que falamos, eles já estão matando a gente*. (Luciana)

A lógica do tráfico é segundo um jovem do programa *uma firma*, onde existem regras de funcionamento: *Um olhando, o outro cuidando, o outro lá em cima soltando pipa, e gente na boca*. E, em caso de grandes dívidas com os traficantes o preço a ser pago é a vida de um parente do jovem devedor ou, geralmente, a própria vida deles. (Tony)

A dinâmica das vendas no tráfico ocorre de forma esquematizada:

No morro, em cada parte tem uma boca. Aí os laranjas³⁵ ficam na frente esperando os compradores. Aí o comprador é levado na boca ou, então, subimos para buscar a droga. Sem ninguém ver. (Bruno-egresso)

A comunidade é “cúmplice” das ações do crime organizado. A fala do “sem ninguém ver”, se refere à polícia e não à comunidade, pois a polícia é a grande inimiga dos traficantes. A relação entre a comunidade e o tráfico, torna-se, em alguns casos, uma relação de cooperação:

A maioria ajuda. Quando chega “nego” de fora querendo roubar a casa de um pobre, ou querendo estuprar uma menininha, ele já corta o barato dele. Alguns ajudam a levar para o hospital, quem tem carro ajuda. Eles sempre estão cooperando com a gente. A polícia não faz a segurança quem faz a segurança é o bandido. (Luciana)

Zaluar (1994), já havia destacado em seus estudos esta questão da cooperação entre os traficantes e a comunidade. Por outro lado, cabe destacar, também, que a cooperação não é uma regra generalizada do crime organizado, segundo o jovem Lucas: *Muitas vezes o dinheiro fala mais alto e é cada um por si. É um desconfiando o outro.*

Segundo a Monitora Aline, existe o caso em que uma adolescente do programa arrumou vaga para estudar a noite, mas não o fez porque os traficantes (que são adolescentes) estabeleceram um “pedágio” para a

³⁵ Denomina-se, na linguagem do tráfico, pessoa que presta serviços ao traficante.

passagem ao ficarem na esquina de sua rua, pedindo um Real para a ida e um Real para a volta:

Eu achava que eles protegiam a comunidade, mas muitos desses não. Alguns protegem, dão cestas básicas, por outro lado, muitos fazem mal. E esta menina disse que se não der o que eles pedem, eles a apagam.

Nesses casos, a questão é a quem recorrer? Em se tratando de medidas de segurança é comum a sociedade recorrer a polícia, como fonte reparadora da ordem. No entanto, neste contexto a polícia já não tem mais esta capacidade de intervenção, pelo contrário, a ação dos traficantes é sob certa forma, para essas comunidades, menos problemática do que a ação dos policiais.

O grande impasse é a polícia. Sobre o ponto de vista histórico e cultural discutido por Oliven (1982) e Abranches (1994), a polícia é vista pelos jovens e pela comunidade como inoperante e fomentadora da violência. Os duros “combates” entre traficantes e policiais atemorizam a comunidade e fortalecem, cada vez mais, o sentimento de “ódio” dos jovens para com a polícia.

Entre os jovens que participam do Agente Jovem é possível perceber o senso crítico em relação à ação policial em suas comunidades:

“Esses” dias chegou um policial deu dois tiros para baixo e dois tiros para cima, daí os caras chegaram dentro da casa do meu amigo e foram quebrando tudo na casa, e a mulher com um recém nascido dentro. Ainda mostram a arma para as crianças pequenas, entendeu. Isso é muito errado. Eles têm que ter um

pouco mais de sensibilidade e respeito. Eles têm que fazer certo, eles são pagos para isso. Aqui é uma comunidade, eles não podem chegar atirando. (Gustavo)

O estigma da juventude “delinqüente” assola a construção da identidade desses jovens: *Estes policiais só fazem a gente passar vergonha.* (Gabriel). São fatores que alimentam sentimentos de ódio e frustrações, e que se fortalecem, cada vez mais, com o passar do tempo.

Além do fracasso da velha fórmula considerada por Weber como monopólio da força estatal, representado pela ação policial, ocorre nas grandes cidades do Brasil o estabelecimento de um clima de “guerra civil” entre os traficantes e policiais. Tal fato toma vulto com a “interferência” da mídia.

Nesse caso, o enfoque dado à juventude, assume, também, um enfoque “estigmatizante”, tal como discutido anteriormente à luz de Abramo (1994), Quapper (2001), Abad (2002). E, é no campo midiático que esta visão se intensifica. O jovem entra em cena como principal protagonista, mas sob o ponto de vista do delinqüente e do criminoso que “deveria” ser culpado e punido. O estigma da juventude se intensifica no discurso usual do “mau elemento”, “trombadinha”, “sujeito”, “moleque” e na “melhor” das hipóteses “esta juventude”. Em meio a constante busca da formação de opinião o jovem nunca é visto sobre o aspecto de vítima do sistema, e da inoperância do Estado frente ao crime organizado.

Sob o ponto de vista sociológico, cria-se um sentimento de pânico seguido de um estado de alerta generalizado. A “reação” estatal se limita ao investimento de novas frotas, viaturas, helicópteros, armamentos e novas táticas de invasão, enquanto há muito para fazer no campo das políticas públicas de prevenção à violência juvenil, a começar pela necessidade do rompimento da visão da juventude como “problema”.

Contudo, a maioria, dos jovens entrevistados, continua sem emprego e sem qualificação para o mercado de trabalho, sem perspectiva para o futuro. A questão da exclusão do trabalho, conforme discutido anteriormente, está relacionada, também, com o aumento da violência juvenil. Sem perspectivas para esse tipo de inclusão social, o tráfico de drogas e o crime são as opções que restam a estes jovens, onde muitos deles, não farão mais questão de inserir-se no mercado de trabalho, pois o tráfico lhe “rende” mais.

Sabemos que a questão do tráfico de drogas não é o único fator da violência, porém, é o bojo de propagação da criminalidade e da violência juvenil. Pelo que podemos constatar é uma questão desafiante para os agentes e monitores do Agente Jovem, no sentido de desviar a juventude destes caminhos perplexos.

A falta de um acompanhamento contínuo de políticas públicas eficazes para a juventude fortalece “o estado de coisas”, destacado por Rua (1998), no campo das políticas públicas de juventude. Diante deste contexto, é possível percebermos o alcance da questão da prevenção à violência juvenil no Agente Jovem, partindo da compreensão sociológica da violência entre os jovens egressos do programa. E, cabe às políticas públicas de juventude romper com esses valores sociais e culturais para criar novos valores os quais permitam não somente a inclusão social via trabalho, escola e comunidade, mas conseqüentemente a adesão dos jovens através de um processo educativo e formador de uma nova referência cultural.

5. Os paradoxos da violência: Outras faces para a prevenção

É comum ouvirmos falar na relação da prevenção social à violência, com os programas sociais voltados para a juventude, no sentido de políticas públicas de inclusão no trabalho, escola, comunidades, família, redução do uso de drogas, protagonismo juvenil entre outras.

A questão da prevenção³⁶ à violência é um dos objetivos específicos do Agente Jovem, para a diminuição dos índices da violência juvenil. Em contato com jovens egressos do programa, os quais cometeram “atos infracionais”, levantamos dados que indicam a compreensão de sua atual condição juvenil, no contexto da prevenção à violência. No entanto, verificamos que estas mesmas condições dos jovens participantes do programa assemelham-se àquelas, atualmente, enfrentadas pelos egressos.

Essa aproximação da condição juvenil entre egressos e não egressos ocorre porque os jovens têm em comum as mesmas vivências cotidianas, são estereotipados social e culturalmente, e pertencem à mesma classe social. Neste caso, os aspectos das *subjetividades coletivas* discutidas por Domingues (2002) anteriormente, são perceptíveis na homogenização da condição juvenil entre os jovens egressos e não egressos do programa.

Uma outra hipótese da investigação pressupunha a possibilidade de diferenciação da condição social do jovem participante do programa e do egresso. Porém, os estágios diferenciados de proteção social e seu afastamento da situação de violência não se confirmaram durante a pesquisa tendo em vista que pouco ou quase nenhum meio eficaz foi criado no Agente Jovem.

O maior dimensionamento desta constatação aparece na compreensão contextualizada da realidade destes jovens, quando cruzamos seus depoimentos e evidenciamos a insipiência do trabalho de prevenção, apesar de seus propósitos e intenções para se formular como política pública.

Em levantamento no Juizado da Infância e Juventude de Florianópolis, foi constatado entre os jovens egressos do Agente Jovem que 6% deles apresentaram “atos infracionais”, tais como, roubo, assalto à mão armada e homicídio. No entanto, estes

³⁶ A questão da prevenção está sendo discutida, aqui, sobre os aspectos da *prevenção social*, no sentido da busca da *redução e amenização* dos índices de violência.

dados de violência juvenil entre os jovens não são únicos, apesar da insegurança daqueles que relataram suas experiências e envolvimento no campo da violência; podemos constatar o envolvimento com outras situações de violência juvenil não formalizada pelo aparato jurídico: *Quando eu estou na pior ou estou pela rua a gente acaba roubando de novo.* (Bruno-egresso)

Nos questionários aplicados aos jovens referente às turmas do ano de 2002 e 2003, constatamos a proximidade dos dados estatísticos em relação ao ato infracional, conforme os quadros 3 e 4, evidenciamos que entre os jovens egressos 19% afirmaram cometer algum tipo de ato infracional, e entre os jovens não-egressos o índice é de 22%. Além disso, 80% dos atos infracionais, de egressos e não egressos, ocorreram entre jovens do sexo masculino.

Quadro 3 - Ato infracional entre jovens egressos ocorridos no ano de 2003

Ato infracional	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	Percentual
Afirmaram cometer	4	0	4	19%
Afirmaram não cometer	8	9	17	81%
Faixa Etária	16 a 18 anos		21	100%

Quadro 4 - Ato infracional entre os jovens não egressos ocorridos em 2003

Ato infracional	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	Percentual
Afirmaram cometer	7	3	11	22%
Afirmaram não cometer	26	18	43	78%
Faixa etária	15 a 17 anos		54	100%

Procuramos, no entanto, a partir destas informações, identificar as múltiplas faces e os fatores da violência juvenil, a fim de compreendermos, através dos próprios jovens (egressos e não egressos) envolvidos com a violência, até que ponto as ações do

programa podem conter e amenizar a vulnerabilidade juvenil frente aos contextos de violência.

Entre os jovens egressos do programa, que apresentaram desvios de conduta, constatamos os fatores que os levaram à violência são múltiplos: *Olha um monte de coisas nos leva a violência: drogas, mulher, dinheiro...* (Mateus-egresso) No entanto, estes fatores, ainda, são justificados pelos jovens num plano que não se explica por si só, ou seja, é preciso descobrir os precedentes de sua lógica, pois, diante das múltiplas faces da violência discutidas anteriormente por Zaluar (1997), Velho (1996), Rifiotis (1995b), há que se fazer um ordenamento mínimo, referente ao processo da configuração da violência, para explicar sua adoção.

Diante das questões sobre a violência temos as múltiplas *faces* e *fatores*. As faces, são vistas, aqui, como formas e reconfigurações que levam ao processo final da ação criminal, como por exemplo, a violência no plano da macro estrutura social, plano moral e subjetivo; já os múltiplos *fatores* são mais complexos e, ainda, são difíceis de detectar, pois perpassam todas as faces da violência e desencadeiam-se ciclicamente como um processo de ação e reação nas relações sociais.

As múltiplas faces da violência social ou moral, subjetiva ou objetiva, são exploradas nos depoimentos de jovens egressos e que apresentaram desvios de conduta (entendidos socialmente como crime ou ato infracional), no sentido de criarmos uma compreensão sociológica do processo de violência configurada na vida destes jovens.

Homicídios, roubos, assaltos e estupros são fatos sociais que acompanham o cotidiano da juventude estudada. São as formas que assume a violência e que, naturalizadas, preponderam nas comunidades em que vivem os jovens do programa.

Podemos perceber que a *violência sexual* em relação às demais violências é uma das exceções na naturalização da violência. No âmbito das relações sociais que permeiam o público e o privado a violência sexual é pouco perceptível aos olhos da sociedade em relação às demais violências; no contexto da criminalidade, segundo os jovens do programa, é algo inaceitável: *O “fulano” estuprou minha sobrinha e fugiu. Mas, deixa eu pegar ele, não sobra nada dele. Ninguém aceita isso aqui.* (Lucas)

É comum, no campo da compreensão dos próprios jovens, a violência como um processo *naturalizado*, o que se representa nas falas: *Naturalmente a gente se envolve* (Sergio). Ou, então: *(...) é assim, de momento, entende. Assim de uma hora para a outra, um olhou para o outro, já não gostou... e aí, partimos pra “porrada”.* (Cleber)

No entanto, na busca de um ensaio de compreensão da violência juvenil, percebemos a existência de uma falsa naturalização desse processo. Aqui, a questão da compreensão dos fatores da violência juvenil tem se tornando, cada vez mais, um fator desafiante, na medida em que as causas sociológicas da violência encontram-se camufladas ou, até mesmo, “abafadas” diante da naturalização da violência.

Neste ponto, procuramos retomar a questão de um ordenamento mínimo das causas da violência, pois a violência juvenil faz parte de uma teia complexa de significantes no campo social, cultural, político, econômico, histórico e biológico.

Aqui, a compreensão da violência juvenil no plano da subjetividade, se relaciona com as constantes ameaças em relação à perda da identidade juvenil confirmadas pelos dados que mostram as vulnerabilidades, as carências de perspectivas sociais e culturais que estes jovens enfrentam. Se a juventude é, na sua generalidade, momentos de incertezas e buscas pessoais, no caso, os jovens do programa desejam, também, ser cidadãos de direitos, ter uma casa - e não um barraco - para morar, ter o que comer, o que vestir e motivação para estudar.

Em meio às indefinições e angústias advindas da transição que vivem para a fase adulta se sentem desprotegidos em vários aspectos: o Estado não cumpre com as garantias mínimas de cidadania, a família encontra-se cada vez mais fragmentada, o sistema neoliberal impõe regras utópicas de inclusão social, a mídia juntamente com os signos da modernidade alienam os jovens com as idéias de consumo.

No momento, em que mais necessita de laços de solidariedade, o jovem se sente só e isolado para construir sua identidade, e ir a busca de todas as necessidades comuns à sua fase de vida. É neste sentido, que a violência juvenil se instrumentaliza sobre o aspecto da revolta, da desproteção, das frustrações e das possíveis perdas de identidade.

Sendo assim, a violência é vista, também, pelos jovens como constante ameaça no plano da subjetividade. Porém, ela não se reduz a algo subjetivo nem objetivo, mas sim, como uma onda de ações e reações cíclicas no campo das ameaças. A violência juvenil como ato lesivo e determinado socialmente, como criminalidade é o último suspiro e reação de todos os processos que configuram a violência. Tanto a morte quanto às agressões físicas e morais são, por um lado, o ponto final de todas as passagens da violência juvenil e, por outro lado, o ponto de partida para a generalização da criminalidade. Segundo um jovem egresso do programa:

Os jovens se matam também, por causa das brigas entre os morros. Um rapaz do outro morro matou uns “cara” daqui. Daí, os outros “caras”, daqui, se revoltaram e mataram os caras de lá.. Só que “pá”, morte envolvendo mais morte. E aí os amigos deles vão querer se vingar e vai envolvendo mais morte.
(Vinícios-egresso)

Ao mesmo tempo em que a violência juvenil se concretiza aos olhos da sociedade como ato criminal criam-se novos estímulos para novas relações de violência. Cada ato e gesto de violência configuram novos processos de relações de violência.

Além disso, outra face da violência, ocorre no campo das frustrações. A violência extravasa-se diante do descontrole e frente à instabilidade emocional:

Eu tenho um caso de um jovem, que era muito violento, e que inclusive estava internado no centro São Lucas (em processo judicial), e eu percebia que este jovem não conseguia controlar a sua frustração. Toda vez que ele sentia vontade de fazer algo e não conseguia fazer ele extravasa com chutes, fazia cara feia, batia com a mão, e teve um dia que ele bateu em dois meninos do programa.(monitora Paula)

Sendo assim, a violência extrapola as próprias causas objetivas e subjetivas. A busca de uma identidade perdida através de um caminho avesso vai ao encontro do processo cíclico e barbarizado da violência, muitas vezes sendo confundido com a condição natural e lógica da mesma.

A recorrência ao uso das drogas e a participação no tráfico, por parte da juventude (feminina e masculina), também são fatores que contribuem ao aspecto cíclico da violência:

Aí o que acontece, eu percebo a situação e vou atrás de outro mundo. E ACHO, consigo fugir da realidade. É bom enquanto dura, mas depois que termina, é como tudo na vida, né, tudo acaba. Aí o que sobra? (Luiza)

Os jovens percebem o cíclico da violência a partir da experiência: *Violência gera violência aí só tem na cabeça, roubar, matar...* (Fernando-egresso). A violência perpassa o plano subjetivo, e simultaneamente, se retroalimenta pelas próprias relações sociais de violência, não possuindo características pré-determinadas, encontra-se interligada a diferentes níveis de compreensão.

Esses diferentes níveis, também, estão presentes no campo das percepções entre os jovens que cometem atos de violência, pois foi possível perceber que para alguns, ser violento é *ter moral, é se achar o tal*. Para outros, a violência já superou este patamar, no sentido de *eu matei fulano* se tornou algo insignificante: *Eles não estão nem aí* (monitora

Aline). E, tanto *este* quanto *aquela* aspecto fazem parte do falso processo naturalizado da violência, onde o ponto em comum é a garantia da identidade juvenil, para que eles possam se afirmar como sujeitos.

Assim, o denominador comum existe quando a criminalidade torna-se o meio do jovem ser um sujeito de “ação”, de “transformar” a realidade e “aparecer” através de situações de *barbárie*. Neste sentido a violência, também toma a forma da aventura e do lúdico, latentes na juventude; do *matar por matar*, como se não houvesse razões e como se fosse algo intrínseco e natural ao ser e aos indivíduos: *O maluco ficou falando e o meu primo disse atira! atira bem na cabeça. Aí eu peguei e atirei...Eu não sei como consegui fazer aquilo.* (Cleber).

No entanto, a condição dos jovens vulneráveis à violência, em nossa análise, mostra que eles estão, constantemente, em estado de alerta: *Eu já vi briga por causa de cinco “conto”. Qualquer coisinha em que se sente ofendido eles já querem partir “pra porrada”.* (Tony). Os jovens não medem esforços para irem para o confronto conforme revelado pelo depoimento de uma jovem:

Não vou me arrepender de nada cara! Para eu me arrepender, só se me matarem. Eu sou assim, o que eu quero eu consigo, o que depender de mim, eu consigo. Não adianta ameaçar, não adianta tirar a vida do meu pai, da minha mãe ou dos meus irmãos. Dá um aperto no coração, “tá ligado”, mas eu sou obrigada a fazer isso, porque se não eles vão descobrir o meu ponto fraco. (Luiza)

Segundo a fala da monitora Thais: *Violência vem de fora e muitas vezes os jovens não distinguem e tudo passa ser ameaça.* Sendo assim, a juventude se sente constantemente ameaçada e desacreditada nas regras do jogo social. Tudo se torna ameaça, pois a violência ocorre neste mesmo plano (o da ameaça). Olhares que se inter cruzam são considerados ameaças, assim como: as carências materiais, carências de consumo, carências afetivas, falta de perspectivas profissionais e o estigma de seu modo de ser e

viver juvenil. Estes são os chamados *déficits* nas relações sociais, termo usado por Wiewiorka (1997), pois são carências que se encontram em diversos planos e que são, muitas vezes, o *estopim* da violência juvenil.

Se ficar me olhando atravessado assim (...) Eu vou intimidar ele, pra ver qual é, né. Na hora dá em briga, com a cabeça quente (...) Tem uns que ficam cochichando. Eu digo olha estão olhando atravessado. (Lucas)

Por outro lado, percebemos que os jovens se “desencantam” com as discriminações sociais, e quando não conseguem garantir suas expectativas no plano subjetivo; a partir daí, as revoltas e frustrações vêm à tona:

Quebrar ponto de ônibus é revolta. A prefeita fica gastando dinheiro com ponto de ônibus, tudo muito bonitinho, e muita gente passando fome por aí. O que têm na rua é bonito, e o que tem na favela é tudo sujo. (Tiago)

A naturalização da ação violenta situa-se entre os tênues limites do que é ou não é crime, configurando uma cultura de violência no âmbito das relações sociais juvenis. Segundo o monitor João: *Eles já se tratam com uma certa agressividade e, com palavrões, é tudo na base do berro e da gritaria. Já é algo natural.*

Neste sentido, devemos passar uma lente por todos os processos da violência, pois a violência é mutável no tempo e nas relações sociais e se instrumentaliza como crime na sua forma mais barbarizada. O avanço e as reconfigurações das sociedades contemporâneas, também, estão relacionados com as novas reconfigurações no campo da violência juvenil.

Nesse caso não bastam as políticas públicas de juventude estarem na agenda governamental, é preciso repensar suas funções e buscar meios de resistência a todas as faces da violência. No complexo campo da violência os jovens também são vítimas, tanto no plano objetivo quanto simbólico. Além de se matarem, são mortos e sofrem com as constantes exclusões e desestruturas sociais.

O universo da sociabilidade juvenil revela contradições que mostram a influência do consumo, induzido pela mídia, criando expectativas e desejos os quais, dificilmente poderão ser satisfeitos, e que forçam a banalização da ação para sua conquista. Assim, muitas vezes, a violência ocorre por questões banais.

Portanto, no plano da subjetividade juvenil, a violência é um processo pouco visível aos olhos da sociedade e do poder público, ao contrário da sua forma criminal, como por exemplo, homicídios, agressões físicas, estupros, roubos, assaltos, etc. Ela encontra-se visível para a sociedade e para o poder público. Neste caso, o reordenamento das ações do Estado tem sido no campo das políticas públicas de segurança, em detrimento das políticas públicas de juventude, que permanecem em segundo plano, e se propõe apenas como “programas” temporários.

Nesse sentido, a mídia passa a idéia que se torna um consenso, a criminalização do jovem ou o adolescente que cometeu um “ato infracional” ou “criminal”. Deixa pouca margem para a percepção de que ele é, também, vítima de um sistema e não está em condições de resistir às armadilhas da alienação que o torna vulnerável à violência.

Por outro lado, se o jovem de classe média, também, comete “ato infracional”, em alguns casos, ele o faz por outras razões. Segundo o monitor João este jovem, muitas vezes, *tem condições de ter televisão e computador no seu quarto, de ir nas melhores festas, enquanto que os jovens ‘daqui’ mal têm água e energia.* Este fato é apenas um dos atenuantes, e estas carências incidem no plano da subjetividade juvenil como uma das faces da violência, ou seja, faz parte do processo cíclico já discutido anteriormente.

Sob o ponto de vista dialético, é possível perceber que, as múltiplas faces da violência se realimentam chegando à forma mais barbarizada, ou seja, ao mesmo tempo em que se originam por questões não resolvidas no plano social, perpassam o plano das

subjetividades juvenis, reconfigurando, reordenando-se e instrumentalizando o seu sentido pela existência juvenil.

A instrumentalização da violência conforme discutida, anteriormente, por Wieviorka (1999), também, é vista sobre o aspecto da “violência positiva”, ou seja, esta nova configuração da violência em tempos modernos pode estar induzindo à conquista de novos direitos humanos.

No entanto, apesar de reconhecermos, aqui, a probabilidade desta proposição não significa que devemos aderir a este fato com um fator positivo para a juventude, pois, a positividade está posta no âmbito da reação estatal com novas conquistas dos direitos humanos. Por outro lado, enfatizamos que a juventude e a sociedade como um todo, vem pagando um preço muito alto e, em momento algum, visamos a manutenção deste fator “lastimável” e barbarizado da “positividade” da violência juvenil.

Assim, a geração juvenil que se encontra em *formação* social, cultural psicológica e biológica, é vulnerável às questões cíclicas da violência que perpassa, primeiramente, o plano das carências, que desencadeia a indignação, diante das imposições de cima para baixo, da “impotência” do Estado, da falta de perspectivas; o segundo plano ocorre quando o sujeito juvenil não encontra meios sociais, morais e psíquicos para lidar com este processo de assujeitamento, reagindo com a prática da violência e do crime.

Desse modo, a violência é dialética (histórica, cíclica e contraditória) e paradoxal: por um lado, fragmenta o sujeito, e por outro lado, o ilude com uma possível posse de identidade. Ao mesmo tempo em que se perde se “ganha”.

5. 1 Gênero e violência no âmbito das políticas públicas

Foi possível constatar que a questão do gênero se reflete na maneira pela qual os e as jovens do programa se inserem na violência. Tais *diferenciais* de comportamentos de gênero no contexto da violência são perceptíveis tanto no interior do programa quanto no cotidiano da juventude que nele está inscrita.

Nesse sentido, nos propusemos adentrar em alguns pontos que indicam como vêm ocorrendo, no interior do Agente Jovem, a forma em que a juventude feminina e masculina apreende e processa os comportamentos sociais de violência.

Podemos perceber, através das falas, que a violência ocorre entre jovens do mesmo sexo, ou seja, é pouco perceptível a violência entre jovens de sexo diferente – entre a juventude masculina e feminina.

Gênero, assim como, geração e classe são variáveis conceituais que fazem parte das questões que elencam o discurso teórico sobre a juventude, e que permitem a distinção da condição de juventude. (Margulis, 2001)

Apoiando-nos em Margulis (2001), podemos perceber, neste caso, uma distância cultural nos valores e normas que regem o comportamento da juventude masculina e feminina em seus diferentes aspectos. Apesar da juventude estar sempre em processo de mudanças e adaptações, as características diferenciais de gênero é visível, no contexto cultural, econômico, político e histórico.

Nos diferentes setores sociais a maternidade incide na condição da mulher jovem, aumentando suas responsabilidades e limitando sua liberdade

de ação. Margulis (2002). Neste aspecto, a juventude masculina, - ao contrário do comprometimento com a maternidade e demais alocações de papéis construídos socialmente, têm demonstrado maior vulnerabilidade em relação à inserção no mundo da violência criminal.

Em levantamento feito no Juizado da Infância e Juventude de Florianópolis constatamos que entre 210 jovens infratores que estão no Programa Liberdade Assistida apenas 13 são do sexo feminino, ou seja, 94% das “infrações” foram cometidas por jovens do sexo masculino no ano de 2003. Estes dados, representam a predominância da violência juvenil, como ato que se efetiva, entre os jovens do sexo masculino.

Por outro lado, podemos perceber que a juventude feminina insere-se no contexto da violência sob os aspectos que não sejam os da “criminalidade” e que, ao mesmo tempo, não desqualificam a intensidade das suas ações: *No programa eu percebo mais violência entre as meninas do que entre os meninos.*(monitora Aline)

Podemos perceber, na observação do cotidiano do programa, que a violência entre as jovens ganha outra conotação; mesmo no campo das agressões ocorre com intensidade, porém, não ultrapassa os limites da criminalidade, reforçando no relato da monitora:

Na última gincana, eu não tive problemas com os meninos, mas, entre as meninas, aconteceram situações de enfrentamento físico entre elas com uma postura masculinizada. Estes confrontos, em

particular no meu grupo, não são resolvidos com a fala, são resolvidos com a vontade de bater. (monitora Thais)

Já no âmbito da juventude masculina foram levantados dados que revelaram a ocorrência de tentativa de homicídios entre jovens do programa, através do uso de arma de fogo, violência perceptível no campo da criminalidade.

Tal questão, ainda, pode estar interligada com as relações sociais de gênero construídas historicamente. Segundo Scott (1991:16), a partir da diferenciação sexual na natureza, vários significados culturais são construídos; as diferenças entre masculino e feminino são utilizadas como um meio de decodificar o sentido e compreender o universo natural e humano observado.

Contudo as relações sociais de violência para a juventude feminina encontram-se em patamares diferenciados. Segundo uma jovem do programa, no segundo momento em que ocorre a violência, as agressões são intensificadas:

Não, eu não faria da mesma maneira. Na segunda vez eu já não parto pra a agressão com a mão. Eu faço de outro jeito: com pau, soco, madeira, o que tiver. Porque se na primeira vez não aprendeu... (Eloiza)

Apesar do relato do uso de ferramentas de agressão que permeiam, muitas vezes, o campo das ameaças de agressões físicas, é possível perceber que a juventude feminina volta-se mais ao campo das agressões simbólicas do que a agressão física e criminal, latentes na juventude masculina. Ao questionarmos se existe um bom relacionamento entre as jovens do programa, Eloiza responde: *Não, sempre se pega no pau, de vez em quando, no bate boca, né, é mais verbalmente.*

Assim, a violência entre a juventude masculina ou feminina está relacionada com a perda da identidade, conforme os parâmetros discutidos anteriormente. Além disso, segundo a monitora Thais, as jovens se envolvem em comportamentos sociais de violência *porque elas pensam que são autônomas, no sentido, de não precisarem dos pais para se garantir como sujeitos.*

Podemos, também, correlacionar a questão de gênero com os conflitos e relacionamentos familiares. Apesar de não aprofundarmos esta questão, foi possível constatar através dos questionários que 62% das jovens, que participam do programa afirmaram o grau médio ou ruim de relacionamento com a família, enquanto que entre os jovens do sexo masculino, estes caem para 27%.

Diante da instabilidade familiar, este pode ser um dos aspectos da busca de identidade da mulher jovem. Acrescentamos, ainda, que é comum a jovem mulher buscar relacionamento conjugal com jovens que estão envolvidos em situações de criminalidade, principalmente, com jovens que possuem armas potentes, e que matam a sangue frio, que sobrevivem do tráfico de drogas, e que são respeitados pela comunidade. A monitora Aline observa este interesse das jovens:

Mais os meninos que pensam em traficar, e as meninas pensam em “ficar” com os traficantes. Até eu tenho uma aluna que é namorada de um traficante bem conhecido que inclusive está preso, é um menino, um adolescente. E ela acha o máximo, porque todo mundo a respeita, todo mundo tem medo dela. Hoje ela é namorada dele, mas e amanhã quando ela não for ou quando ela não gostar mais dele, e ela tiver vontade de ficar com outra pessoa com certeza não vai poder fazer isso.

As jovens do programa se “aventuram”, também, nas relações com os jovens que estão envolvidos no mundo do crime, no sentido de buscar “moratória de papeis” (Margulis, 2002) que a família não oferece: Um pouco é pela aventura. E também, porque quando

na família está tudo errado, aí a gente se aventura para ver se a vida melhora. (*Gabriela*).
A jovem Claudete acrescenta: Porque o bandido que mata, ganha fama. E porque compra as coisas para ela.

Nesse aspecto, a busca da identidade da mulher jovem também entra em jogo, onde, os próprios jovens conseguem visualizar esta busca: *Eu acho que é porque elas se acham protegidas, né*. (Victor). Por outro lado, tal fato pode refletir a exclusão no campo da sexualidade masculina, na medida em que as jovens destas comunidades buscam um perfil masculinizado pela violência criminal, pois segundo a fala de Gustavo: *Quem tem arma na mão é o mais poderoso. O 'guri' que não é matador e que não usa drogas é o mais rebaixado. Aquele que não quer beber e brigar é um 'caretão'*.

Muitas jovens preferem, ainda, engravidar na adolescência para poderem sair de casa:

... porque acham que vão morar com o namorado e vão ter a liberdade de sair, só que às vezes acaba sendo pior. Tem duas adolescentes que estão grávidas, engravidaram no programa, e tem quatro (entre as doze) que querem engravidar de todo jeito. (monitora Aline)

Diante desses dados, é possível constatar que o tratamento dado à questão da prevenção a violência juvenil no programa não considera a amplitude dos múltiplos fatores que englobam as causas da violência. A questão de gênero é apenas um dos aspectos cruciais a serem explorados, e que podem permitir maior dimensionamento das ações no campo das políticas públicas de prevenção a violência juvenil.

6. Desvendando contextos juvenis

Neste item procuramos traçar alguns aspectos dos principais contextos vivenciados pela juventude do Agente Jovem, tais como, a família, a comunidade e o

próprio programa. É claro, que os contextos juvenis não se reduzem a estes exemplos, mas, são “ambientes” que se inter cruzam no dia-a-dia da juventude, sendo que, a compreensão destes contextos nos permite dimensionar as possibilidades de intervenção social sobre a questão da prevenção à violência.

6.1 O contexto familiar

A família é uma das grandes bases que molduram a condição juvenil em tempos modernos e, neste sentido, as políticas públicas de juventude estão, muitas vezes, interligadas às políticas públicas de assistência à família. Por outro lado, um dos grandes impasses no Brasil ocorre quando as políticas públicas de juventude se mesclam e se confundem com as políticas de apoio à família. Ora, o jovem necessita de políticas públicas de juventude, bem como, as famílias destes jovens que vivem em situações de desigualdade social, também necessitam das ações públicas.

Foi possível perceber que os jovens que participam do programa e que ganham uma bolsa de R\$ 65,00, ao invés de se preocuparem com o pão que está faltando em sua casa, e para a sua família querem *andar na moda e comprar roupas, ir ao cinema, ir as “baladas”* enfim, realizarem desejos que estão fora das margens da condição de exclusão em que vivem.

Na interação com os contextos vivenciados pelos jovens sob a ação do Agente Jovem, no que se refere ao âmbito das suas relações com a família e com a comunidade foi possível perceber, que os seus pais ou responsáveis nutrem uma grande expectativa pelo programa. Tanto do ponto de vista de seu agir no mundo quanto sobre os resultados do programa. Na fala dos pais as expectativas para quando seu filho sair do programa, é *que consiga algum emprego e se dê bem na vida.* (Marli)

Cabe destacar, que muitos pais aprovam as ações do programa: *Eu queria que o meu filho não saísse nunca, mas, um dia ele vai ter que sair, né, fazer o que. Quando ele*

sair pra mim vai ser um choque. (Marli) Muitos pais, apesar de não acompanharem o dia-a-dia dos jovens acreditam no programa, e ficam tranquilos ao saberem que seus filhos estão envolvidos em algum tipo de atividades, ao invés de estarem pelas ruas.

Este é apenas um lado da moeda, pois, enquanto os jovens permanecem no programa sua condição juvenil, é vista com boas expectativas, e adquire uma credibilidade porque submetida ao controle por conta da preparação para o mercado de trabalho, incentivo ao protagonismo juvenil. Porém, muitas vezes, a volta para casa ou para a sua comunidade mostra uma outra realidade: desavenças familiares, miséria, violência, etc. Assim, as políticas públicas de juventude atingem apenas o âmbito institucional contribuindo, desse modo, com a formação de uma identidade dúbia: ora, o jovem se sente, sobre certo ponto de vista, incluído socialmente, ora se sente excluído.

Podemos perceber que os jovens enquanto participam do programa, também, demonstram essa visão: *Eu quero ser alguém na vida. Eu quero ser dona do meu próprio nariz. Eu quero demonstrar isso para minha vó* (Eloiza). E no caso, o programa Agente Jovem, ainda, não tem acumulado experiências, que dêem base para a inclusão social, ou dê suporte para a estabilidade necessária para o convívio dos jovens nos diferentes ambientes sociais e culturais, fato que tem gerado frustrações tanto para a juventude egressa do programa quanto para a família.

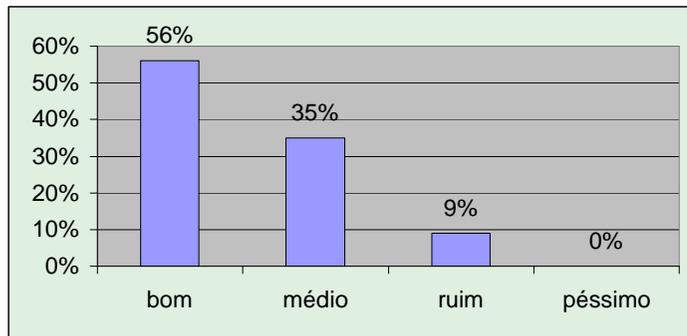
Alguns jovens têm dificuldades de lidar com mudanças de contextos e acabam levando os problemas familiares para o programa, conforme afirma a monitora Thais:

Eu tenho adolescentes que trazem seus problemas de casa, aí chegam no programa e descontam nos colegas e extravasam justamente naquele espaço. De repente, é o único momento que ele tem para isso. Muitas vezes a gente não sabe o que aconteceu, briga com o padrasto e com mãe, se passou fome. ..

O gráfico 5 demonstra, segundo os jovens entrevistados, o grau de relacionamento com a família, onde constatamos que 44% destes jovens qualificam o

relacionamento como médio ou ruim, ou seja, é uma indicação de que falta estabilidade no relacionamento com a família.

Gráfico 5 - Grau de relacionamento com a família para os jovens do programa em 2003



No contexto familiar os conflitos de geração, conforme vistos por Mannheim (1978) e Domingues, (2002), estão latentes no núcleo familiar. Diante das exclusões sociais, os pais almejam grandes expectativas para seus filhos, mas quando um jovem revela para seus pais a vontade de resistir à violência e ao tráfico de drogas, segundo a jovem Luiza, já não existe mais confiança: *A minha mãe não confia mais em mim, por mais que eu sei de lá dentro que eu vou tentar fazer o certo, mas, não adianta falar para ela.* (Luiza)

Os pais que, ainda, resistem às artimanhas do crime organizado e, conseqüentemente, da violência, esperam a mesma resistência de seus filhos: *Quantas vezes já me revistaram. Eu já fui presa duas vezes. Daí a última vez foi a vergonha da família, eles queriam que eu fosse diferente, sabe.* (Luiza)

Em meio aos conflitos e desestruturação familiar o estigma da “juventude problema”, também, está presente: *Meu pai diz que eu sou o problema da vida dele, que não sei o que...*(Cezar).

Diante disso, o jovem apresenta sinais de crises no plano social relacionado à noção de “vir a ser”, conforme destacado por Mannheim e no campo psicológico relacionado às questões existenciais:

Se eu pudesse voltar desde o tempo que eu nasci eu não apagaria nada, só a única coisa era só eu não ter nascido. Hoje, por exemplo, é um dia, que eu não tenho vontade de ir para casa.(Luiza)

A geração juvenil em pleno processo de construção de identidade por mais que tente resistir aos conflitos familiares, demonstra “sentir” a falta da moratória social: *Mas, “eu digo por mim” eu acho que o meu peito é de aço, e que eu posso enfrentar tudo. Mas, não é assim.* (Luiza). E, quando percebem que os caminhos para mudar o cenário das suas relações familiares são limitados, as revoltas se fortalecem e, muitas vezes, manifestam-se em ações concretas de violência:

E daí você vai vendo o que acontece na tua casa, tu olhas para aquilo tu pensa se é normal ou não é normal. Aí tu vais se revoltando, pô, porque aí tu olhas e pensa porque isso acontece comigo? (Luiza)

Desavenças familiares são muito comuns para os jovens do programa, pois são duras realidades com as quais convivem, muitas vezes, desde a infância:

Eu chego em casa é briga direto, o pai bebe, bate na mãe. E a mãe tenta não passar para os filhos. Por mais que ela não tente, ela passa. Tem que trabalhar muito. O pai nem aparece dentro de casa, quando aparece é para quebrar e espancar a mãe. (Cleber)

As situações de violência familiar, também se inter cruzam com a exclusão social: *Minha mãe é doméstica e meu pai é pedreiro, só que agora ele está sem emprego, e ele quer ir embora daqui, porque aqui acontece muita coisa ruim... passar fome já aconteceu várias vezes.*(Luiza)

Nesse cenário, é comum para muitas famílias recorrer ao tráfico juntamente, com os jovens. A frase dos “sem opções”, mencionada anteriormente, também está articulada com a desestruturação integral da família, conforme destaca Eduardo:

Olha, eu tenho a família inteira envolvida com o tráfico. Meus amigos de infância estão quase todos mortos. Meu pai está preso, e meu irmão está preso porque matou. (risos)

Além disso, é através dos relatos de violência intrafamiliar que podemos nos aproximar de um dos elos de compreensão dos fatores que desestabilizam a construção da identidade juvenil, e que ao mesmo tempo desafiam os gestores de políticas públicas de juventude, pois, segundo Luiza:

Já apanhei do meu tio de mão fechada na cara, e ele dizia que era porque me amava muito. Ele me quebrou, arrebentou dois dentes. E depois disso, eu fiquei medrosa, fiquei uma criança. Às vezes, eu pego as bonecas da minha irmã e fico brincando, aí, a minha mãe pergunta o que você está fazendo? E eu digo que estou brincando de boneca. Eu acho que sou uma criança grande. (risos)

Contudo, por trás dos risos desses jovens é possível perceber, também, vozes que se calam, e se conformam diante de situações de violência e exclusão social e ao mesmo tempo alimentam frustrações e revoltas que podem se manifestar através da violência e da criminalidade a qualquer instante.

São risos, gestos e lamentos demonstrados nos olhares. Estes jovens encontram-se de “mãos atadas”; “impedidos” de agir e transformar suas duras realidades. Assim, as dificuldades no interior da estrutura familiar, também, passam a ser um dos pontos frágeis para o estabelecimento de políticas públicas de juventude no Brasil, pois esta questão está ligada com a intersetorialidade das políticas sociais (Bango, 2003). E neste caso, a *compreensão* da condição juvenil no âmbito familiar destes jovens é uma das “chaves-mestra” para criar ações integrais e concretas de políticas públicas de juventude.

Aqui têm adolescentes envolvidos por questões bem sérias. Mas, às vezes, pensam na mãe. Eles dizem: Ó, professora, quando eu saio de casa minha mãe fica chorando em casa, e isso me dói, isso faz com que eu repense na minha vida. (monitora Priscila)

6.2 A convivência juvenil no âmbito comunitário

Dos *seis* locais institucionais em que o Agente Jovem está instalado *quatro* locais estão localizados no “interior” das comunidades onde vivem os jovens: Bairro Abraão, Chico Mendes, Vila União e Vila Cachoeira. Os outros *dois* locais não estão localizados dentro das comunidades, pois um deles está localizado no Centro da cidade de Florianópolis, onde, freqüentam jovens da periferia do centro; e o outro está localizado no bairro Coqueiros, onde freqüentam jovens da Vila Aparecida.

No primeiro caso, onde o programa está “instalado” na própria comunidade, foi possível constatar que o índice de freqüência é maior do que os locais onde o programa está mais distante das comunidades dos jovens. A Casa da Liberdade que está localizada no Centro possui o maior índice de ausência, em relação aos demais locais do programa. Segundo a coordenadora do programa um dos fatores das faltas é este distanciamento de suas comunidades, pois, *para chegar à Casa da Liberdade eles passam por vários caminhos*, onde, muitas vezes, podem ficar pelas ruas ou outros locais.

Foi possível perceber, também, que a maneira de se vestir evidencia “ares” de quem está num ambiente mais familiarizado, no que diz respeito à freqüência de um ambiente próximo aos seus bairros e suas casas. Entre

meias furadas com sandálias de dedos a jovem Luciana afirma: *Eu me sinto à vontade com o programa perto de minha casa, é mais tranqüilo, entende!*

Por outro lado, neste caso em que o programa está incluído na própria comunidade, nos locais de maior desigualdade social e maior “influência” do crime organizado, como por exemplo, na comunidade Chico Mendes³⁷, podemos constatar que há maior resistência em relação ao Agente Jovem. Segundo a monitora Aline, em maio do ano de 2002, *os traficantes invadiram a Chico Mendes e o programa ficou um mês parado. Eles invadiram, quebraram tudo e, tiraram a arma do vigia.*

A monitora acrescenta, ainda, que *alguns jovens que pertencem ao tráfico estão no programa e que na verdade o programa é interessante para muitos deles.* Neste caso, a resistência do crime organizado é um dos fatores que vêm demonstrar, por outro lado, que os programas públicos para a juventude, por mais insipientes que sejam, causam reações de “desconforto” para o crime organizado. Os impasses na aprendizagem, também, ocorrem:

E é bem complicado trabalhar principalmente a questão das drogas. Como eu vou trabalhar a questão das drogas e da prevenção, se o tempo todo têm traficantes passando na minha janela, armados durante o dia, sempre cuidando o que a gente fala, e até mesmo entre os adolescentes. Os traficantes da comunidade me conhecem conversam comigo na rua, sabem quem eu sou e o que eu faço lá. Tem uma monitora que saiu porque foi ameaçada, ela foi fazer uma festinha e os traficantes entraram lá e começaram a

³⁷ O bairro Chico Mendes foi cotado pela prefeitura de Florianópolis (1993) como um dos bairros mais violentos do Estado de Santa Catarina.

fumar e a ameaçaram, obviamente que ela não voltou mais.
(monitora Aline)

Em relação às vivências dos jovens com seu bairro e/ou comunidade é principalmente nas ruas que os jovens gozam de seu “tempo livre”. É, também, nestes ambientes que a violência e o crime se “propagam”: *Tem gente, que vem do centro comprar aqui, cheque roubado, aparelho de som roubado.*(Luciana) Ou ainda: *Foi naquela rua³⁸ que mataram meu irmão.* (Eduardo)

É no bairro em que se estabelecem as relações de cumplicidade de violência e de fatos corriqueiros: *Aqui todo mundo conhece todo mundo e sabe o que todo mundo faz; sabem que o fulano comprou sofá novo, sabem quem matou tal pessoa...*(Luiza)

Os laços sociais na comunidade dos jovens do programa são fortalecidos, também, pela valorização e orgulho de viver em seus bairros: *Você viu a Chico Mendes na novela? É passamos por um momento de celebridade!* (Gabriela) Em meio a violência, o medo, a insegurança e a exclusão social pelo endereço, os jovens defendem suas comunidades e demonstram a sua indignação pela discriminação de suas localidades: *Uma das revoltas é quando falam mal da nossa comunidade.*(Gabriela)

As discriminações que os jovens sentem por pertencerem a comunidades de risco social, ficam arraigadas no plano subjetivo e perante as

³⁸ Relato dado pelo jovem no momento em que estávamos retornando do programa.

poucas oportunidades de confraternização e convivência de um grupo de uma comunidade³⁹ com a outra, os jovens se “libertam” pelo meio agressivo, que segundo o monitor João acontece de duas formas: *As palavras de baixo escalão e a agressão física.*

É claro que, este fato não se explica por si só, mas a agressão que ele sente pelo preconceito onde mora e convive, é refletida, também na constituição de uma violência mediada no plano de sua subjetividade.

6.3 O ambiente do Agente Jovem

O ambiente físico dos locais em que são desenvolvidas as atividades do Agente Jovem está estruturado conforme os moldes de uma instituição escolar. Ainda que, as estruturas sejam precárias, geralmente as atividades são realizadas nas “quadras” esportivas e nas salas de aula, que ficam localizadas em quatro Centros Comunitários pertencentes às localidades de Vila União, Chico Mendes, Vila Aparecida e Vila Cachoeira; na Casa da Liberdade (instituição municipal, onde são desenvolvidos projetos sociais para crianças e adolescentes); e na Pastoral da Igreja de Coqueiros.

As palestras temáticas são discutidas nas salas das respectivas localidades onde, os principais temas abordados são: orientação profissional, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis DST/AIDS, uso de drogas, violência familiar, protagonismo juvenil. É nas salas desses locais que se desenvolve, também, atividades de artesanato, dança e música⁴⁰.

³⁹ Mesmo sendo entre comunidades que se encontram em semelhantes desigualdades sociais.

⁴⁰ Não são todos os grupos que possui aulas de música e dança, entre os que não possui: Chico Mendes, Casa da Liberdade Matutino e Vila União.

As atividades de educação física (futebol e vôlei) são feitas em locais externos pertencentes aos quatro Centros Comunitários, a Casa da Liberdade e a Pastoral da Igreja. Mas, geralmente, situados em locais de infra-estrutura precária: exposto ao sol ou a chuva, com um único banheiro (masculino e feminino) no caso da Vila Cachoeira sem telas protetoras, ou como no caso da Casa da Liberdade, onde as atividades esportivas são feitas na passarela de samba Nego Quirido.

Além disso, acrescentamos que na comunidade Chico Mendes, a quadra não está sendo utilizada, pois, segundo um jovem do programa:

Nós tínhamos oficina de futebol ali na quadra, mas agora já não tem mais. Aí desanima, o pessoal vem faz um mês e depois vai embora. Esta quadra aqui, dizem, que é para os moradores, mas ninguém pode usar. (Jonatan).

Segundo, a monitora Fernanda esta quadra não é usada por estar no centro do conjunto habitacional, e portanto, fica inviável devido ao barulho causado para os moradores.

Contudo, diante do interesse da juventude nas atividades que envolvem lazer e esporte destacamos a importância do melhoramento da infra-estrutura, no sentido de buscar fontes para criação de ginásios poliesportivos e praças, juntamente com o acompanhamento de profissionais qualificados.

Além disso, quando falamos no “ambiente” do Agente Jovem, falamos não somente no plano da infra-estrutura, mas, também, a condição de segundo plano que as atividades do programa, ocupam na agenda dos órgãos públicos, para além do cumprimento das metas estabelecidas no plano documental e das idéias, pois não basta implementar atividades, é preciso qualificá-las e criar um “ambiente” que motive os jovens a participarem.

7. Vozes que se calam: vozes a serem ouvidas

Uma das questões cruciais para o acompanhamento das ações que visam a prevenção à violência juvenil é a da motivação e da receptividade dos jovens em relação às atividades do programa. O espaço institucional e o seu clima de formalidade nem sempre permitem aos jovens falarem, principalmente, em se tratando dos olhares críticos sobre o programa público que a juventude está inserida. Por outro lado, são nas “entrelinhas” de suas falas, em seus silenciamentos, seus gestos e expressões, que podemos detectar alguns fragmentos de motivação ou desmotivação com as atividades do programa.

Pelo quadro abaixo, podemos localizar os principais apontamentos que sugerem o melhoramento das ações do programa e constatar que, juntamente com a solicitação de mais atividades de esporte, cultura e lazer, os jovens, em sua maioria, não responderam esta questão.

**Quadro 5 - Sugestões para o melhoramento das atividades do programa
por parte dos jovens que participam do programa em 2003⁴¹**

Sugestões	Número de respostas
1.Pergunta não respondida.	12
2. Mais atividades de esporte, cultura e lazer.	12
3. Mais participação e responsabilidade pelos próprios jovens.	9
4. Nada precisa melhorar.	9
5.Mais participação da coordenação.	3
6. Pagar a bolsa em dia.	2
7. Melhorar o lanche.	2
8. Melhorar a limpeza.	2
9. Mudar o local do projeto (Casa da Liberdade).	1
10. Mudar a coordenação.	1
11. Melhorar as atividades e alguns professores.	1
12. Mais compreensão com os alunos.	1
13. Ter uma quadra para Educação Física.	1
14. Botar as idéias em prática.	1
15. Ter mais mulheres.	1
16. Muitas coisas têm que melhorar.	1
17. Não sei.	1
Total de entrevistados	54

Cabe verificarmos, se o silenciamento dos jovens subentende que tudo está “certo”, ou que representa de fato um consentimento de que algo precisa ser mudado. Ora, os jovens já evidenciaram que a principal vantagem do programa é a bolsa, sendo assim, as atividades estão em segundo plano em relação a sua receptividade

O silenciamento representa, neste caso, a inexistência da visão crítica sobre o programa., onde se estabelecem, por um lado, regras institucionais pré-determinadas oriundas do Governo Federal e por outro lado, a *instrumentalidade* do cumprimento das tarefas por parte dos jovens, isto é, participar das atividades e receber a bolsa todo mês.

Naturalmente, é possível compreendermos que este silenciamento, também está presente, conforme o quadro 5, nas falas de que *muitas coisas têm que melhorar* ou *não sei*. Acrescentamos, ainda, o discurso do *nada precisa melhorar*, pois neste caso, a própria

⁴¹ Neste caso, poderá haver mais de uma opção respondida pelo mesmo jovem.

contradição pode revelar o verdadeiro sentido de suas falas, quando revelamos pelo depoimento de um jovem que *o programa é legal, tudo está bem*, mas, constatamos (por observação participante) na afirmação deste mesmo jovem para seus colegas que *as palestras são uma chatice total*.

Diante dos desafios da busca de dados fidedignos, por mais que tentamos romper com as barreiras, no âmbito das relações subjetivas entre pesquisador e pesquisado, percebemos que o “não dito” deixa de ser o “não dito” e passa ser um elemento indicador de uma realidade.

Desvendar o não dito, não é tarefa fácil, porém nos remetendo às suas falas podemos perceber muitos “desconfortos” em relação às palestras do programa: *Ah! é chato, ficar ouvindo essas coisas...*(Victor)

Segundo a monitora Aline, quando o tema é planejamento familiar, a questão da AIDS, o Estatuto da Criança e do Adolescente entre outras temáticas, percebemos que os jovens *não gostam de trabalhar este assunto, eles querem brincar, querem fazer brincadeiras; se brincar o dia inteiro com eles de correr e pular, eles adoram, vai ser o melhor dia*.

A monitora acrescenta, ainda, que: *Teve uma capacitação sobre o mercado de trabalho, onde foi levantada questão do tipo: a partir de quantos anos podem ter carteira assinada e tal, mas, eles não querem, muitas vezes isso os chateia*.

Na busca da compreensão do desinteresse é preciso nos remeter à trajetória destes jovens, em cuja infância inteira trabalhou, pediu esmolas e não brincou. Ao invés de se apropriarem de outros valores, conforme afirma a monitora Aline, *eles voltam para aquela fase da infância para brincar de pula-corda, para brincar de roda, com dezesseis, dezessete anos*, enquanto que os jovens de classe média estão pensando em suas faculdades e no seu aperfeiçoamento profissional.

Assim, é possível compreender porque muitos jovens afirmam, em primeira instância, estarem motivados com o Agente Jovem: *Pra mim está tudo bem. Não têm o que melhorar.* (Tiago). Por outro lado, segundo a mesma monitora em se tratando de palestras temáticas *eles não estão nem aí.* É possível perceber, que o lado lúdico e de lazer desenvolvidos no programa adquirem um caráter *compensatório* em relação às demais atividades e estão, conforme o quadro 5, nas suas preferências, às quais podemos atribuir, também, “ares” de resignação e “consolo” de sua própria condição juvenil.

Ora, diante das proposições de inclusão social juvenil do Agente Jovem, as análises feitas demonstram que a vulnerabilidade juvenil à violência e à exclusão social, ainda, está presente na vida desses jovens que participam do programa.

No momento em que as políticas públicas não encontram meios eficazes para o rompimento dos esteriótipos juvenis, das exclusões no mercado de trabalho, de interferência nos ambientes onde são praticadas as violências, estes jovens acabam adiando sua espera e, conseqüentemente, limitando as suas expectativas com relação às políticas públicas de juventude. Para muitos deles os pontos positivos do programa são: *Jogar futebol, jogar vôlei, dançar...* De certa forma, é isto que lhes garante que está tudo “bem” no programa. Estas são as principais atividades que os jovens desejam praticar no programa, e, sem dúvida são fatores que detém importância para o desenvolvimento físico e mental da juventude além de contribuir para a prevenção da conduta violenta. No caso do Agente Jovem pode-se constatar que o esporte e lazer, ainda são precários, pela falta de infra-estrutura física adequada e do acompanhamento constante de profissionais qualificados na área, ao que se soma, também, o rompimento com esta prática após o término do programa.

Ou seja, a presença do esporte, da cultura e do lazer é crucial na vida destes jovens, mas devem estar atrelada, também, às demais ações concretas de inclusão social

na extensão do término do programa, bem como, a criação de atividades que propiciam motivação e boa receptividade durante a execução do programa.

Além disso, o terceiro fator de mudança mais apontado entre os jovens, conforme o quadro 5, foi a auto-cobrança em relação à participação e responsabilidade com o programa. Obviamente, que este é um sinal de desinteresse e desmotivação com as atividades, tanto no aspecto das faltas quanto da interação.

A questão das faltas se confirma diante da necessidade da tomada de medidas administrativas, por parte da coordenação, pois o jovem que falta sem justificativas passa a receber no primeiro mês advertências, suspensão da bolsa no segundo mês e desligamento do programa no terceiro mês.

Segundo a monitora após a estipulação de advertências pode-se perceber *maior atenção da parte deles, porque antes eles faltavam normalmente... E o que pesa muito para estes jovens estarem aqui é a questão da bolsa.* (monitora Aline). Fato, que reforça, mais uma vez, nossa constatação da relação *instrumental* “jovem-instituição”, permeando, o plano de cumprimento de “tarefas” burocráticas.

Se por um lado, há jovens com problemas de faltas, por outro lado, há muitos outros jovens das comunidades que desejam participar do programa, segundo o depoimento de um dos entrevistados:

Às vezes tem outros jovens daqui que querem entrar aqui, porque aqui é mais tranquilo e tudo, mas ninguém mais pode entrar aqui. Acho que este espaço deve ser livre para todo mundo.(Victor)

Esta é outra questão que deve estar na pauta dos gestores de políticas públicas, pois, a sua real efetividade, está interligada tanto no plano qualitativo quanto quantitativo. É preciso contemplar, em termos quantitativos, um dimensionamento das ações, caso contrário, as políticas públicas de juventude perdem seu caráter de “significatividade” e a grande maioria dos jovens ficam à mercê da espera das ações políticas.

Indo além da “voz” da maioria dos jovens em relação às mudanças, ainda é possível percebermos, concretamente, e com menor representatividade, outras necessidades específicas, conforme demonstrada no quadro 5: mais participação da coordenação ou mudança da mesma; melhora no lanche e na limpeza, mudar o local do programa; melhorar as atividades e alguns professores; mais compreensão; inscrever mais jovens do sexo feminino; implementar quadras esportivas... Nos resquícios de suas falas, ainda, é possível perceber outros desconfortos que vão além do Agente Jovem:

Acho que deveriam existir vários projetos para os jovens: para quem usa drogas, para quem se prostitui, para quem está sem emprego. Porque os jovens querem ajuda, eles querem sair desta vida.(Gustavo)

Contudo, surge a necessidade de interagir efetivamente com as necessidades da juventude. As políticas públicas tem tido dificuldades de encontrar caminhos que despertem o seu interesse, principalmente no que diz respeito aos aspectos do protagonismo juvenil, conceito que não está bem claro no seu desenvolvimento.

Em meio às tentativas prevalece as resistências, pois não foram encontrados meios que promovam o protagonismo juvenil pela própria juventude:

Às vezes, o cara vem no programa e é sempre a mesma coisa, tá ligado, ou não tem oficina ou o cara fica de bobeira. Eu não gosto, e aí fica chato. Aí tem mais coisa legal para fazer no morro e na rua, tá ligado. (Cleber)

Os jovens não demonstram interesse de atuação no campo do protagonismo juvenil, pois segundo a jovem Luciana:

Tem um capacitador que dá umas atividades que não tem muito haver... porque ele diz que quer melhorar a comunidade e manda a gente fazer trabalhos na comunidade. Mas, como uma pessoa sozinha vai melhorar a comunidade? Só se tirar os moradores daqui. Olha, estas casinhas, que a prefeita botou, vê se mudou alguma coisa. Não mudou nada. Aqui nada adianta. (Luciana)

A dura e constante realidade de exclusão social, conforme visto, até aqui, alimentam desesperanças e pessimismos entre esses jovens, refletindo também, no desinteresse pelas atividades temáticas propostas no programa. Neste sentido, é possível perceber a necessidade de compreensão da condição juvenil e de suas verdadeiras necessidades, conforme o próprio jovem apontou no quadro 5: *Mais compreensão com os alunos.*

Em relação às atividades desenvolvidas no programa há que se começar de “baixo”, e verificar em que nível encontram-se as necessidades de aprendizagem em relação à condição juvenil, para que eles possam, *colocar as idéias em prática.*

Às vezes eles têm dúvidas primitivas. Por exemplo, uma adolescente falou para mim: Professora eu vou começar a ter relações com o meu namorado, eu fui no posto de saúde e peguei anticoncepcional, mas como que se usa, eu não estou entendendo esta bula eu tomo um comprimido e dou outro para o meu namorado, cada dia um toma um como funciona isso? (monitora Aline)

Esta jovem passou, segundo a monitora, pelas capacitações, onde foi esclarecido o uso da camisinha masculina e feminina, como tomar anticoncepcional e, no entanto, percebemos que para ela, as dúvidas permaneciam. São questões que não fazem parte de suas realidades, e muitas vezes as mães, em seu contexto social, também passam pelas mesmas dificuldades, *engravidam “agora”, e depois, já engravidam de novo.*

Desse modo, a difícil tarefa das políticas públicas está em verificar quais as ações que transformam a condição de vida desses jovens. Muitas vezes, os caminhos tomados no campo das ações públicas, por mais bem intencionados que possam ser, não se encaixam nos contextos juvenis e nas suas necessidades prioritárias.

É preciso perceber que em meio as desmotivações, surgem, também, alguns interesses, por exemplo, como a da preparação para o mercado de trabalho quando foi possível despertar interesse nos jovens com o tratamento de questões práticas as quais foram ao encontro de suas dúvidas. Segundo a monitora Aline, uma jovem lhe disse:

Professora, a senhora nem sabe, quando a gente vai para uma entrevista para um trabalho temos que esconder a tatuagem, e não dá para ir de bermuda ou barriga de fora.

Por outro lado, este é apenas um começo, e não há como nos iludirmos e pensarmos, que as políticas públicas de juventude devem estar reduzidas ao saneamento de dúvidas e questões básicas da juventude, tampouco reduzidas as atividades de esporte, cultura e lazer. Enquanto não houver uma consciência política no plano da macro estrutura social, no sentido de relacionar as políticas públicas de juventude com a questão das desigualdades sociais, pouco se avançará. Não é apenas uma questão assistencialista, mas um conjunto de ações a serem tomadas. Ações que são apontadas pelos próprios jovens, pois no “fundo” eles sabem do que precisam:

Ajudar nas dificuldades, porque “pô” passar fome, passar necessidade é uma coisa que pesa muito no ombro da pessoa. Tem muitos que batalham, mas não conseguem nada. Quando vai procurar um emprego, não aceitam.
(Gustavo)

Na aplicação das políticas públicas de juventude é comum, também, a existência de um “mal-estar” nos responsáveis que estão acompanhando no dia-a-dia das ações do programa. Assim, não é de se estranhar a desmotivação dos próprios monitores e capacitadores que repassam as atividades do programa: *Um dos nossos objetivos é estar fazendo com que eles tenham escolhas. Mas, sinceramente, às vezes, eu penso, que não está adiantando muito.*(monitora Priscila)

As ações públicas de juventude precisam estar articuladas com outras ações, a começar pelo suprimento das necessidades básicas, conforme aponta a monitora Priscila: *Ter o que comer, ter o que vestir, ter expectativas, ir para a escola com motivação.* Para romper com práticas que não vão além do assistencialismo, é preciso ver que isto já se tornou algo paradoxal, pois, ao mesmo tempo, em que negamos a predominância do assistencialismo, devemos partir dele como premissa menor.

É uma das formas de desviar as violências que a própria juventude sente no plano subjetivo, caso contrário a violência (conforme visto anteriormente) predominará e apontará novos caminhos configurativos:

Ultimamente, aconteceu de um adolescente não estar mais freqüentando o programa, porque está foragido e se envolveu num assassinato. Tem outro, também, que eu soube que ele é dono de boca de fumo e que na verdade o dinheiro do programa passa a ser só uma “fachada” na vida dele. Tem outro, também, que a família dele está acobertando um pessoal que está foragido, sabe, são coisas sérias.(monitora Priscila)

É preciso ir ao encontro de seus verdadeiros problemas, pois, não basta buscar uma capacitação que faça com que eles sejam críticos, dentro daquilo que eles estão vivendo. Até mesmo, porque é inevitável impedir que eles vivam o que estão vivenciando. Segundo a monitora Priscila: *Estamos sempre tentando amenizar o problema, e fazer com que eles saibam escolher criticamente suas vivências. Do contrário, eles simplesmente, são induzidos.*

Por outro lado, o impasse está justamente, em percebermos as “induçãoes” que vêm de “fora” e são resistentes a todas as reações no plano das subjetividades juvenis. Enquanto o poder público não criar consciência desse fato, ficaremos, infelizmente, cúmplices do estado das lástimas, que encobrem a real condição juvenil e a bola de neve que está sendo formada, fazendo que, dessa forma, ratifiquemos as palavras da monitora Priscila: *Todos os dias a gente escuta coisas cada vez piores.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao procurar maximizar os resultados obtidos das políticas públicas de juventude em âmbito local, sinalizamos, aqui, o desconforto causado pela visível contradição entre o discurso teórico e ideologista da promoção da inclusão social e da prevenção à violência juvenil, e o cumprimento efetivo desta proposição.

O antagonismo entre “dever” e “fazer” é constado pela revelação da vulnerabilidade à violência e pela não inclusão social da juventude contemplada pelo programa Agente Jovem, em Florianópolis. O curto período do programa, de um ano, revela a insipiência desta “política” de juventude pois, após o término não há um acompanhamento contínuo da vida dos jovens que dele participaram. Este é um dos fatores de distorção do que deve ser o verdadeiro caráter das políticas públicas de juventude no Brasil, que se reduzem a programas de curto alcance e pouca efetividade de suas propostas.

“Cai por terra” a alusão de que as políticas públicas de juventude vêm crescendo nos últimos anos no Brasil. Colocar a temática da juventude na pauta das agendas governamentais e na representação dos gastos públicos, não subentende uma política pública de juventude que se efetiva no plano da *práxis*.

Ora, o campo teórico, juntamente com o âmbito jurídico (representado pelo ECA e LOAS) vem versando sobre o caráter permanente e abrangente das medidas protetivas do Estado sobre a juventude. Frente a projetos bem elaborados no “papel” como é o caso do Agente Jovem, nos deparamos com a pouca efetividade desta “política”.

São “falácias” e ao mesmo tempo “consolos” que confirmam a aparente e falsa existência desta “nova onda” de políticas públicas para o segmento jovem no Brasil. O momento, então é mantermos a pertinência da *crítica* a esta realidade como premissa

maior. Crítica que se estende à visão *adultocêntrica* sobre a juventude na implementação das políticas pois, se faz necessário ouvir os jovens, seus anseios, silenciamentos, inquietudes e motivações.

Juntamente a isso, é preciso ter a clareza sobre o significado social de ser jovem. Repensar o conceito de juventude para além dos limites da faixa etária (15 a 17 anos) pressupõe repensar a própria condição juvenil.

Os programas para a juventude não encontraram meios de criar mecanismos de resistências da propagação da cultura do crime organizado. Cabe ao poder público expandir suas ações como, também, preparar estes jovens para o restabelecimento de valores que visam a garantir suas identidades para além dos aspectos do crime organizado e da inclusão social *às avessas*.

Nesse sentido, destaca-se a importância da atuação das políticas públicas nas comunidades em que vivem os jovens contemplados pelas ações, pois esta inserção permitirá um melhor acompanhamento das atividades do programa e, conseqüentemente, maior eficácia nas ações que visam transformar a vulnerabilidade juvenil à violência em resistência às mesmas.

O atrelamento das políticas públicas de juventude às questões macro-estruturais é outro fator crucial para romper com o caráter compensatório das mesmas e criar uma *verdadeira* “cultura” de políticas públicas no Brasil, para além dos problemas juvenis e como política pública integral.

Vale lembrar que o processo harmônico de interação entre Estado e sociedade civil, inclusive os meios de comunicação, são fatores que contribuem para a solidificação da “cultura” de políticas públicas integrais para os jovens brasileiros.

A violência juvenil é pouco vista sobre a ótica dos conflitos geracionais que refletem o plano subjetivo no momento da construção da identidade juvenil. Estes conflitos, também, estão interligados a uma violência invisível oriunda dos limites do jogo político. Da invisibilidade ao visível, advém a necessidade da compreensão da condição juvenil contemporânea, compreensão que deve ser transposta aos gestores e executores das políticas sociais.

Diante disto, requer-se a revisão do que vem a ser a *prevenção* à violência juvenil, diferentemente, do *combate* à violência. Em tempos difíceis, em que a família está destrocada e a configuração da macro-estrutura social corrobora a exclusão social surge a necessidade de estarmos criticamente atentos ao tratamento dado à juventude pelo poder público, procurando sempre romper com os estigmas da juventude problema.

Contudo, as forças direcionadas aos propósitos desta pesquisa estão em prol das boas lembranças de *ser jovem* e da amenização dos males que o encobrem. Reconhecemos que o jovem passa por momentos cruciais de formação e transformação. É a fase de vida que diz respeito às escolhas decisivas para a vida em sociedade, é o momento das tentativas sem futuro, das vocações ardentes, mas mutáveis, da busca e das aprendizagens incertas, marcadas por uma alternância de êxitos e fracassos, passando por situações de crises individuais e coletivas, mas, também de compromissos e de entusiasmos.

Desse modo, recorremos a Hanna Arendt, para quem todo fim na história constitui um novo começo, como única ‘mensagem’ que o fim pode produzir. O começo antes de tornar evento histórico é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. *O homem foi criado para que houvesse um começo* disse Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é na verdade *cada um de nós*. (ARENDR, 1989:531)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, M. **Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil.** Última Década, Viña del Mar, CIDPA, março, 2002.
- ABRANCHES, S. H. **A alienação da autoridade: notas sobre violência urbana e criminalidade.** In: Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana. João Paulo dos Reis (coord)... [et all]. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p 123-157
- _____. **Política Social e Combate à Pobreza,** In: A teoria da prática. In: Política Social e Combate a Pobreza, Rio de Janeiro, Zahar, 1987, p.9-31
- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis.** São Paulo: Scritta, 1994.
- _____. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5/6, 1997.
- ABRAMOVAY, M. [et all]. **Gangues, Galeras, Chegados e Rappers.** Rio de Janeiro, Garamond, 1999.
- ACSELRAD, G. **Avessos do Prazer.** Rio de Janeiro, ed. Fiocruz, 2000. p. 51-74
- ADORNO, S. **“A violência na sociedade brasileira: Um painel inconcluso em uma democracia não consolidada”.** In rev. “Sociedade e Estado: violência”, Departamento de Sociologia de Universidade de Brasília, julho/dezembro, Vol. X, No. 2: 299-342, 1995.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência,** Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- AZEVEDO, J.N. **A educação como política pública.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

- BANGO, J. **Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios.** In: Políticas Públicas: Juventude em Pauta. Maria V. Freitas e Fernanda C. Papa (orgs), São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, pg 33-55, 2003.
- BEZERRA, B.Jr. **Identidade, diferença e exclusão na sociedade brasileira contemporânea.** In: Avessos do Prazer. Gilberta Acselrad (org). Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, p. 35-50. 2000.
- BOURDIEU, P. **Reprodução Cultural e Reprodução Simbólica.** In: Micelli, Sérgio (org). A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado.** Pesquisas de Antropologia Política. RJ, Francisco Alves, 1990.
- CANDAU, V. M; LUCINDA, M. NASCIEMENTO, M. **Escola e violência.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CASTELLS, M. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, M. [et all] **Cultivando vida, desarmando violências.** Brasília, UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Internacional de Desenvolvimento, 2001.
- CARVALHO, G. A. **O jovem nas políticas públicas municipais de Florianópolis.** Monografia do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. 2002.
- COIMBRA, M. **Abordagens Teóricas ao Estudo das Políticas Sociais.** In: A teoria da prática. In: Política Social e Combate a Pobreza, Rio de Janeiro, Zahar, 1987, p. 65-104.

- COSTA, B. **As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação.** In: Políticas Públicas. Belo Horizonte, ed UFMG, 2002, p.27-57.
- CUNHA, E. P & CUNHA, E.S. **Políticas Públicas Sociais.** In: Políticas Públicas. Belo Horizonte, ed UFMG, 2002, p. 11-25
- DIOGENES, G. Cartografia da Violência e da Cultura. São Paulo: Anna Blueme, 1998.
- DOMINGUES, J. M. **Geração, modernidade e subjetividade coletiva.** In: Revista Tempo Social; Rev. Sociologia USP, SP, p. 67-89 , mai 2002.
- DRAIBE, Sônia. **Políticas Sociais e Neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latinas americanas.** In Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. Revista USP, n.17, p. 86-101 março/abril/maio, 1993.
- DURKHEIM, Emile. O Suicídio. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1997.
- EISENSTDT, S.N. **Desorganização Social, Transformação e Protesto na Modernização.** In:Modernização, Protesto e Mudança. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, pg 36-57.
- _____. **De geração em geração.** São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FERRAZ, H. **A violência urbana.** Ed. João Scortecci, São Paulo, 1994
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Graal, 3^o. ed, 1982.
- FREY, Klauss. **Análise de Políticas Públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira.** Mimeo. Florianópolis, 1998.
- FROM, Eric. **Anatomia da destrutividade humana.** Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- FROTA, M. **A cidadania da infância e da adolescência: Da situação irregular à proteção integral.** In: Políticas Públicas. Belo Horizonte, ed UFMG, 2002, p. 59-85
- GIDDENS, A. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós.** Rio de Janeiro, Record, 2000.

- GIRARD, R. **A violência e o sagrado**. Paz e Terra; Unesp, São Paulo, 1990.
- HESPANHA, Pedro. “**Novas Desigualdades, novas solidariedades e reforma do Estado**” In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 54, pg 69-78, jun de 1999.
- HOBSBAWN, E. **Novo século**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HABERMAS, J. **O fim do indivíduo?** In: O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HORKHEIMER, M. **A ascensão e o declínio do indivíduo**. In: Eclipse da razão. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976. pg 139-172.
- IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JEUDY, Henry-Pierre. **Pesquisador dos processos mediáticos**. In: FAPERJ (coord) **Mídia e Violência Urbana**. RJ, Faperj, 1994.
- KATZ, J. **What makes crime ‘news’?** Media, Culture and Society, Beverley Hills, Newbury Park nad New Delhi, vol.9, 1987, 47-75.
- LAMOUNIER, B. **A democracia brasileira de 1985 a década de 1990: a síndrome da paralisia hiperativa**. In: Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana. João Paulo dos Reis (coord)... [et al]. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p25-63
- LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens**. São Paulo: Cia das *Letras*, 1996.
- LEÓN, O. D. **Da agregação programática à visão construtiva de política de juventude**. In: Políticas Públicas: Juventude em Pauta. Maria V. Freitas e

Fernanda C. Papa (orgs), São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, pg 75-96, 2003.

MACÉ, E. **As formas da violência urbana: uma comparação entre França e Brasil.**

In: Revista Tempo Social; Rev. Sociologia USP, SP, p. 177-188, mai 1999.

MAFESSOLI, M. **Dinâmica da Violência.** São Paulo, Brasiliense, 1985.

MANNHEIM, Karl. **Funções das novas gerações.** In: Forraccini, M.& PEREIRA, L.

Educação e Sociedade – Leituras de Sociologia da Educação. São Paulo:

Biblioteca Universitária, 1978, p. 1-97.

MARTINS, L. **Instabilidade política e governabilidade na construção democrática.**

In: Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana. João Paulo dos Reis

(coord), [et al]. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p 11-24.

MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra.** In:

La juventud es más que una palabra. Laura Ariovich [et al] Buenos Aires: Biblios,

v 2, 2000.

MARGULIS, M. **Juventud: una aproximación conceptual.** In: Adolescencia y

Juventud en América Latina. Solum Burak (comp). Cartago: Libro Universitario

Regional, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples.** São Paulo. Hucitec.

2000.

MARTUCCELLI, D. **Reflexões sobre a violência na condição moderna.** Rev.

Sociologia USP, SP, p 157- 175. mai 1999.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais.** In: Revista Brasileira de

Educação –ANPED – Juventude e contemporaneidade. N. 5 e 6, 1997, p. 5-14. n.

Especial.

MORAIS, R. **O que é violência urbana.** São Paulo, Brasiliense, 1985.

- MORIN, Edgard. **Cultura de massa no século XX**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977.
- NORBERT, E. O processo civilizador. 1982
- NOVAES, R. **Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso**. Políticas Públicas: Juventude em Pauta. Maria V. Freitas e Fernanda C. Papa (orgs), São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, pg 115-151, 2003.
- OLIVEIRA, C. S. **Sobrevivendo no inferno: A violência juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- OLIVEN, R. G. **Violência e Cultura no Brasil**. Ed Vozes, Rio de Janeiro, 1982.
- PAIS, José Machado. **As correntes teóricas da sociologia da Juventude**. In: Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.
- PAIS, José Machado. **“A construção sociológica da juventude: alguns contributos”**.
Análise Sociológica, v. 25, n. 105-106, 1990.
- PERALVA, Angelina. **“O jovem como modelo cultural”**. In: Juventude e contemporaneidade. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, ANPED, números 5 e 6, 1997.
- _____. **Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PLASTINO, C. A. **A constituição do sujeito coletivo e a questão dos direitos humanos**. In: Avessos do Prazer. Gilberta Acselrad (org). Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, p. 17-33. 2000.
- PONTUAL, P. **Juventude e poder público: diálogo e participação**. Políticas Públicas:

- Juventude em Pauta. Maria V. Freitas e Fernanda C. Papa (orgs), São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, pg 95-119, 2003.
- PORTO, M.S. G. **A violência entre a inclusão e a exclusão social.** In: Revista Tempo Social; Rev. Sociologia USP, SP, p. 187-200, maio 2000.
- POULANTZAS, N. **Estado, Poder e Socialismo.** Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- QUAPPER, K. D. **¿ Juventud o juventudes? Acerca de como mirar y remirar a lãs juventudes de nuestro continente.** In: Adolescencia y Juventud en América Latina. Solum Burak (comp). Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.
- RATTON Jr. **Revisitando a normalidade do crime em Durkheim.** In: Política, Cidadania Violência. Rifiotis, Theóphilos... [et all] (Orgs). João Pessoa: Ed. Manufatura, 1999, p177-187.
- RIELLA, A. **Violencia y Control Social: El debilitamiento del Orden Social de la modernidad.** Departamento de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales de la UDELAR, 2000.
- RIFIOTIS, T. **Grupos etários e conflitos de gerações: Bases antropológicas para um diálogo interdisciplinar.** Política e Trabalho, p 105-123, set 1995a.
- _____. **Nos campos da violência: Diferença e positividade.** Departamento de Antropologia. Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS), Universidade Federal de Santa Catarina, 1995b.
- _____. **Dilemas éticos no campo da violência.** Departamento de Antropologia. Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS), Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.
- _____. **Ação policial e violência intra-familiar.** Departamento de Antropologia. Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS), Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- RIOS, J. **A Violência Global e Crime Organizado.** Revista Carta Mensal, v 47 no 564

mar 2002, p. 32-48.

RODRÍGUES, E. **Juventud y políticas públicas en América Latina: experiencias y desafíos desde la gestión institucional.** Última Década, n. 13 Viña del Mar, Ed. CDIPA, 2000.

RUA, M. G. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90.** In: CNPD. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília, 1998. 2v.

SCOTT, J. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica.** Tradução de Christine R. Dabat e Maria B. Ávila. Recife, SOS Corpo. 1991.

SIMMEL, Georg. **A Metrópole e a vida mental.** Velho, Otávio (org). O fenômeno urbano. Rio: Zahar Editores, 1973.

SPOSITO, M. **Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil.** In: Políticas Públicas: Juventude em Pauta. Maria V. Freitas e Fernanda C. Papa (orgs), São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, pg 57-75, 2003.

SOUSA, Janice T. Ponte de. **Os jovens, as políticas sociais e a formação educativa.** Revista de Ciências Humanas, ED. UFSC, n. 26, p. 51-79, out, 1999.

_____. **Reivencões da Utopia: A militância política de jovens nos anos 90.** São Paulo: Haecker, 1999.

SANTOS, Wanderley, Guilherme. **Democracia Contractual ou Estado efetivo?** In: Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana. João Paulo dos Reis (coord)... [et al]. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p 65-79.

_____. **A trágica condição da política social.** In: A teoria da prática. In: Política Social e Combate a Pobreza, Rio de Janeiro, Zahar, 1987, p. 33-63.

TAVARES DOS SANTOS, J. **A violência como dispositivo de excesso de poder.** In: Rev. Sociedade e Estado: violência, Departamento de Sociologia de Universidade

- de Brasília, Brasília, julho/dezembro, Vol. X, No. 2: 281-298, 1995.
- _____. **Microfísica da violência uma questão social mundial**. Revista Ciência e Cultura, ano 54 nº. 1 jul- set de 2002, p 22-24.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência III**. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/ SEDH, 2002.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília, UNB, 1991.
- WIEVIORKA, Michel. **The new paradigm of violence**. Tempo Social Rev. Sociologia USP, SP, pg 5- 35, 1997.
- VÁRIOS. **Caderno do Agente: A gestão social e a política da assistência social para crianças e adolescentes**. Ministério da Previdência Social & Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Fundação João Pinheiro, MG, 2002.
- VIANNA, Hermano. "Introdução". In: VIANNA, H (org.). **Galerias cariocas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- VILLA, M. (org) **Juventud, población y desarrollo en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, Cepal, 2000.
- VELHO, G. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 1994.
- _____. **As vítimas preferenciais**. Ciência Hoje. Violência: Encarte Especial. São Paulo, v. 5, 1996.
- ZALUAR, Alba. **Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980-1995**. In: Avessos do Prazer. Avessos do Prazer. Gilberta Acselrad (org). Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, p. 51-74. 2000.
- _____. **Gangues, Galeras e Quadrilhas: Globalização, juventude e violência**. Organizado por Hermano Vianna. In: Galeras Cariocas - Territórios de Conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 1997, p. 17-59.

_____. **Exclusão e Políticas Públicas: Dilemas Teóricos e Alternativas Políticas.**

Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. – Brasília: CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento), 2 vol. 1998.

_____. **As raízes sociais da violência e da criminalidade. ?**

_____. **Condomínio do Diabo.** Rio de Janeiro, Revan: Ed UFRJ, 1994.